UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CAROLINA DE FIGUEIREDO BALIEIRO NAVES

A sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural: um estudo de caso no estado de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto

2007

Reitora: Profª Drª Suely Vilela

Diretor da faculdade: Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior

Chefe do departamento de economia: Profª Drª Maria Christina Siqueira de Souza Campos

CAROLINA DE FIGUEIREDO BALIEIRO NAVES

A sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural: um estudo de caso no estado de São Paulo

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, para obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto

Ribeirão Preto
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Naves, Carolina de Figueiredo Balieiro

A sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural: um estudo de caso no estado de São Paulo. Ribeirão Preto, 2007.

145 f. : il. ; 30cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia
Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP – Área de
concentração: Economia Aplicada

Orientador: Bialoskorski Neto, Sigismundo

1. Auto-Sustentabilidade 2. Cooperativas de Crédito Rural 3.
Custos de Transação

FOLHA DE APROVAÇÃO

Carolina de Figueiredo Balieiro Naves

A sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural: um estudo de caso no estado de São Paulo.

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, tanto pela oportunidade, mas, principalmente, pela força que me deu durante esta caminhada, que não foi fácil.

Ao meu orientador, Professor Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto, pelo qual tenho grande admiração, que muito me ensinou, pela paciência, compreensão, em todos os anos de convivência, contribuindo para meu crescimento intelectual e profissional.

Ao Professor Dr. Márcio Bobik, pelas idéias e sugestões no meu exame de qualificação, que foram de grande contribuição para o prosseguimento desta pesquisa.

Ao Professor Dr. Rudinei Toneto Júnior, pela atenção, pelas sugestões e por me fazer acreditar e confirmar que a humildade é uma característica que engrandece o ser humano, como pessoa e como profissional.

À Cooperativa de Crédito Rural Coopercitrus, especialmente à Maria Madalena Rocha, pela disponibilização de dados, os quais foram importantes para a concretização desta pesquisa e pela oportunidade que me ofereceu de conhecer melhor o cooperativismo de crédito rural.

Ao Bancoob, especialmente ao Sr. Oduvaldo Firetti, por toda atenção que me concedeu, com paciência, para uma melhor compreensão do Sistema Cooperativo de Crédito.

À Cooperativa Central de Crédito Rural do estado de São Paulo (COOCECRER) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP-SP) e à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em especial o Evandro Ninaut, pelo fornecimento de dados e pelo esclarecimento de várias dúvidas.

As minhas queridas amigas Kátia Honda, Sabrina Lima e Juliana Souza, que foram companheiras fundamentais em todo o período do mestrado. Fundamentais pela força e ajuda nos estudos como também pelos momentos descontraídos, em almoços no Mirai, e em

jantares, na Via Luce, extremamente necessários para os desabafos e para dividir os momentos felizes que tivemos nesses dois anos. Foram amizades que só pelo fato de terem sido construídas, já valeu à pena a realização do mestrado.

A outros amigos como Eduardo Cicconi, Thiago Guimarães, Renata Rosada e Gedir, que também dividiram vários momentos de estudos, frustrações bem como momentos de descontração.

Ao Davi Moura Costa e Thomaz Fronzaglia, pela colaboração nas trocas de idéias e sugestões, mesmo que, muitas tenham sido virtuais. Ao Marcelo Barroso, pelas sugestões, mas, principalmente, pela enorme colaboração que me prestou nos momentos finais da dissertação. À Maria Isabel, pela atenção e disposição, sempre presentes.

A minha amada família, sempre presente, por me fazer acreditar que, com dedicação e perseverança, eu conseguirei conquistar todos meus objetivos, seja na vida pessoal, como na profissional. Aos meus pais, pelo apoio financeiro, pela valiosa companhia e, principalmente, por todos os valores que me ensinaram, os quais vou carregar pelo resto de minha vida. Aos meus irmãos, Mariana e Fernando, pelo amor e carinho, palavras de incentivo e paciência. Aos meus sobrinhos, Anna Luiza e Caetano, pelos momentos ricos de me tornarem criança novamente e que me fazem acreditar que vale a pena lutar para conseguirmos um mundo melhor. A minha querida avó, Dinah, pela compreensão por eu não poder estar tão presente o quanto eu queria em sua vida, nesses dois anos que estive morando em Ribeirão Preto. Pelos meus avós que já se encontram em outro plano, pelos quais sinto enormes saudades. Aos meus sogros, Cláudia e Paulo, pelo carinho que sempre me prestaram. As minhas cunhadas Juliana e Marília, cunhado, Thiago, e concunhado, Felipe, pela grande amizade, pessoas que dou muito valor. Por fim, ao meu amado e admirável Rodrigo, pela compreensão de muitos dias ausentes, pela paciência, por todo carinho, apoio (emocional e financeiro) e incentivo, em todo o período do mestrado. Seu incentivo e seu jeito de ser, extremamente positivo, foram de

fundamental importância para que eu conseguisse concluir minha pesquisa, de forma mais prazerosa.

RESUMO

NAVES, C. F. B. A sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural: um estudo de caso no estado de São Paulo. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

Palavras chave: Auto-sustentabilidade financeira; Cooperativas de Crédito Rural; Custos de Transação.

Por causa da presença de informações assimétricas e de problemas como seleção adversa e *moral hazard*, o meio rural é pouco atrativo para o sistema financeiro vigente. Os mecanismos de seleção e monitoramento de clientes exibem custos altos, e, podem interferir no desempenho econômico de instituições financeiras. As instituições devem ser eficientes, e, trabalhar com baixas taxas de juros, de inadimplência, e de custos de transação, para serem auto-sustentáveis. As cooperativas de crédito rural, que não visam lucros, exercem taxas de juros e tarifas inferiores às cobradas pelo mercado. Foi objetivo dessa pesquisa analisar a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural. Por meio da revisão bibliográfica de teorias econômicas, de trabalhos científicos sobre custos de transação e capital social, verificou-se que alguns custos de transação são menores para as cooperativas, se comparadas com outras instituições financeiras, já que são formadas por produtores rurais de certa região, amenizando os riscos de suas transações. Além disso, certas peculiaridades das cooperativas são minimizadoras de dispêndios operacionais. Foi proposto um modelo, adaptado da análise de desempenho econômico de instituições financeiras, para análises verticais e horizontais de contas dos Balanços Patrimoniais e de Demonstrações de Perdas e Sobras das cooperativas de crédito rural. No estudo de caso da Credicitrus, a sua aplicação foi eficaz e permitiu o diagnóstico detalhado da situação financeira da cooperativa, em estudo, identificando indicadores importantes para sua auto-suficiência. Concluiu-se que as cooperativas de crédito

rural devem apresentar taxas de inadimplência baixas, evolução positiva nas captações de recursos junto aos associados e, sobras, para futuros investimentos. Notou-se que o indicador de rentabilidade sobre o patrimônio líquido deve ser adaptado para as cooperativas de crédito rural, pois essas organizações não visam o lucro. Por fim, a partir do indicador *break – even self sufficiency*, que deve se situar acima de um, é possível verificar se a cooperativa é capaz de arcar com os seus dispêndios, a partir de seus ingressos, caracterizando-a como uma organização auto-sustentável, o que foi verificado no estudo de caso. Foi um estudo específico, porém, o método adaptado e utilizado é perfeitamente aplicável para as demais cooperativas de crédito rural. Assim, pode ser utilizado por outras organizações, pelas Centrais e pelo Sistema Cooperativo como um método padrão para analisar a sustentabilidade financeira das cooperativas. Como sugestão ainda, seriam interessantes estudos de sustentabilidade das cooperativas de crédito rural em um cenário macroeconômico com diminuição de taxas de juros, o que, geraria maior competição dessas organizações com as demais instituições financeiras no país.

ABSTRACT

Key words: Financial self-sustainability; Rural credit unions; Transaction costs.

Due to the presence of asymmetric information and problems such as adverse selection and moral hazard, the rural area is rather unattractive to the current financial system. The selection mechanisms and customers' monitoring present high costs and they can interfere in the economic performance of financial institutions. With low transaction and operational costs, the institutions should be efficient and work with low interest rates and default, being self-sufficient. The cooperatives of rural credit which don't seek profits collect interest rates and inferior tariffs compared to those collected by the market. It was the objective of this research to analyze the financial sufficiency of the rural credit cooperatives. Through the bibliographical revision of economic theories, scientific papers on transaction costs and social capital, it was verified that some transaction costs are smaller for the cooperatives, if compared to other financial institutions, since they are formed by rural producers of a certain region, minimizing their risks of transactions. Besides, certain peculiarities of the cooperatives are minimizers of operational expenditures. A model was proposed, used in the economical performance analysis of financial institutions, for a case study of vertical and horizontal analyses of accounts of the Estate Balances and Demonstrations of Losses and Surpluses, which was adapted to the cooperatives of rural credit. Its applicability was effective since it allowed the detailed diagnosis of the Credicitrus case study, identifying important indicators for its self-sufficiency. It was concluded that the cooperatives of rural credit should present rates of low default, positive evolution in the receptions of resources from the associates and surpluses for futures investments. It was noticed that the profitability indicator on the net worth should be adapted to the cooperatives of rural credit, for they are

not-for-profit organizations. Finally, based from the break-even self-sufficiency indicator that should be rated above one, it is possible to verify whether cooperative is capable of handling their expenditures with their own earnings, characterizing it as a self-sufficient organization, which was verified in the case study. However, It was a specific study, the adapted and used method is perfectly applicable for the other cooperatives of rural credit. Thus, it could be used by other organizations, by the Headquarters and by the Cooperative System as a standard method to analyze the financial sufficiency of the cooperatives. Still as a suggestion, studies of sufficiency of the cooperatives of rural credit in macroeconomic scenery with decrease of interest rates would be interesting, which would generate larger competition of those organizations with the other financial institutions in the country.

SUMÁRIO

1. Introdução	17
1.2. Objetivos específicos	23
2. Custos de transação e assimetria de informações	25
2.1. A relevância dos custos de transações no processo de operações financeiras.....	28
3. O cooperativismo de crédito rural	35
3.1. A origem e o ambiente institucional das cooperativas de crédito.	35
3.2. A importância do cooperativismo de crédito rural	43
3.3. O que são as cooperativas de crédito rural	47
3.3.1. A articulação das cooperativas singulares, central e banco cooperativo.....	49
3.3.2. A importância da gestão das cooperativas de crédito rural.	51
3.3.3. As diferenças entre as cooperativas de crédito e os bancos comerciais	53
3.3.4. As limitações das cooperativas de crédito rural.	55
3.3.5. As demonstrações contábeis das cooperativas de crédito rural	57
3.3.5.1. As operações ativas das cooperativas de crédito rural	59
3.3.5.2. As operações passivas das cooperativas de crédito rural	60
3.3.6. Captação de recursos	62
3.3.7. Concessão de créditos e prestação de outros serviços	63
4. A importância da sustentabilidade financeira.....	65
5. Modelo proposto para a sustentabilidade financeira	76
5.1. Definição da sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural	76
5.2. Como analisar a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural.	77
6. Análise da sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural	84
6.1. Os custos de transação	84
6.3. <i>Spreads</i> , tarifas e juros	98

7. Estudo de caso da Credicitrus.....	108
7.1. Análise econômico-financeira da Credicitrus.....	110
8. Conclusões.....	125
ANEXO A – Artigo 27 da Resolução nº 3.321 do BACEN.....	137
ANEXO B – Patrimônio Líquido Exigido – índice de Basiléia.....	139
ANEXO C – Dados dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações das Sobras e Perdas, da Credicitrus, de 2004, 2005 e 2006.....	143

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Participação percentual das instituições do segmento bancário nas operações de crédito deste segmento.....	44
Tabela 2 - Representatividade do cooperativismo de crédito rural no ramo crédito no estado de São Paulo, em 2005	45
Tabela 3 – Evolução dos números do cooperativismo de crédito rural no estado de São Paulo, no período de 2001 a 2005.	46
Tabela 4 - Financiamentos concedidos a cooperativas e produtores rurais por instituição, no Brasil, de 1996 a 2004, em percentuais.	56
Tabela 5 - Taxa de inadimplência, em percentuais, das cooperativas de crédito rural e do Banco do Brasil, no ano de 2003.....	87
Tabela 6 - Número de funcionários das cooperativas de crédito rural do estado de São Paulo, em 2003	92
Tabela 7 - Financiamentos concedidos a cooperativas, por instituição, em percentuais, no período de 1993 a 2003.	97
Tabela 8 - Tarifas cobradas pelo Bancoob, Banco do Brasil e Bradesco, em produtos e prestações de serviços, em 2006.....	101
Tabela 9 - Taxa de juros cobrada no cheque especial, pelo Bancoob e por outros bancos comerciais, no período de 16 a 22 de novembro de 2006	103
Tabela 10 - Taxa de juros cobrada no crédito pessoal, pelo Bancoob e por outros bancos comerciais, no período de 16 a 22 de novembro de 2006	103
Tabela 11 - <i>Spread</i> em bancos comerciais e cooperativas de crédito rural.....	106
Tabela 12 - Números do processo de expansão da Credicitrus, em 2003, 2004 e 2005.....	111
Tabela 13 - Dispêndios operacionais em relação aos ingressos operacionais da Credicitrus, em 2003,2004 e 2005	112
Tabela 14 - Análise horizontal das DREs da Credicitrus, de dezembro de 2003, 2004 e 2005, em variação percentual, com base em 2003	112
Tabela 15 - Análise horizontal das DREs da Credicitrus, de dezembro de 2003, 2004 e 2005, em variação percentual, com base no exercício imediatamente anterior	113
Tabela 16 - Índices econômico-financeiros da Credicitrus , no período de 2003 a 2005	116
Tabela 17 - Evolução da provisão para devedores duvidosos e das operações de crédito da Credicitrus, em 2003, 2004 e 2005	118

Tabela 18 - Participação das operações de crédito vincendas da Credicitrus, por Nível de Risco, e 2003, 2004 e 2005	118

Tabela 19 - Variação dos ingressos e dos dispêndios da Credicitrus, no período de 2003 a 2005	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Custos de transação no processo de empréstimos	29
Quadro 2. Custos de transação pré e pós-contratuais	31
Quadro 3. Indicador para análise de auto-sustentabilidade financeira de instituição de microcrédito.....	71
Quadro 4. Indicadores para análise de auto-suficiência de instituição de microcrédito.....	72
Quadro 5. Indicador para análise de eficiência operacional de instituição de microcrédito	72
Quadro 6. Indicadores para análise de liquidez de bancos comerciais.....	73
Quadro 7. Indicadores para análise de capital de bancos comerciais.....	73
Quadro 8. Indicadores para análise de desempenho econômico de bancos comerciais	74
Quadro 9. Indicador para análise de eficiência econômica de bancos comerciais	74
Quadro 10. Contas dos Balanços Patrimoniais que serão analisadas da Credicitrus	78
Quadro 11. Contas das Demonstrações de Sobras ou Perdas que serão analisados da Credicitrus.	79
Quadro 12. Indicadores para análise vertical do diagnóstico econômico-financeiro da cooperativa.....	80

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB S.A.	Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BANSICRED S.A.	Banco Cooperativo S.A
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo do Brasil
CDBs	Certificados de Depósitos Bancários
CDI	Certificado de Depósito Interfinanceiro
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COCECRER	Cooperativa Central de Crédito Rural
COOPERCITRUS	Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo
COSIF	Plano Contábil de Instituições Financeiras Nacionais
CPMF	Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
CRESOL	Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CSLL	Contribuição Social Sobre Lucro Líquido
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DSP	Demonstração de Sobras e Perdas
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica
NEI	Nova Economia Institucional
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
PAC	Posto de Atendimento Cooperativo
PIS	Programa de Integração Social
PLE	Patrimônio Líquido Exigido
PR	Patrimônio Líquido de Referência
SCCOP	Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SISBR	Sistema de Informática do Sicoob
TAC	Tarifa com abertura de crédito
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TN	Tesouro Nacional
UNICRED	Confederação Uniced do Brasil

1. Introdução

Com a intensificação do comércio, o mercado financeiro passou por um processo de desenvolvimento, em que foram aperfeiçoados muitos instrumentos à oferta de crédito, para que as transações comerciais ocorressem de forma mais eficiente.

Embora a utilização dessas ferramentas financeiras esteja muito distante para uma grande parte da população que não tem acesso, uma vez que os serviços financeiros exibem altos custos, existem, hoje, várias instituições alternativas que prestam serviços financeiros, como instituições de microcrédito, financeiras e cooperativas de crédito, que tentam suprimir essa lacuna.

No meio rural, o acesso aos serviços financeiros ainda é difícil, porque a natureza geográfica, social e econômica, representada por economias, às vezes, pouco diversificadas e de alto risco, gera imperfeições no mercado de crédito, como, por exemplo, falta de mercado e de crédito disponível.

Segundo Pischke (1999), existe uma fronteira financeira que separa aqueles que não conseguem adquirir crédito de instituições financeiras formais daqueles que conseguem. Toda instituição financeira competitiva, segundo esse autor, espera de alguma maneira expandir sua fronteira. Assim, mudanças nos termos e condições dos serviços prestados por elas e a introdução de inovações fazem com que a fronteira se mova e haja reduções de custos.

No sistema financeiro, assim como na economia, as transações ocorrem com a presença de informações assimétricas, situação na qual o mercado financeiro não consegue distinguir plenamente o “bom” do “mau” tomador de empréstimos, uma vez que o prestador tem menos informações do que o tomador de empréstimos em relação aos riscos.

Diante desse cenário, são gerados dois tipos de problemas, conhecidos na literatura econômica como seleção adversa e risco moral. A seleção adversa poderia ser explicada, por

exemplo, por risco *ex-ante*, exemplificado na impossibilidade do mercado financeiro obter informações de possíveis futuros clientes, e, assim, realizar um empréstimo não para o melhor tomador; e o risco moral poderia ser explicado por risco *ex-post*, exemplificado pelo não pagamento de algumas parcelas do financiamento pelo tomador, conforme o previsto, após a realização de um contrato de financiamento. A rentabilidade das instituições creditícias passa a depender, portanto, da qualidade da avaliação de riscos.

Diante disso, Stiglitz e Weiss (1981) demonstraram que, na impossibilidade de identificar o bom do mau pagador, os credores enfrentam alguns problemas, pois, se estipulam uma taxa de juros muito alta como forma de minimizar seus riscos, os bons pagadores deixarão de tomar empréstimos e a instituição financeira poderá ficar apenas com os piores pagadores, que geralmente estão mais dispostos a pagar taxas mais altas para tomar os empréstimos.

No meio rural, essa situação pode ser mais representativa pelo fato de os produtores rurais serem mais propensos a efetuar *default* quanto aos empréstimos tomados, uma vez que os riscos da atividade agrícola são maiores, devido a imprevistos da natureza (seca, enchentes, pragas etc.), e, por isso, muitas vezes, a atividade não gera uma rentabilidade esperada para efetuar o pagamento do empréstimo.

Além disso, segundo Acevedo e Delgado (2002), o mercado financeiro rural enfrenta, ainda, obstáculos relacionados aos elevados riscos e dificuldades para diversificá-los; aos elevados custos de transação para os credores e devedores, à dificuldade para diluir os custos fixos da infra-estrutura financeira e, à falta de produtos financeiros e não financeiros adequados à realidade e às necessidades dos beneficiários finais.

A solução encontrada para os dois problemas mencionados (seleção adversa e risco moral) acaba sendo a utilização de mecanismos de seleção e monitoramento de clientes, que podem ser resumidos pela utilização de contratos complexos e exigência de garantias, entre

outros controles burocráticos, que implicam custos de transações mais altos, além dos operacionais, e, por isso, podem influenciar nos desempenhos econômicos dessas instituições, impedindo, de certa forma, sua sustentabilidade financeira de longo prazo. Ou seja, os custos de transação, principalmente os de informação, a elaboração de contratos e a escolha de uma taxa de juros ótima apresentam relevante importância na concessão de crédito, principalmente no que diz respeito à avaliação de riscos. Essas características ampliam significativamente o custo relacionado a empréstimos de menor magnitude, principalmente àqueles destinados aos pequenos produtores rurais.

Portanto, além da identificação de uma potencial demanda, esses custos são variáveis essenciais para a auto-sustentabilidade de uma instituição financeira, sendo que é de fundamental importância para uma instituição avaliar constantemente a prestação de serviços financeiros ao menor custo possível.

Assim, espera-se que, obtendo mais eficiência e, portanto, mais baixos custos de transação e operacionais, instituições financeiras consigam trabalhar com taxas de juros menores e, dessa forma, atinjam menores taxas de inadimplência e maiores volumes para mobilização de poupança, questões relevantes para a sustentabilidade financeira das mesmas.

A sustentabilidade financeira, segundo Meyer (2000), refere-se à capacidade das instituições financeiras cobrirem todos os seus custos, sem subsídios externos. Dessa forma, elas dependem de uma série de fatores para seu sucesso, como definição da taxa de juros para os empréstimos e de *spreads* adequados, baixa taxa de inadimplência, baixos custos de administração e capacidade de mobilização de poupança, entre outros, que serão discutidos posteriormente. São fatores que toda instituição financeira precisa para conseguir competir e se manter no mercado; por exemplo, de nada adianta a instituição estipular taxas de juros muito baixas para tentar beneficiar seus clientes, se não possui condições para cobrir os custos e riscos do financiamento.

Para esta pesquisa, foram escolhidas como objeto de estudo as cooperativas de crédito rural, principalmente por serem organizações que atendem a atividades econômicas do setor primário, como a agricultura, de maior risco, espaços muitas vezes não atendidos e tampouco disputados pelo sistema financeiro vigente.

Além disso, sabe-se que o crédito rural é considerado importante fator do financiamento da agricultura e do desenvolvimento econômico brasileiro. Portanto, as cooperativas de crédito rural, organizações de cunho social e econômico, podem ser consideradas como alternativas de financiamento para a atividade agropecuária.

Vale ressaltar, ainda, que as organizações cooperativas têm servido como importantes carteiras agrícolas dos bancos, já que viabilizam repasses de recursos públicos, por meio de programas oficiais, para os produtores rurais.

Estas organizações, que não têm como objetivo o lucro, têm como objetivo financiar necessidades ou empreendimentos dos associados e facilitar seu acesso ao mercado financeiro, apresentando vantagens em relação aos bancos comerciais. Uma vez que não objetivam lucros, não há incidência de imposto de renda sobre as mesmas. Podem, também, ser consideradas instrumentos de inclusão econômica e social.

Não existe a presença do intermediário, uma vez que os associados das organizações cooperativas são os próprios donos e usuários. Essa característica intrínseca às organizações cooperativas favorece a formação de capital social e, por consequência, a redução de custos de transação, o que as caracteriza como organizações que possuem um diferencial com relação às demais instituições financeiras na concessão de crédito rural, já que se sabe que este é um crédito extremamente caro para as instituições financeiras, devido as suas características particulares.

Pela ausência do papel do intermediário, da não incidência do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e de outros impostos, como a não obrigatoriedade de depositar o

compulsório, essas organizações conseguem trabalhar com taxas de juros inferiores às taxas de juros de bancos comerciais. Assim, são organizações que promovem melhor distribuição de renda, uma vez que o diferencial das taxas de juros das mesmas em relação às taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais fica com os próprios associados, que provavelmente investirão na economia da região onde moram, contribuindo dessa forma, para o crescimento e desenvolvimento econômico regional (BIALOSKORSKI NETO; BALIEIRO, 2001).

Além disso, diferentemente das instituições de microcrédito, as organizações cooperativas de crédito não dependem de subsídios externos, uma vez que são os próprios associados que promovem sua capitalização e captação de recursos. Portanto, os subsídios diretos, fatores que exercem forte influência na sustentabilidade financeira, em particular, de instituições financeiras de microcrédito, podem ser descartados na análise da sustentabilidade das organizações cooperativas, uma vez que não exercem nenhuma influência nas mesmas.

É importante mencionar, entretanto, que as cooperativas podem trabalhar com intermediação de recursos de repasses dos bancos comerciais aos produtores rurais a taxas de juros baixas definidas pelo governo, que podem ser subsidiadas; porém, esses eventuais subsídios não são transferidos para as cooperativas, e, sim, para os produtores rurais associados.

Somado a isto, tem-se o fato que as organizações cooperativas de crédito rural conseguem atender a produtores rurais que muitas vezes não conseguem ter acesso ao sistema financeiro tradicional.

Observando a dificuldade que instituições de microcrédito enfrentam para atingir sua sustentabilidade financeira, e, verificando que os elevados *spreads* e tarifas bancárias são fatores relevantes para a sustentabilidade e lucratividade nos bancos comerciais, esta pesquisa tem como problema central investigar a sustentabilidade financeira das organizações

cooperativas de crédito rural, instituições diferentes das supracitadas, que geralmente operam com taxas de juros inferiores às do mercado.

Essa é a questão principal que esta pesquisa pretende analisar a partir do estudo de caso da maior cooperativa de crédito rural do país, localizada no Estado de São Paulo, a Cooperativa de Crédito Rural Coopercitrus - Credicitrus, com sede administrativa localizada no município de Bebedouro.

Esta pesquisa é relevante para o sistema cooperativista, e, portanto, para a economia, uma vez que há dificuldades de se encontrar estudos sobre a sustentabilidade financeira de cooperativas de crédito em geral, bem como para oferecer a essas organizações um modelo proposto de medição da sustentabilidade no longo prazo que vise melhorar sua gestão, bem como seu desempenho econômico.

1.1. Objetivo geral

O objetivo geral é estudar e analisar os modelos de auto-suficiência e sustentabilidade financeira de entidades financeiras e adaptar um modelo de análise para as cooperativas de crédito rural.

1.2. Objetivos específicos

Especificamente, esta pesquisa tem como demais objetivos:

- a) descrever sobre a estrutura de operacionalização e funcionamento de uma cooperativa de crédito rural;
- b) discutir as principais metodologias utilizadas nas avaliações da sustentabilidade de instituições financeiras;
- c) detalhar os dispêndios e os ingressos de uma organização cooperativa de crédito rural;
- d) a partir do estudo de caso de uma cooperativa de crédito rural, descrever um diagnóstico de sua situação financeira, analisar seus ingressos, os seus dispêndios e mostrar as variáveis que afetam e colaboram com a sustentabilidade econômico – financeira desse tipo de organização.

Esta dissertação está dividida em oito capítulos, sendo essa introdução o primeiro deles.

O segundo capítulo discute brevemente sobre a Teoria dos Custos de Transação e o conceito de Assimetria de Informações, enfatizando os custos de transação pré e pós - contratuais das transações na agricultura, inclusive transações de oferta de crédito a produtores rurais, bem como discute a importância do capital social para a redução dos custos de transação nas operações de crédito.

O terceiro capítulo descreve sobre a estrutura e o funcionamento de uma cooperativa de crédito rural no Brasil. Porém, antes disso, discute brevemente sobre o surgimento, histórico e importância das cooperativas de crédito rural no Estado de São Paulo, uma vez que foi realizado um estudo de caso neste Estado.

O quarto capítulo trata da importância da sustentabilidade financeira que as instituições financeiras têm que apresentar para conseguir atender a seus clientes e beneficiá-los, podendo competir no mercado no longo prazo.

O quinto capítulo propõe um modelo que deverá ser aplicado na análise da sustentabilidade financeira da organização cooperativa de crédito rural estudada no Estado de São Paulo.

O sexto capítulo discute sobre a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural.

O sétimo capítulo se refere ao estudo de caso da sustentabilidade financeira da Credicitrus, apresentando resultados do modelo proposto e por último, o oitavo capítulo traz as conclusões obtidas da presente pesquisa.

2. Custos de transação e assimetria de informações

Para a economia neoclássica, a firma sempre foi vista como uma função de produção otimizadora, totalmente indiferente a sua estrutura interna e aos condicionantes do ambiente, exceto aos preços. Nesse sentido, os consumidores são capazes de extrair todas as informações com relação aos atributos dos bens e serviços e escolher, racionalmente, entre várias alternativas aqueles que maximizam suas utilidades (ZYLBERSZTAJN, 1995). Assim, fora da firma, o sistema de preços funciona como o fator de coordenação da alocação de recursos, sendo responsável pela coordenação do sistema econômico e, neste contexto, fatores institucionais são desconsiderados.

Em 1937, Coase (1998), em seu artigo intitulado “*The Nature of the Firm*”, contribuiu para a ciência econômica somando à visão da teoria neoclássica os custos de transação na análise econômica, os quais tiveram fundamental importância para a Nova Economia Institucional, também denominada de Economia dos Custos de Transação.

Para Coase (1998), o bem-estar da sociedade depende da aquisição de bens e serviços, que depende da produtividade do sistema econômico. E esta, segundo Adam Smith, depende da especialização, da divisão do trabalho, que só é possível se houver trocas. Quanto mais baixos os custos dessas trocas, mais especialização será possível e maior será a produtividade do sistema econômico. Porém, os custos das trocas dos bens e serviços dependem das instituições de um país: do sistema legal, do sistema social, do sistema educacional, cultural e político, entre outros. Portanto, há custos com a utilização do mecanismo de preços. Assim, as transações realizadas no mercado apresentam custos com diferentes naturezas associadas às mesmas, que incluem custos de encontrar os preços relevantes, custos de negociação e custos de elaboração de contratos.

North (1991) contribuiu nessa mesma linha de pensamento mencionando que, em um contexto em que há comportamento maximizador de riquezas do agente econômico e presença de informação assimétrica em relação aos atributos nas transações de trocas, os custos de transação são determinantes críticos na performance econômica. Para esse autor, as instituições e a concretização de *enforcement*, ou seja, a eficácia de acordos efetuados sobre as trocas de bens e serviços, determinam os custos de transação.

Com o surgimento da Nova Economia Institucional (NEI), a unidade de análise fundamental passou a ser a transação, operação onde são negociados direitos de propriedade, cujos custos são analisados como indutores de modos alternativos de organização da produção, dentro de um arcabouço analítico institucional (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Desta forma, as características das transações passam a ser vistas como a principal determinante da forma da organização da produção dos bens e serviços envolvidos e os custos de transação estão sempre presentes, mas variam consideravelmente entre indivíduos, tipos de transações, arranjos institucionais e sistemas políticos.

Segundo Pessali (1999), as transações econômicas podem ocorrer de duas maneiras: impessoalmente, através do mercado, ou através de contratos entre determinados agentes econômicos. Se o mercado apresenta custos para ser utilizado, pode ser que, através do contrato, dois ou mais agentes encontrem um meio de evitá-los ou, pelo menos, minimizá-los, uma vez que a firmação de contratos também exhibe custos, tanto custos *ex ante* quanto custos *ex post*.

Segundo Williamson (1985), os custos de transação colocam o problema da organização como um problema de contrato. Para esse autor é impossível estabelecer, na elaboração dos contratos, todos os eventos *ex ante* relevantes das transações. E isso se deve tanto a atributos do comportamento dos agentes econômicos, como racionalidade limitada e oportunismo, como à complexidade de determinados atributos nas transações. Portanto, torna-

se impossível a elaboração de um contrato completo, prevendo todos os acontecimentos futuros, uma vez que há existência de assimetria de informações entre as partes que efetuam um contrato entre si, que gera custos de informações, os quais, segundo Coase (1998), são os principais componentes dos custos de transação.

As informações são aspectos fundamentais nas transações econômicas; porém, devido à existência de falhas de mercado, como a capacidade limitada na transmissão de informações entre os agentes econômicos, são gerados custos de informação. Assim, os custos de informação são gerados devido à existência de assimetria de informações, ou seja, quando, diante de um contrato formalizado, um agente econômico possui mais informação do que a outra parte envolvida. Por isso, visando maximizar seu bem-estar, pode obter vantagens ou agir de maneira oportunista diante da transação efetuada. Essas vantagens e comportamentos dos agentes econômicos são conhecidos na literatura econômica como seleção adversa, que ocorre antes que a transação ocorra, e risco moral, que ocorre depois que a transação é efetuada.

O conceito de informação assimétrica teve importância com o estudo de Arkelof (1970), o qual concluiu que a existência de assimetria de informação gera ineficiências no mercado. Em seu estudo, observou que a falta de informações na comercialização de carros, por parte dos possíveis compradores, afeta o funcionamento desse mercado, de tal forma que apenas os carros de pior qualidade nele permaneçam. Tal fato decorre do não conhecimento, pelos possíveis consumidores, dos atributos dos carros que estão sendo vendidos, reduzindo o valor do preço que estariam dispostos a pagar.

Os mercados financeiros têm características em que a existência de assimetria de informação é inerente à relação credor-devedor, uma vez que o bem transacionado não é um valor real disponível, mas uma promessa, o que dificulta aos contratantes avaliar adequadamente as condições e as intenções do outro protagonista (BELLUZZO, 2004).

Assim, de acordo com Belluzzo (2004), haverá seleção adversa quando o credor – incapaz de avaliar corretamente o risco de concessão de empréstimos – discrimina os bons devedores potenciais, elevando o custo do crédito. O risco moral é fruto da incapacidade do prestamista de supervisionar corretamente o uso do crédito por parte do devedor, que pode estar empenhado em aplicar o dinheiro em operações de maior risco.

2.1. A relevância dos custos de transações no processo de operações financeiras

Alguns autores mencionam a importância de serem considerados nas operações do mercado de crédito, os custos de transação; porém, em grande parte dos estudos não há propostas da criação de índices de suas mensurações na análise da sustentabilidade financeira das instituições financeiras, provavelmente pela própria dificuldade de sua conceituação.

Sendo assim, explorar melhor as variáveis que exercem influências sobre esses custos torna-se relevante para a argumentação na análise da sustentabilidade financeira de instituições financeiras; neste estudo, em particular, das organizações cooperativas de crédito rural.

Fachini (2005) analisou os custos de transação em sua pesquisa referente à sustentabilidade financeira de uma instituição de microcrédito no Brasil, considerando-os nas atividades de reunir, colher e processar informações necessárias para examinar potenciais tomadores de empréstimos, processar empréstimos e colaterais, monitorar os empréstimos e todos os gastos gerados com o recolhimento dos repagamentos, como as despesas financeiras e administrativas. Ou seja, para a autora, a administração do empréstimo com relação ao risco envolvido no crédito é relevante e, dessa forma, o credor deve cobrar uma taxa de juros

suficiente para compensá-lo, de acordo com a escolha do ativo, mais ou menos arriscado, que o tomador optar por adquirir.

Para calcular os custos de transação contabilizados no processo de empréstimos do Banco do Povo, objeto de estudo de sua pesquisa, Fachini (2005) utilizou as variáveis listadas no quadro seguinte:

	<i>Ex-ante</i>		<i>In</i>		<i>Ex-post</i>	
Custos de Transação	descrição	cálculo	descrição	cálculo	descrição	cálculo
Despesas Financeiras	captação dos fundos	juros pagos pela instituição para a obtenção de recursos financeiros	intermediação financeira	taxas bancárias de transferência dos fundos até o cliente	-	-
Despesas Operacionais	reunir, colher e processar informações sobre clientes	salário dos agentes de crédito e gerência	monitoramento das atividades dos clientes	salários dos agentes de crédito	execução de perdas	honorários de advogados
Outras Despesas Administrativas	Atuam em todo o processo da transação (<i>Ex-ante</i> , <i>in</i> e <i>ex-post</i>)					
Despesas com Risco de Crédito	provisão para devedores duvidosos		-	-	perdas na concessão de crédito	empréstimos com atraso > que 180 dias

Quadro 1. Custos de transação no processo de empréstimos

Fonte: Fachini (2005)

Como se pode observar, a autora subdividiu os custos de transação em quatro tipos de despesas (financeiras, operacionais, administrativas e de risco de crédito), considerou a ocorrência (ou não) das mesmas nos períodos *ex-ante*, *in* e *ex-post* do processo de empréstimos e descreveu a composição das mesmas, estipulando uma proposta de cálculo para cada uma.

Assim, para essa autora, conforme pode ser verificado no Quadro 1, os custos de transação englobam todos os tipos de despesas que a instituição financeira analisada possui. As despesas financeiras são aquelas referentes aos custos de captação e de intermediação bancária; as despesas operacionais são aquelas referentes ao processo de recolhimento de

informações sobre os clientes, como também o processo de monitoramento das atividades dos mesmos; as despesas administrativas são aquelas referentes às despesas com aluguel, folha de pagamento, energia, telefone etc; e as despesas com risco de crédito são aquelas referentes à qualidade de carteira de crédito da instituição.

Para Chaddad e Lazzarini (2003), o volume e o custo de recursos financeiros disponibilizados para a produção agrícola dependem não somente do custo do dinheiro, mas também de “fricções” em diversas transações sequenciais interligando credores e tomadores de crédito. Essas fricções se referem aos custos de informação e de transação típicos de relações contratuais, e geralmente estão muito presentes no mercado agrícola, devido às particularidades que este mercado apresenta, como: a dispersão geográfica dos produtores, que dificulta a obtenção de informações, e o monitoramento dos contratos estabelecidos. Dessa forma, os custos para buscar informações relevantes à efetivação dos contratos nessas áreas são bastante elevados, podendo até mesmo implicar recusa de financiamentos por parte de bancos convencionais.

Os custos de transação pré e pós-contratuais, considerados por esses autores, podem ser verificados no quadro a seguir:

Custos de Transação	recursos gastos em	Exemplos
Pré - Contratuais	negociação	esforços para aproximar credor e tomador. Pode-se considerar nestes custos as comissões dos agentes de crédito, uma vez que são eles que geralmente realizam as transações.
	salvaguardas	colaterais dos mais diversos possíveis, tais como: imóveis, <i>commodities</i> , fundos etc e mecanismos de aval e fiança.
	incentivos	exigência da realização de <i>hedging</i> em mercados futuros ou por meio de contratos a termo, exigência de seguro agrícola
Pós - Contratuais	monitoramento e controle	verificação do uso dos recursos emprestados e acompanhamento do desempenho financeiro dos tomadores para detectar possíveis candidatos à inadimplência
	má adaptação contratual	situação de inadimplência " irremediável" - custos de receber e vender colaterais, despesas com litígio, possíveis impactos sobre o fluxo de caixa do emprestador etc.

Quadro 2. Custos de transação pré e pós-contratuais

Fonte: Chaddad e Lazzarini (2003)

Verifica-se, dessa forma, a importância dos custos de transação serem levados em consideração na avaliação de sustentabilidade financeira de instituições financeiras.

Fachini (2005) considera os custos de transação das instituições que prestam serviços de fornecimento de crédito, inclusive as despesas indiretas, como, aluguel, energia, telefone, despesas com pessoal de outras áreas, classificando-os em despesas financeiras, operacionais, outras despesas administrativas e despesas com risco de crédito. Já Chaddad e Lazzarini (2003) consideram como custos de transação apenas os custos que envolvem a obtenção de informações dos tomadores e os custos de monitoramento, controle e má adaptação contratual.

Na presente pesquisa, os custos de transação serão os mesmos considerados por Chaddad e Lazzarini (2003). Assim, torna-se importante, nesse contexto, diferenciar os custos de transação dos custos operacionais nas operações realizadas entre instituições financeiras e produtores rurais. Os custos de transação são aqueles que envolvem a negociação, coleta de

informações, elaboração de contrato entre as partes envolvidas, monitoramento e *enforcement* legal. Os custos operacionais são os custos administrativos e os custos financeiros da instituição financeira.

Segundo Junqueira (2003), toda transação financeira é um contrato intertemporal de cumprimento incerto. Assim, a rentabilidade das organizações creditícias depende da qualidade da avaliação de riscos, ou seja, da antecipação da confiabilidade dos devedores, a qual apresenta papel fundamental na redução dos custos de transação dessas organizações.

Ao citar a antecipação da confiabilidade dos devedores, as cooperativas de crédito rural são organizações que podem ser consideradas ricas neste quesito; portanto, possuem custos de transação menores na prestação de serviços, se comparadas com outras instituições financeiras. Para melhor esclarecimento, é importante mencionar que as organizações cooperativas são sociedades caracterizadas por apresentar um alto nível de relação de confiança existente entre os agentes econômicos que dela fazem parte. Na literatura econômica, essa relação de confiança pode ser caracterizada como capital social e uma de suas principais características é propiciar a melhora de transações econômicas.

Putnam (1993), um dos precursores do conceito de capital social, afirma, em sua conhecida publicação “Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna”, que o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Para esse autor, o capital social, assim como o capital convencional, no caso dos mutuários convencionais, serve como uma espécie de garantia, estando disponível para os que têm dificuldades de acesso aos mercados de crédito regulares. A própria dificuldade desse acesso e a falta de alternativas viáveis podem fomentar e aumentar a credibilidade dos membros de uma organização.

Segundo Peres (2000), o capital social é descrito como a confiança entre as pessoas e na rede de relacionamentos, que irá facilitar as transações nos mercados e permitir a criação e a participação ativa de grupos horizontais, importantes instituições que ajudam no funcionamento da economia. A organização das comunidades tem sido utilizada como estratégia de desenvolvimento por meio de investimentos em capital social.

Para Junqueira (2003), esse tipo de capital proporciona a segurança necessária para as transações no mercado. A força dos vínculos interpessoais torna-se possível pela confiança e o intercâmbio acontece com certa frequência. Na ausência desses vínculos, seriam necessários mecanismos de segurança muito caros e complexos para que as transações ocorressem.

Bialoskorski Neto e Balieiro (2000) explicam que o capital social pode ser entendido na forma de organização social da coletividade que irá influenciar o desenvolvimento da economia de uma região. Isso se deve ao fato de a organização social permitir um melhor acesso aos meios de produção, mercados e termos favoráveis de transação, segundo Bebbington (1999). Assim, as sociedades cooperativas são organizações que colaboram significativamente com a presença de capital social em certa região e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da mesma.

Dessa forma, com base no capital social, a relação de confiança dos produtores rurais, formadores dessas organizações, provavelmente é mais intensa, como também o acesso a informações entre os mesmos deve ser obtido de forma menos custosa, se comparada com outras instituições financeiras, como nos bancos comerciais, por exemplo, em que essa relação de confiança provavelmente quase não existe.

É importante mencionar a existência de sistemas de cooperativas de crédito rural, os quais se organizam em rede, buscando formas para diminuir os custos e conseguir um maior alcance por meio de mecanismos de controle dos serviços financeiros, denominados, pela literatura recente, de finanças de proximidade. Já neste caso, as cooperativas se organizam por

meio de uma rede formal e operacionalizam em conjunto (JUNQUEIRA, R.; ABRAMOVAY, R., 2003).

Uma questão central das finanças de proximidade é efetivar mecanismos de seleção e monitoramento coerentes com os propósitos das organizações - aliando sustentabilidade institucional, maior alcance do crédito e taxas de juros condizentes com as condições dos potenciais beneficiários. As microfinanças de proximidade pretendem alcançar justamente a virtude de reduzir a separação entre saúde financeira e alcance de objetivos sociais.

Portanto, para conseguir atingir a sustentabilidade financeira, as instituições financeiras dependem, como já foi dito, de uma série de fatores, como: baixos custos de transação, baixos custos de administração, baixa taxa de inadimplência, definição da taxa de juros para os empréstimos e de *spreads* adequados e capacidade de mobilização de poupança. E, para ser sustentável financeiramente, a instituição deve fazer com que suas receitas sejam capazes de cobrir todos os custos da instituição.

Pretende-se, assim, fazer uma análise dos dispêndios gerados pelas cooperativas de crédito rural no processo de transação de empréstimos, para definir quais serão as mais indicadas na análise da sustentabilidade das cooperativas de crédito rural.

3. O cooperativismo de crédito rural

Para se analisar o cooperativismo de crédito rural e como funciona uma cooperativa de crédito rural, torna-se importante descrever brevemente sobre a origem e o ambiente institucional em que este tipo de organização está inserido, bem como sua evolução até os dias de hoje com o intuito de compreender as particularidades das cooperativas de crédito rural neste ambiente.

3.1. A origem e o ambiente institucional das cooperativas de crédito.

O cooperativismo de crédito rural brasileiro tem sua origem em 1902, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, e foi inspirado no cooperativismo de crédito alemão. As organizações eram denominadas Caixas Rurais Raiffeisen e a pioneira foi criada pelo padre Amstad. A primeira cooperativa, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, existe até hoje, denominada Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis.

De acordo com Pinheiro (2006), o marco jurídico das cooperativas de crédito pode ser descrito por Decretos e Leis, em que os principais são resumidos e destacados, a seguir, por ordem cronológica:

Em janeiro de 1903, o Decreto do Poder Legislativo nº 979, que foi depois regulamentado pelo Decreto nº 6.532, em 1907, permitiu aos sindicatos a constituição de caixas rurais de crédito agrícola, bem como as de produção e de consumo, sem muito detalhamento sobre o assunto. Porém, a primeira norma a disciplinar o funcionamento de

organizações cooperativas foi o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, de 1907. Por este Decreto, essas organizações poderiam ser constituídas sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita, sendo regidas por leis específicas.

Em 1925, a Lei nº 4.984 atribuiu ao Ministério da Agricultura a incumbência da fiscalização, sem ônus do cumprimento das prescrições do Decreto nº 1.637.

Logo no ano seguinte, em 1926, o Decreto nº 17.339 aprovou o regulamento destinado a reger a fiscalização da constituição, bem como do funcionamento das caixas rurais dos tipos *Raiffeisen* e *Luzzatti*¹. O Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, órgão do Ministério da Agricultura, ficou encarregado da fiscalização das cooperativas de crédito.

Em 1932, foi promulgado o Decreto do Poder Legislativo nº 22.239, o qual reformou as disposições do Decreto nº 1.637, na parte referente às sociedades cooperativas, e definiu as cooperativas de crédito, em seu artigo 30, como sociedades que têm como objetivo principal proporcionar, a seus associados, crédito e moeda, por meio da mutualidade e da economia, mediante uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste, seja agrícola, industrial, comercial ou profissional, e, acessoriamente, podendo fazer, com pessoas estranhas à sociedade, operações de crédito passivo e outros serviços conexos ou auxiliares do crédito.

Em 1943, foi criada a Caixa de Crédito Cooperativo, destinada ao financiamento e fomento do cooperativismo. Em 1951, a Lei nº 1.412 transformou a Caixa de Crédito Cooperativo no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o qual era controlado pela União, que inicialmente controlava 60% de seu capital e os 40% restantes eram subscritos pelas cooperativas legalmente constituídas e em funcionamento, e que não apresentaram nenhuma ingerência na administração do banco.

---

¹ Estas cooperativas são de origem européia. Enquanto as primeiras, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada dos associados, a singularidade dos votos, a área de atuação restrita, a não distribuição de sobras, as segundas eram tipicamente urbanas, com o quadro social aberto à população.

Até 1964, as cooperativas de crédito rural no Brasil foram praticamente fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura. Em 1964, as cooperativas de crédito equipararam-se às demais instituições financeiras, com o advento da Lei nº 4.595. O art. 55 deste instrumento legal estabeleceu a transferência de todas as atribuições do Ministério da Agricultura ao Banco Central do Brasil (BACEN), no que se refere à autorização da constituição e funcionamento, bem como à fiscalização de qualquer tipo de cooperativa de crédito.

Em 1966, o Decreto nº 22.239 foi definitivamente revogado pelo Decreto-Lei nº 59, o qual definiu que as atividades creditórias das cooperativas somente poderiam ser executadas por organizações exclusivamente com esta finalidade. A atual Lei nº 5.764, de 1971, revogou o Decreto Lei nº 59 e instituiu o regime jurídico das organizações cooperativas.

O cooperativismo de crédito rural teve muitas dificuldades para obter êxito e muitas vezes fracassou, principalmente na fase inicial de sua implantação. Quase oitenta anos depois de seu surgimento, o sistema contava com poucos associados, cerca de 22.000, seus depósitos e empréstimos eram bastante reduzidos e apresentava participação praticamente nula no contexto do sistema vigente do Estado, com tendência ao desaparecimento (GUIMARÃES, 1980).

Os produtores brasileiros começaram então, a depender novamente, cada vez mais, do sistema bancário vigente, a altos custos. Entretanto, os altos custos da intermediação bancária impediam o acesso de muitos produtores rurais ao mercado bancário tradicional.

Segundo Guimarães (1980), o insucesso das cooperativas de crédito rural no país se deu principalmente pelos seguintes motivos:

- a falta de integração tanto vertical, das cooperativas singulares de crédito, como horizontal, com as cooperativas de produção;
- o fato de que o Banco do Brasil, por meio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a partir de 1937, operava com taxas de juros extremamente favoráveis, o que

contribuiu para o cooperativismo ser considerado como desnecessário, situação esta que se alterou bastante na década de 80, com as altas taxas de inflação e a restrição do crédito à agropecuária, conforme já mencionado no item anterior desta pesquisa.;

- a forte fiscalização pela qual as cooperativas passaram no período da ditadura militar, o que resultou no fechamento da maioria das cooperativas de crédito que existiam no país. Muitas delas, nessa época, eram desconceituadas publicamente e não tinham nenhum tipo de integração ou de interação com as cooperativas de produção, muito menos o apoio de autoridades governamentais.

Segundo Pinho (2004), durante a reabertura democrática do país, a reconstituição do financiamento agrícola aconteceu por meio da organização de cooperativas singulares em rede, e, da integração dessas, em uma central estadual Assim, das treze cooperativas singulares de crédito rural remanescentes, a maioria em estado de decadência, nove delas se reuniram e decidiram integrar-se e interagir com as cooperativas de produção, constituindo, em 1980, a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul – a COCECRER.

Em 1988, as organizações cooperativas conquistaram a auto-gestão, sendo vedada qualquer interferência do governo na gestão das mesmas. As cooperativas de crédito, entretanto, continuaram dependentes da autorização do Banco Central, para funcionamento, em razão do disposto no artigo 192 da Carta Magna, o qual estabelecia que o Sistema Financeiro Nacional fosse regulado por Lei, que disporia sobre autorização para o funcionamento das instituições financeiras.

Em 1990, foi editado o Decreto nº 99.192, que dissolveu o BNCC e iniciou o processo de sua liquidação.

Em 1992, foi vedada a constituição de cooperativas do tipo Luzzatti (aquelas com livre admissão de associados), sendo permitido o funcionamento das cooperativas de economia e crédito mútuo e rural. Nesse mesmo ano, as cooperativas do Rio Grande do Sul constituíram o

Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi – e a COCECRER passou a ser denominada Sicredi- Central-RS (PINHO, 2004).

O Sistema de Crédito Cooperativo é composto por três macrossistemas: Sicredi, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e Confederação Unicred do Brasil - Unicred. Um quarto sistema está crescendo e se solidificando no país, denominado Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol.

No Estado de São Paulo, tem-se o Sicoob como macrossistema representativo do cooperativismo de crédito, o qual surgiu da necessidade das cooperativas de crédito se unirem com o objetivo comum de oferecer produtos e serviços bancários em melhores condições do que as oferecidas pelo mercado financeiro tradicional, proporcionar melhores resultados financeiros e operar com maior segurança para os associados. O Sicoob é o resultado da articulação técnica e operacional das cooperativas singulares e centrais e da Confederação Sicoob Brasil (SICOOB, 2005).

Em 1995, a Resolução nº 2.193 permitiu a constituição de bancos cooperativos – Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e Banco Cooperativo S.A.(Bansicredi), bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito. O Bancoob é um banco comercial privado, ou seja, uma instituição não cooperativa - sociedade anônima de capital fechado - cujo controle acionário pertence a quatorze cooperativas centrais de crédito do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob (BANCOOB, 2005).

Os principais serviços prestados pelo Bancoob às cooperativas são os acessos à conta Reservas Bancárias e ao Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (SCCOP), que permitem às mesmas buscar recursos junto ao Tesouro Nacional e propiciar, aos seus associados, a manutenção de contas correntes e o recebimento de documentos compensáveis, como conta de água, de luz, de telefone etc.

Assim, o Sistema de Crédito Cooperativo pode ser representado por uma pirâmide onde, no ápice, encontram-se as Confederações de Cooperativas de Crédito ou cooperativas de terceiro grau, que controlam dois Bancos, o Banco Cooperativo S.A (Bansicred S.A) e o Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob S.A.). As confederações são responsáveis pelos serviços de integração, controle e padronização das cooperativas.

No meio do Sistema, estão as Cooperativas Centrais de Crédito, responsáveis pela prestação de serviços de centralização financeira, controle e supervisão.

E por fim, na base do Sistema, estão as cooperativas singulares de crédito, as quais têm como objetivos: estimular a formação de sua carteira por meio da captação de depósitos à vista e a prazo dos próprios associados, oferecer assistência financeira e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas. Abaixo (Figura 1), encontra-se a representação do Sistema de Crédito Cooperativo.

Figura 1. Estrutura do Sistema de Crédito Cooperativo

Fonte: Elaborada pela autora

Em 1999, foi editada a Resolução nº 2.608, que atribuiu às cooperativas centrais o papel de supervisionar o funcionamento das singulares, bem como realizar auditoria nas mesmas, e estabeleceu limites mínimos de patrimônio líquido ajustado.

Essa Resolução foi revogada pela Resolução nº 2.771, em 2000, que reduziu os limites mínimos de patrimônio líquido e adotou para as cooperativas de crédito os limites de patrimônio líquido, ponderado pelo grau de risco do ativo, passivo e contas de compensação (Patrimônio Líquido Exigido - PLE), ou seja, os mesmos princípios de patrimônio líquido aplicados às demais instituições financeiras. Ainda em 2000, a Resolução nº 2.788 permitiu a constituição de bancos múltiplos cooperativos. Com isso, o cooperativismo de crédito apresentou acentuado fortalecimento e o próprio sistema cooperativo passou a controlar bancos comerciais e múltiplos, o que jamais aconteceu no período da existência do BNCC.

Em 2002, a Resolução nº 2.771 foi revogada pela Resolução nº 3.058, que permitiu a constituição de cooperativas de crédito mútuo formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores.

Em 2003, a Resolução nº 3.106 revogou a Resolução anterior e voltou a permitir a constituição de cooperativas de livre admissão de associados, em localidades com menos de 100.000 habitantes, como também a transformação de cooperativas existentes em cooperativas de livre admissão de associados, em localidades com menos de 750 mil habitantes. Porém, passou a ser obrigatória a essas cooperativas a adesão ao fundo garantidor de crédito (exceto se a cooperativa não captasse depósito) e a filiação à cooperativa central de crédito, que tenha no mínimo três anos de funcionamento e que cumpra regularmente suas atribuições de supervisão sobre as filiadas.

Nesse mesmo ano, a Circular nº 3.196 dispôs sobre o cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos, reduzindo, para os mesmos, as exigências de referência decorrentes do grau de risco das operações, para níveis

similares aos exigidos aos demais bancos comerciais e múltiplos existentes. Porém, para cooperativas não filiadas a centrais, continuou exigindo maior PLE. A Resolução nº 3.156 autorizou as cooperativas de crédito a contratar correspondentes no país.

Em 2004, a Resolução nº 3.188 autorizou os bancos cooperativos a receber depósitos de poupança rural, ficando a contratação de correspondentes no país, para este fim, limitada às cooperativas de crédito rural e às cooperativas de livre admissão de associados.

Em 2005, por meio da Resolução nº 3.309, as cooperativas de crédito foram autorizadas a atuar na distribuição de cotas de fundos de investimentos abertos. Ainda nesse ano, a Resolução nº 3.321 revogou as Resoluções nº 3.106 e nº 3.140, ampliando as possibilidades de associação. Para localidades com até 300 mil habitantes, foi permitida a constituição de cooperativas de livre admissão, reduzindo-se o capital e Patrimônio Líquido de Referência (PR) mínimo para R\$ 50.000,00, e ampliando-se o limite de diversificação de risco. A Resolução nº 3.321 ainda possibilitou que a cooperativa central de crédito realizasse a centralização financeira das disponibilidades líquidas do sistema, valendo-se do limite de exposição por cliente de 10 % (dez por cento) do PR total das filiadas, limitado ao PR da Central, nas seguintes aplicações:

- depósitos e títulos e valores imobiliários de responsabilidade ou de emissão de uma mesma instituição financeira, empresas coligadas e controladora e suas controladas;
- repasses de recursos sujeitos à legislação específica às filiadas ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional.

A partir dessa Resolução, foi permitida, também, às cooperativas de crédito a instalação de postos de atendimento eletrônico.

Percebem-se, dessa maneira, as conquistas que o cooperativismo de crédito vem adquirindo nos últimos anos, contribuindo para seu fortalecimento e crescimento no país.

3.2. A importância do cooperativismo de crédito rural

Por meio de dados do relatório de evolução do Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil (2006), o número de cooperativas de crédito, em geral, no país, tem crescido consideravelmente. Como exemplo, de 1994 para 2000, houve um aumento de 31%; enquanto em 1994 havia 946 cooperativas de crédito, em 2000 esse número aumentou para 1.237.

Porém, conforme pode ser verificado na tabela seguinte (Tabela 1), a participação das cooperativas de crédito no segmento financeiro é ainda muito pequena nas operações de crédito. Apesar disso, observa-se que as mesmas estão aumentando sua representatividade no Sistema Financeiro Nacional (SFN) com relação a esse tipo de operação. Enquanto, em 1996, as operações de crédito das cooperativas de crédito representavam 0,53 % do SFN, em 2005, passaram a representar 2,27 %.

Verifica-se que outras instituições, como os bancos públicos, apresentaram variação negativa na participação dessas operações no segmento financeiro, no período de 1996 a 2005, com exceção de 2001 para 2002, em que é verificado um pequeno acréscimo. Já o Banco do Brasil e os bancos privados apresentaram variações oscilantes em suas participações nas operações de crédito no período de 1996 a 2005. Porém, se considerados o período entre 1996 e 2005, essas instituições apresentaram acréscimos de 73,82 % e 28,15 % na participação de operações de crédito, respectivamente, porém, inferiores ao verificado pelas cooperativas de crédito. Ou seja, mesmo ainda pouco representativas no Sistema Financeiro Nacional, as cooperativas de crédito estão relativamente aumentando seu espaço.

Tabela 1 - Participação percentual das instituições do segmento bancário nas operações de crédito deste segmento

Instituição do segmento bancário	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez
Bancos Públicos (+ Caixas Estaduais)	23,48	10,3	8,86	8,13	5,12	3,09	4,78	4,51	4,41	4,05
Banco do Brasil	10,62	10,97	12,05	10,58	10,95	14,53	16,17	20,36	19,36	18,46
Caixa Econômica Federal	23,99	30,93	32,31	28,74	23	7,13	7,61	7,86	7,48	8,01
Bcos Privados Nacionais	31,87	35,35	30,97	31,66	34,53	42,13	39,73	41,31	41,33	40,84
Bcos com Controle Estrangeiro	9,51	11,71	14,88	19,75	25,16	31,51	29,94	23,82	25,12	26,37
Cooperativas de Crédito	0,53	0,74	0,93	1,14	1,24	1,61	1,77	2,14	2,3	2,27
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BACEN (2006).

Segundo a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP, 2006), informação pessoal², em 2005 havia 267 cooperativas de crédito, das quais, 28 eram de crédito rural, ou seja, 10, 49 % de todas as cooperativas de crédito do Estado de São Paulo. Observa-se ainda que, de 2001 para 2005, houve um decréscimo no número de cooperativas de crédito rural, de aproximadamente 15 %, neste Estado, conforme dados da Tabela 2.

Segundo, ainda, a OCESP (2006), em 2005 havia 54.711 associados, aproximadamente 15,82 % do total de associados das cooperativas de crédito do Estado. De 2001 a 2005, houve um acréscimo de aproximadamente 71, 28 % no número de associados e de 110,92 % no número de funcionários das cooperativas de crédito rural.

Verifica-se (Tabela 2) que as organizações cooperativas de crédito rural são minoria em relação ao ramo, quanto ao número de organizações e número de associados. Porém, se forem comparados os dados de movimentação econômica, esse cenário se altera, devido à diferença da finalidade dos empréstimos oferecidos. O valor dos empréstimos realizados em

² Informações recebidas por Agrela, G., em maio de 2006.

2005 representa aproximadamente 54,66 % do total de empréstimos de todas as cooperativas de crédito do Estado.

Tabela 2 - Representatividade do cooperativismo de crédito rural no ramo crédito no estado de São Paulo, em 2005

Variáveis	Cooperativas de Crédito	Cooperativas de Crédito Rural	Participação das Cooperativas de Crédito Rural no Ramo Crédito (em percentual)
Nº Cooperativas	267	28	10,49
Nº Cooperados	345847	54711	15,82
Nº de Funcionários	1969	869	44,13
Empréstimos (em reais)	1.721.752.121,94	941.147.122,00	54,66

Fonte: OCESP, 2006.

Conforme pode ser verificado na Tabela 3, o número de associados por organização cooperativa de crédito rural apresentou acentuado aumento, de aproximadamente 101,87 %, significando que, no decorrer do período analisado, provavelmente os produtores rurais perceberam as vantagens que esse tipo de organização lhes propicia na prestação de serviços financeiros. Enquanto, em 2001, havia uma proporção de 968 associados por organização cooperativa de crédito rural, em 2005 havia 1954 associados para cada organização. É importante verificar que esse aumento não foi causado pela constituição de novas organizações cooperativas, uma vez que, nesse período, houve queda no número de cooperativas. Então, as organizações cooperativas já existentes provavelmente conseguiram passar à sociedade maior credibilidade e atrair novos produtores rurais adeptos.

Com relação à produtividade, as cooperativas de crédito rural do Estado de São Paulo têm apresentado um decréscimo no decorrer do tempo. Conforme verificado, a evolução do número de associados não acompanhou a evolução do número de funcionários. Dessa forma, enquanto, em 2001, havia 78 associados para cada funcionário, em 2005 o número de associados atendidos por funcionário caiu para 63.

Quanto ao patrimônio líquido, de 2001 a 2005, essas organizações obtiveram um acréscimo de aproximadamente 66,78 %.

Em relação ao valor de empréstimos, verifica-se que essas organizações mais que duplicaram seus empréstimos, ou seja, apresentaram expansão de aproximadamente 106,20 %. O valor dos empréstimos, que em 2001 era de R\$ 456.427.747,61, passou a ser, em 2005, de R\$ 941.147.122,00. Em 2001, as cooperativas de crédito rural proporcionaram, em média, R\$ 14.289, 27 por cooperado; em 2005, proporcionaram, em média, R\$ 17.202,16.

Tabela 3 – Evolução dos números do cooperativismo de crédito rural no estado de São Paulo, no período de 2001 a 2005.

Variáveis/Ano	2001	2002	2003	2004	2005
nº cooperativas	33	28	30	29	28
nº de associados	31.942	35.895	42.523	50.061	54.711
nº de funcionários	412	457	558	656	869
associados / cooperativas	968	1.282	1.417	1.726	1.954
nº de Cooperativas que operam com C/C	30	28	30	29	28
nº de PAC's	70	77	100	120	132
patrimônio Líquido (em reais) *	242.727.462,02	256.970.726,35	281.768.509,42	345.795.240,41	404.831.574,00
depósito à vista (em reais)*	85.069.973,92	126.201.225,15	112.783.774,75	131.961.041,58	168.334.341,00
depósito à prazo (em reais)*	409.483.082,26	324.714.629,91	171.496.600,10	115.974.098,08	173.027.016,00
empréstimos (em reais) *	456.427.747,61	492.882.575,39	692.868.395,01	809.937.256,60	941.147.122,00

Fonte: OCESP, 2006

* Obs: os valores (em reais) foram deflacionados para 2005 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Observam-se, então, a importância e a força que o cooperativismo de crédito rural vem adquirindo no Estado de São Paulo, com o propósito de beneficiar cada vez mais produtores rurais.

3.3. O que são as cooperativas de crédito rural

As organizações cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos associados, em que o regime jurídico, atualmente, é instituído pela Lei nº 5.764/71 (BACEN, 2006).

As cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços aos associados, como a concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondentes no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor (PINHEIRO, 2006).

As cooperativas de crédito rural estão articuladas com as cooperativas agropecuárias, são utilizadas como opção de autofinanciamento, dando oportunidades aos agricultores de recuperarem a capacidade de produção, negociarem e pouparem dinheiro da safra até um próximo plantio. São formadas por produtores rurais que utilizam financiamentos para investimentos e custeio de safras (BIALOSKORSKI NETO; BALIEIRO, 2001).

Os altos custos oriundos da intermediação bancária fizeram com que os agricultores constituíssem suas próprias instituições financeiras, a partir da organização de cooperativas de crédito rural, e administrassem eles próprios montantes de recursos gerados pela atividade agropecuária (GUIMARÃES, 1980).

Assim, o crédito rural cooperativo se tornou uma fonte de recursos a custos moderados e condizentes com a rentabilidade do setor, para muitos produtores rurais que não se beneficiam com o crédito rural convencional (AZEVEDO e SHIKIDA, 2004).

Segundo Liebhardt³ (1982) *apud* Panzutti (2003), a utilização do sistema cooperativo como veículo para atender aos pequenos produtores apresenta as seguintes vantagens: a descentralização; o aumento do tamanho médio dos empréstimos; a redução de tempo requerido nas tramitações; a diminuição do risco de inadimplência e a maior facilidade da associação do crédito com a assistência técnica e o fornecimento de insumos. Isto tudo se deve a maior proximidade da organização cooperativa com os produtores.

As operações realizadas pelas cooperativas de crédito são descritas no artigo 27 da Resolução nº 3.321, de 30 de setembro de 2005, o qual dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização de cooperativa de crédito, bem como a realização de auditoria externa em cooperativa singular de crédito (ANEXO I).

De acordo com o artigo supracitado, de 30 de setembro de 2005, e conforme mencionado anteriormente, verifica-se que uma cooperativa de crédito está habilitada a realizar praticamente todas as operações financeiras permitidas a um banco comercial: captação de depósitos à vista e a prazo; oferta de produtos e serviços, como a concessão de crédito em diversas modalidades; operações realizadas ao amparo da regulamentação do crédito rural em favor dos produtores rurais; aplicações de recursos no mercado financeiro, entre outras operações.

---

³ LEIBHARDT, M. E. - O sistema cooperativo agrícola brasileiro: comercialização, integração vertical e crédito. Brasília, Coleção e Pesquisa, n. 23, 88 p., 1982.

3.3.1. A articulação das cooperativas singulares, central e banco cooperativo

As organizações cooperativas singulares abrem contas correntes para a movimentação financeira de seus associados, e efetuam, por meio destas, os mesmos serviços que um banco comercial efetuará, como: empréstimos e financiamentos por várias linhas de crédito (por meio de recursos próprios e de terceiros); captação de depósitos; recebimento e pagamento de contas e aposentadoria, além de outros produtos, como cartões de crédito, seguros etc.

As cooperativas singulares de crédito rural do Estado de São Paulo estão integradas em Central, ou seja, aquelas constituídas por três ou mais cooperativas singulares. Como as cooperativas são correntistas da central, recebem os depósitos de seus associados e depositam diariamente as sobras de caixa advindas de suas operações na Central e, dessa forma, com um volume maior de recursos, a Central faz aplicações no mercado e permite às singulares obter ganhos de escalas em suas movimentações financeiras.

Segundo Firetti (2007), informação pessoal⁴, as cooperativas singulares mantêm junto ao Banco Cooperativo duas contas correntes: Cooperativo:

- uma denominada conta convênio, na qual transitam os registros de documentos, que gerarão lançamentos nas contas correntes (abertas na cooperativa singular) dos associados (cheques, títulos, DOC's, Depósitos, Tarifas, etc), isenta de Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF), uma vez que a referida contribuição será paga pelo destinatário final do lançamento, no caso, o associado. Trata-se, então, de uma conta com característica transitória, pois todos os valores são transferidos para os associados;

---

⁴ Informação fornecida por Firetti, por *e-mail*, em janeiro de 2007.

- outra denominada conta movimento, destinada ao registro dos dispêndios diretos da cooperativa (folha de pagamento, pagamento a fornecedores, aluguéis, despesas de comunicação, impostos e taxas etc.), com incidência de CPMF.

Essas duas contas têm seu saldo final (positivo ou negativo), do dia de movimento, transferido para a conta corrente da Cooperativa Central, da qual a Cooperativa Singular é filiada, em um processo denominado centralização financeira.

A Cooperativa Central, que também possui as duas modalidades de conta corrente no Banco Cooperativo, recebe, na sua conta convênio, os saldos transferidos de cada uma de suas cooperativas singulares filiadas, utilizando esses recursos para aplicação, nos mais diversos tipos de papéis públicos ou privados. A Cooperativa Central controla os saldos dos recursos de suas filiadas por meio de uma conta controle, lançando nessa conta, além dos rendimentos das aplicações, outras taxas, tarifas e contribuições devidas à Central.

Por ser a centralizadora dos recursos de suas filiadas, a Central provê o Banco Cooperativo de diversas garantias, de modo a permitir suporte financeiro que suporte todos os lançamentos das transações correntes das cooperativas singulares, além de propiciar as melhores aplicações no mercado, em bancos comerciais e, principalmente, no Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que geralmente oferece, no mínimo, a melhor rentabilidade oferecida pelos demais bancos comerciais.

Os bancos cooperativos disponibilizam os talões de cheques para a movimentação das contas correntes dos associados nas cooperativas singulares, bem como possibilitam o acesso de outros produtos como cartões de crédito, seguros, consórcios, entre outros.

Com relação à captação e à concessão de empréstimos aos cooperados, ocorrem por meio da abertura de conta corrente de cada cooperado, via sistema informatizado. A liberação de crédito acontece a partir de uma análise de crédito semelhante à de um banco comercial

(ficha cadastral, histórico financeiro etc), porém, com menos burocracias, e os pagamentos das parcelas são feitos nos caixas de cada cooperativa.

Vale lembrar, ainda, sobre a concessão de empréstimos, com relação aos recursos de repasses, que o sistema cooperativo é totalmente responsável pelo risco da concessão desses empréstimos frente aos bancos que efetuaram os recursos de repasses. Ou seja, se o produtor rural associado não pagar alguma parcela do empréstimo contratado, quem arcará com o prejuízo será a organização cooperativa e não o banco cooperativo ou comercial que intermediou o repasse. Está aí uma vantagem que os bancos obtêm, ao repassar os recursos, por intermédio das organizações cooperativas. Ao mesmo tempo, a cooperativa ganha credibilidade de seus associados, com maior oferta de empréstimos e serviços.

3.3.2. A importância da gestão das cooperativas de crédito rural.

Conforme mencionou Belluzzo (2004), a existência dos bancos e do crédito supõe imediatamente a possibilidade de *default* e da falência do devedor, elementos que devem ser incorporados na avaliação dos riscos enfrentados pelos provedores de empréstimos e na precificação dos produtos e serviços prestados por eles. Ou seja, a incerteza e seus custos têm um papel fundamental nesse contexto de mercado com informações incompletas.

Portanto, as organizações cooperativas de crédito incorrem, de certa forma, nos mesmos riscos de intermediação financeira inerentes aos bancos múltiplos e comerciais, em geral, uma vez que a atividade bancária é caracterizada, conforme já mencionado, como uma atividade tipicamente de risco (PINHEIRO, 2006). Tal fato faz com que os mesmos princípios de patrimônio líquido aplicados às demais instituições financeiras pelos órgãos reguladores da

atividade bancária sejam aplicados às cooperativas de crédito, equiparando-as às demais instituições de intermediação financeira. Daí a obrigatoriedade delas observarem as regras de cálculo de Patrimônio Líquido Exigido (PLE), conhecido como índice de Limite de Basileia, índice exigido das instituições financeiras, decorrentes dos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas (ANEXO II).

Ainda com relação à questão da gestão, segundo Buchenau & Hidalgo (2002), a gestão das atividades financeiras rurais pode ser dividida em custos de administração (volume total dos serviços disponibilizados, características do entorno e da capacidade de gestão dos recursos humanos), gestão dos custos dos riscos com os créditos (tecnologia para concepção de empréstimos e financiamentos) e gestão das receitas, a qual está diretamente relacionada com as taxas de juros cobradas pelos empréstimos.

Portanto, a preocupação com a gestão e a sustentabilidade financeira desse tipo de organização passa a ser tão relevante quanto a gestão de um banco comercial tradicional, principalmente no que se refere às dimensões de liquidez, solvência, economia de escala e comprometimento de seus ativos (SILVA FILHO, 2002).

Conforme mencionou Bittencourt (2003), a gestão desse tipo de organização deve conciliar a democracia fortemente presenciada (um homem, um voto) com a seriedade administrativa e eficiência empresarial que são exigidas para qualquer empresa conseguir competir e se manter no mercado.

Assim como nas demais empresas e instituições financeiras que visam lucros, os membros das cooperativas precisam ter consciência da importância da permanente capitalização da cooperativa para a manutenção e continuidade de suas atividades, bem como para seu crescimento e, portanto, devem assumir, investir e aumentar o capital na organização que lhes pertence.

Há uma grande importância na fidelização dos associados com sua cooperativa, tornando-se uma questão que deve ser considerada um dos pontos-chaves para a sustentabilidade desse tipo de organização. É por meio da participação permanente dos produtores rurais associados com sua organização cooperativa que haverá uma relação maior de trocas de informações entre os mesmos. Com isso, maior será a relação de confiança, e, conseqüentemente, menor o custo do acesso à informação, o que contribui para a sustentabilidade da cooperativa.

3.3.3. As diferenças entre as cooperativas de crédito e os bancos comerciais

É importante enfatizar, entretanto, que as cooperativas de crédito diferem dos bancos comerciais quanto aos seus principais objetivos. Enquanto os últimos são empresas de capital e visam lucros, as primeiras são sociedades de pessoas, não visam lucros e são prestadoras de serviços a seus associados, que buscam o equilíbrio entre o econômico e social.

Desta forma, as cooperativas de crédito rural, bem como as demais cooperativas que prestam outros tipos de serviços, apresentam algumas particularidades em sua gestão, de tal forma que devem apresentar uma sustentabilidade econômico financeira diferente das demais empresas lucrativas, tais como os bancos comerciais.

Para prestar seus serviços financeiros, as cooperativas de crédito rural naturalmente calculam uma margem financeira capaz de propiciar segurança socioeconômica à organização, que arque com todos os custos da organização, os administrativos, financeiros e de transação, ou seja, cobram um *spread* baixo e abaixo do *spread* cobrado pelo mercado financeiro tradicional, apenas para serem organizações sustentáveis capazes de atender às

necessidades de seus associados e para manterem sua saúde financeira . Conseguem transacionar com *spreads* menores do que os de outras instituições financeiras, principalmente, porque não são obrigadas a depositar compulsório⁵ e não são oneradas por alguns tributos, como o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS), os quais incidem sobre a maioria das instituições financeiras.

É importante considerar que a não incidência do IRPJ sobre as organizações cooperativas somente é válida para os resultados de atos cooperativos.

Os bancos comerciais, que não fazem parte do sistema cooperativo e são instituições lucrativas, cobram *spreads* maiores e tarifas mais altas, que provavelmente colaboram não só para sua sustentabilidade como para sua lucratividade.

Nas cooperativas, no final do exercício de cada ano, se houver superávits, estes são denominados sobras e, depois de tirados os percentuais estipulados pelo estatuto social para os fundos obrigatórios (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e Fundo de Reserva), são levados à Assembléia Geral e, então, os associados decidirão a destinação dessas sobras: se serão reinvestidas na cooperativa ou rateadas entre os sócios cooperados, de acordo com a movimentação financeira de cada um. Ou seja, mais uma diferença marcante com relação aos bancos tradicionais, em que os lucros são totalmente revertidos aos proprietários.

Ainda, a infra-estrutura para as cooperativas de crédito rural prestarem seus serviços aos associados é reduzida, já que existe uma pequena equipe de pessoal e, na maioria das

---

⁵ A Circular nº 3274, de 10/02/2005, que redefiniu e consolidou as regras do recolhimento compulsório do encaixe obrigatório sobre os recursos à vista, ratifica que somente bancos múltiplos e de investimento, titulares de conta Reservas Bancárias, e bancos comerciais e caixas econômicas estão sujeitos ao recolhimento compulsório. Automaticamente, as cooperativas ou quaisquer outras instituições estão excluídas do recolhimento compulsório.

vezes, é utilizada a infra-estrutura da própria cooperativa de produção (agropecuária). No caso dos grandes bancos comerciais, estes necessitam de uma infra-estrutura maior para prestar o mesmo atendimento a seus clientes.

Uma outra diferença marcante entre as cooperativas de crédito e as demais empresas, com objetivo de lucro, é que nas organizações cooperativas a gestão é democrática e cada associado tem apenas um único voto, independente do número de quotas-partes que ele subscrever e integralizar. Assim, nas assembleias, órgãos supremos dessas sociedades, o quorum é baseado no número de associados e não no capital, como, por exemplo, nos bancos comerciais.

3.3.4. As limitações das cooperativas de crédito rural.

As cooperativas de crédito rural destinam seus financiamentos às atividades agrícolas, mas com dificuldades para realizar financiamentos de longo prazo, uma vez que parte de suas fontes é de curto prazo. Assim, a utilização dos recursos captados por essas organizações para o crédito agrícola torna-se limitada a operações de curto prazo e, então, as mesmas canalizam recursos de fontes governamentais e de bancos que operam para fornecer empréstimos de longo prazo (GIEHLER⁶, 2001 *apud* BITTENCOURT, 2003).

Existe, também, a questão dos limites das cooperativas de crédito quanto ao volume de empréstimos possível de ser transacionado, em função da adoção das normas e princípios do acordo da Basiléia, por meio da qual o BACEN começou a ajustar as regras para o mercado

---

⁶ GIELHER, Thorsten. Fuentes de recursos para crédito agrícola. Série Replanteamiento de Las Finanzas Agrícolas (AFR), n.4, Rome, 2001.

bancário doméstico à risca, desde 1994. Segundo Oliveira (2003), em 1988, pelo acordo de Basiléia, a exigência de capital em relação às operações ativas dos bancos era de 8%, ou seja, os bancos podiam emprestar até 8 % de seu Patrimônio Líquido. Em 1998, o BACEN elevou esse índice para 11 % para o Sistema Financeiro Nacional. Portanto, com Patrimônio Líquido limitado, quando comparadas aos bancos comerciais, as cooperativas de crédito são limitadas quanto ao volume de empréstimos a seus associados.

As características do crédito rural são os motivos que, provavelmente, fazem com que o Banco do Brasil, principalmente, e alguns bancos comerciais privados, sempre estivessem presentes nesses tipos de operações com os produtores rurais e com as cooperativas de produção no país (Tabela 4).

Tabela 4 - Financiamentos concedidos a cooperativas e produtores rurais por instituição, no Brasil, de 1996 a 2004, em percentuais.

Ano	Bancos Federais		Bancos Estaduais		Bancos Privados		Cooperativas de Crédito		Total
	Contratos (%)	Valores (%)	Contratos (%)	Valores (%)	Contratos (%)	Valores (%)	Contratos (%)	Valores (%)	
1996	73,97	75,72	5,64	7,43	12,90	12,09	7,47	4,80	100,00
1997	70,54	62,78	5,04	3,86	15,24	28,83	9,16	4,53	100,00
1998	82,00	65,81	3,00	2,86	10,07	27,53	4,93	3,80	100,00
1999	82,03	61,85	2,16	2,34	9,99	30,95	5,82	4,86	100,00
2000	75,68	50,05	2,13	2,30	15,16	42,50	7,03	5,15	100,00
2001	74,93	50,51	2,11	2,34	15,32	41,93	7,64	5,21	100,00
2002	74,64	55,28	1,85	2,30	15,98	35,70	7,54	6,72	100,00
2003	81,01	58,90	1,84	2,11	10,11	32,72	7,03	6,26	100,00
2004	79,78	57,90	1,47	2,09	12,38	34,14	6,37	5,87	100,00

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN, 2004)

Segundo o Anuário estatístico do crédito rural (BACEN, 2004), verifica-se, por meio da tabela 4, que no período de 1996 a 2004, apesar do Banco do Brasil continuar a ser o principal agente de crédito rural (tanto em volume como em valores), houve quedas nos valores financiados pelo mesmo às cooperativas de produção e aos produtores rurais; embora se observe que, de 2000 para 2004, os valores financiados voltam a crescer, mas, ainda, estão

aquém dos percentuais dos valores financiados no ano de 1996. Essas quedas provavelmente devem ter sido causadas pelo aumento da participação dos bancos privados (em que os bancos cooperativos estão incluídos) e das cooperativas de crédito rural nos financiamentos rurais.

Além disso, a forte presença do Banco do Brasil nas operações de crédito rural pode ser explicada, também, pela legislação em vigor até julho de 2003: os recursos orçamentários de crédito destinados aos financiamentos rurais somente podiam ser operacionalizados por bancos públicos federais, apesar da equalização dos encargos financeiros ser concedida também nas operações realizadas pelos bancos cooperativos (BITTENCOURT, 2003).

Em seguida serão discutidas as demonstrações contábeis das cooperativas de crédito rural (operações ativas e passivas) e, então, serão mencionadas suas principais atividades, divididas em captação de recursos, concessão de créditos e prestação de outros serviços.

3.3.5. As demonstrações contábeis das cooperativas de crédito rural

As demonstrações contábeis das cooperativas de crédito rural representam todas as suas atividades de prestadoras de serviços financeiros a seus associados.

Sob aspectos societários, o balanço patrimonial dos bancos é padronizado e regulamentado pelo Plano Contábil de Instituições Financeiras Nacionais (COSIF). Porém, o balanço patrimonial das sociedades cooperativas apresenta particularidades, quanto à forma de registros e demonstrações e, portanto, é adaptado às peculiaridades da Lei do Cooperativismo e às Normas e Instruções do Banco Central.

Como as organizações cooperativas são consideradas sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, por meio da Norma Brasileira de Contabilidade 10.8, conseguiram obter uniformidade de termos técnicos e nomenclaturas que caracterizam o ato

cooperativo⁷, que não é tributável, como ingressos e dispêndios, e os demais atos como receitas e despesas em outras sociedades, e que são tributáveis.

Por consequência, a denominação da Demonstração do Resultado é alterada para Demonstração de Sobras ou Perdas (ao invés de Lucros ou Prejuízos), a qual deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo.

Assim, Benato (2003, p.14) coloca que, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade 10.8 (informação verbal)⁸:

10.8.1.4 – A movimentação econômico-financeira decorrente do ato cooperativo, na forma disposta no estatuto social, é definida contabilmente como ingressos e dispêndios (conforme definido em lei). Aquela originada do ato não-cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

Essa conquista do Sistema Cooperativo, obtida em 2001, visou à consistência quanto ao entendimento e compreensão melhor dos usuários da contabilidade, já que tratou de separar os atos societários com os cooperados daqueles realizados com terceiros.

A estrutura das demonstrações contábeis das organizações cooperativas de crédito rural, nesta pesquisa, traz aspectos relevantes quanto à função que essas organizações apresentam perante seus associados, ou seja, a oferta de crédito e outros serviços financeiros, mas não terá preocupações grandes quanto à estruturação adotada pelo COSIF. A maior

---

⁷ Os atos cooperativos podem ser entendidos como as prestações de serviços diretos das organizações cooperativas aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. São identificados de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas pelas organizações ou por seus associados.

“Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estas e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais” (art.79, Lei nº 5.764/71).

⁸ Informação fornecida por Benato, no curso de Autogestão para Cooperativas, realizado no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP-SP), em 2003.

preocupação está em demonstrar como funciona uma cooperativa de crédito rural e, portanto, esta pesquisa apresentará as principais operações financeiras das cooperativas de crédito rural.

3.3.5.1. As operações ativas das cooperativas de crédito rural

As operações ativas das cooperativas de crédito rural podem ser divididas em:

- i) operações de crédito - são operações que têm o objetivo de atender às necessidades dos associados. São diversas as modalidades deste tipo de operações, incluindo adiantamentos a depositantes, cheque especial, empréstimos, títulos, financiamentos rurais próprios e de repasses de outras instituições. Estes últimos são recursos captados com destinação específica para o crédito rural;
- ii) aplicações interfinanceiras de liquidez – são as aplicações de centralização financeira que as cooperativas singulares fazem em suas centrais;
- iii) títulos e valores mobiliários - são títulos de renda fixa, variável e de capitalização, adquiridos em instituições públicas ou privadas, empresas nacionais e estrangeiras, para a formação da carteira de ativos das cooperativas de crédito rural. São atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado;

- iv) provisão para operações de crédito, que considera a análise das operações em aberto e das garantias existentes, a experiência passada, capacidade de pagamento e de liquidez do tomador e os riscos específicos apresentados em cada operação, que podem ser divididos em nove níveis (AA – risco mínimo a H – risco máximo);
- v) investimentos – assim como nas demais empresas, os investimentos são representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

3.3.5.2. As operações passivas das cooperativas de crédito rural

As operações passivas das cooperativas de crédito rural podem ser divididas em:

- i) depósitos – são captados de operações efetuadas pelos associados da cooperativa de crédito rural e podem ser divididos entre os depósitos à vista, a prazo e sob aviso (depósitos pós fixados atualizados até a data do balanço pelos índices contratados);
- ii) obrigações por empréstimos e repasses de outras instituições financeiras, que são atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço;

- iii) outras obrigações, entre elas, as obrigações sociais e estatutárias, as obrigações fiscais e previdenciárias etc. As cooperativas, em geral, são obrigadas pela Lei nº 5.764/71, a constituir os Fundos de Reservas e de Assistência Técnica Educacional e, depositar, pelo menos, 10% e 5%, respectivamente, das sobras líquidas nestes fundos. Podem, também, criar outros fundos, com outras destinações, que a Assembléia Geral decidir e achar necessário;
- iv) O Patrimônio Líquido das cooperativas é formado pelo capital social, reservas de sobras e sobras acumuladas. O capital social é representado pelas integralizações dos associados que são formadas por quotas partes e pode ser remunerado, se decidido pela Assembléia Geral, em até 12% ao ano. De acordo com a Lei nº 5.764/71, cada cooperado tem um voto, independente do número de quotas partes. As sobras acumuladas são distribuídas aos cooperados mediante sua movimentação com a cooperativa ou, então, são reinvestidas nas cooperativas, cabendo à Assembléia Geral tomar esta decisão.

Quanto às principais atividades, estão divididas em captação de recursos, concessão de créditos e prestação de outros serviços (SILVA FILHO, 2002):

3.3.6. Captação de recursos

Quanto à captação de recursos, as cooperativas de crédito rural podem praticá-la exclusivamente de seus associados, tanto à vista, como a prazo, de qualquer entidade, na forma de doações, de empréstimos ou repasses, em caráter eventual, isentos de remuneração ou taxas favorecidas, e de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras na forma de empréstimos, refinanciamentos e repasses (SILVA FILHO, 2002).

Nas transações de captação junto aos associados, as cooperativas de crédito incorrem em dispêndios, equivalentes ao montante de recursos captados valorados pelo equivalente às taxas de juros pagas aos produtores rurais associados, que devem ser, no mínimo, competitivas com as taxas que o mercado oferece. Portanto, os dispêndios com a captação geralmente podem ser considerados como equivalentes aos de outras instituições financeiras.

Neste item, é importante mencionar que, exceto os repasses que têm dispêndios mínimos e ingressos praticamente nulos para as cooperativas de crédito rural, não é eficiente para as mesmas captar outros recursos de bancos oficiais para ampliar sua carteira ativa de empréstimos porque, dessa forma, não conseguem ser competitivas e prestar serviços financeiros ao menor custo possível a seus associados, uma vez que os bancos oficiais praticam *spreads* bancários de mercado. Assim, para cumprir seus objetivos, com exceção aos recursos de repasses, o principal meio de obtenção de recursos para ampliar sua carteira é a captação de recursos dos seus proprietários.

O aumento permanente da captação de recursos junto aos associados é de extrema relevância para a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural, pois, possibilita a redução da dependência de recursos externos; permite maior diversificação dos serviços

financeiros e, possibilita, aos associados, a criação de uma reputação e garantia diante da sociedade.

Caso não haja nenhum destino específico para as captações, os recursos são aplicados em outras instituições financeiras e nas centrais, que fazem o papel de centralização financeira dos recursos das cooperativas. Assim, as cooperativas conseguem uma remuneração melhor e obtêm os ingressos financeiros de aplicação.

3.3.7. Concessão de créditos e prestação de outros serviços

Quanto à concessão de crédito, as cooperativas podem praticá-la exclusivamente com seus associados, nas modalidades de descontos de títulos, operações de empréstimo pessoal e financiamento, crédito rural e repasses de recursos oriundos de órgãos oficiais e instituições financeiras nacionais ou estrangeiras (SILVA FILHO, 2002).

Zamai (2006) afirma que os empréstimos que a COCECRER destina as suas filiadas geram ingressos equivalentes às taxas de juros cobradas, em torno de 0,5 % acima do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), ao mês, em média (informação pessoal)⁹. Como exemplo, em 2005, o CDI rendeu 19%, segundo o BACEN (BANCO DO BRASIL, 2006), ou seja, 1,58% ao mês. Assim, nesse ano, a taxa de juros cobrada pela central, provavelmente, foi em média, de aproximadamente 2,08%, ao mês. Segundo este mesmo autor, as singulares provavelmente cobram um *spread* um pouco maior, mas não fogem muito dessas taxas. É importante mencionar que essas taxas são médias e, portanto, não diferenciam as várias modalidades de crédito.

Para transacionar os repasses de crédito rural com seus cooperados, há uma relação de parceria em que as cooperativas aplicam recursos em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), por exemplo, em bancos e, em contrapartida, recebem recursos de crédito rural para repassar aos seus associados; portanto, conseguem cumprir seu principal objetivo de prestação de serviços aos mesmos. Geralmente, os valores operados com esses bancos possuem liquidez e são iguais aos valores de crédito rural tomados.

Os bancos também possuem vantagens com essa relação: muitos preferem utilizar-se das cooperativas de crédito para operar e para atender às disposições governamentais, evitando, assim, aumentar seus custos administrativos em operações de crédito rural.

As cooperativas prestam também outros serviços a seus cooperados e, para isso, possuem conta corrente em vários bancos comerciais (instituições públicas e privadas), pois, como elas não podem computar contas de água, luz e telefone dos seus associados, fazem um contrato/convênio de débito automático com esses bancos, para o pagamento das contas dessas concessionárias. Assim, elas podem efetuar cobrança, custódia, de correspondente no país, de recebimentos e pagamentos de terceiros e, para efetuarem tais serviços, cobram uma taxa de prestação de serviços das empresas conveniadas, que são os ingressos de prestação de serviços (SILVA FILHO, 2002).

---

⁹ Informação fornecida por Zamai, na COCECRER, em 21 de novembro de 2006.

4. A importância da sustentabilidade financeira

A sustentabilidade financeira é importante para que as instituições financeiras cumpram seu papel de fornecimento de crédito e outros serviços financeiros a seus clientes, no longo prazo, e, dessa forma, façam com que os clientes consigam desenvolver suas atividades econômicas, contribuindo, assim, para o crescimento e desenvolvimento da economia local.

Segundo Costa (2004), em um mercado imperfeito, cercado por um ambiente com incertezas, é preciso que a relação depositante-banco incorpore noções de seguro de liquidez e gestão de risco.

Para esta autora, economias de escopo e de escala passaram a ter justificativa relevante na existência da intermediação financeira. Assim, criou-se um espaço para a existência de um diferencial entre as taxas de juros de captação de recursos e as taxas de juros para concessão de empréstimos, com a finalidade, não só da remuneração da atividade de intermediação, como também da inclusão de outros custos relacionados à incerteza, como, por exemplo, o risco de crédito, que é incorporado na “precificação” da intermediação financeira, no chamado *spread* bancário.

Segundo Pischke (1999), a sustentabilidade financeira é importante porque instituições que são eficientes e estáveis ajudam o mercado financeiro a funcionar melhor. E mercados com uma melhor performance são um ingrediente essencial para aumentar o bem-estar da sociedade, no longo prazo. Além disso, mercados financeiros têm um papel extremamente importante no desenvolvimento econômico, uma vez que eles ligam todos os demais mercados.

Segundo Meyer (2000), em relação ao financiamento agrícola, a partir da década de 60, muitos países latino-americanos optaram por uma abordagem agressiva na oferta de crédito agrícola. Grandes quantidades de crédito agrícola foram subsidiadas, porém muitas instituições financeiras faliram ou tiveram que ser recapitalizadas, principalmente devido à fraca sustentabilidade. Para esse autor, a sustentabilidade financeira se refere à capacidade das instituições financeiras estudadas cobrirem todos os seus custos, inclusive os custos de transação, sem subsídios externos.

Com relação aos bancos comerciais, por serem instituições que visam lucros, a procura pelo retorno máximo do valor da empresa é o reflexo dos vários objetivos que podem ser delineados para a instituição, propiciando uma expectativa otimista com relação a seu desempenho futuro (ASSAF NETO, 2002).

Para Assaf Neto (2002), ao mesmo tempo em que os bancos comerciais procuram manter seus recursos aplicados em ativos rentáveis, devem, também, conviver com uma folga financeira suficiente para atender à demanda de seus depositantes e aplicadores. Assim, a manutenção da liquidez, ou seja, a disponibilidade de caixa, no momento em que os credores demandam por seus depósitos, é vital para estas instituições promoverem sua viabilidade econômica e financeira. É importante considerar, neste caso, que a posição de liquidez de uma instituição financeira é bastante relativa e dinâmica, mas de análise essencial para os bancos comerciais.

Outra variável importante para a sustentabilidade dos bancos comerciais, segundo Assaf Neto (2002), é a solvência dos mesmos, ou seja, a capacidade da instituição cobrir suas obrigações de prazos mais longos. Tecnicamente, equivale dizer que uma empresa pode ser considerada insolvente quando o valor de mercado de seus ativos for menor que o valor total de seus passivos.

Para esse autor, o sucesso na gestão dessas variáveis depende da competência e do potencial do banco para negociar prazos e taxas de juros com os agentes, do nível de inadimplência de seus devedores, do comportamento do mercado e de eventuais garantias governamentais com relação à segurança e liquidez das instituições financeiras.

Segundo Yaron (2004), a sustentabilidade financeira é atingida quando o retorno sobre o patrimônio líquido é maior ou igual ao custo de oportunidade dos fundos destinados a empréstimos.

Esse autor propôs o cálculo de um índice amplamente utilizado para avaliar o nível de subsídio em instituições de microcrédito - índice de dependência de subsídios (SDI), o qual calcula a porcentagem de aumento na taxa de juros média necessária para compensar a instituição financeira em caso de eliminação dos subsídios, mantendo-se o retorno sobre o patrimônio líquido igual ao custo de emprestar subsídios. Esse índice estipula que a única forma de eliminar a dependência de subsídios é com o aumento da taxa de juros.

Para o autor supracitado, quatro fatores são críticos para eliminar a dependência de subsídios: taxas de juros positivas (reais), altas taxas de recuperação de empréstimos, incentivo a depósitos voluntários e contenção de despesas administrativas.

Para Bezerra (2001), os componentes críticos da sustentabilidade financeira são a cobertura dos custos de empréstimos e dos custos de transação.

As taxas de juros precisam ser altas o suficiente para que o *spread* dos juros cubra as perdas e os custos operacionais. As taxas de poupança precisam ser positivas, em termos reais, para estimular os poupadores a depositar fundos para o financiamento, e os proprietários precisam obter lucros suficientes para um retorno razoável sobre o capital, para reservas e reinvestimento para crescimento futuro (MEYER, 2000).

Para Toneto Jr. e Gremaud (2002), a taxa de juros dos empréstimos deverá ser suficiente para cobrir todos os custos da instituição, cobrir os riscos dos empréstimos e ainda gerar uma margem de lucro para a instituição.

Para Assaf Neto (2002), as instituições de intermediação financeira devem cobrar *spreads* suficientes para cobrir seus vários dispêndios e para produzir resultados finais que remunerem adequadamente o capital investido.

Segundo Meyer (2000), a sustentabilidade é desejável por dois motivos, pelo menos: primeiro, porque o acesso temporário a empréstimos traz alguns benefícios, mas criar uma relação financeira sustentável a longo prazo é mais vantajoso, porque oferece oportunidades de benefícios futuros. Fachini (2005) concorda com esse argumento, mencionando que uma instituição sustentável a longo prazo beneficiará mais clientes do que outra que se destaque no início de suas atividades, mas, logo em seguida, decaia. Segundo, porque uma instituição sustentável está livre da dependência orçamentária de governos e doadores, de modo que os tomadores de empréstimos podem esperar um acesso de longo prazo a empréstimos, se saldarem a dívida no prazo. Isso é fundamental para que as instituições financeiras cresçam e estejam livres de interferências políticas.

Segundo Meyer (2002), a sustentabilidade financeira que permite que a instituição consiga manter-se no mercado no longo prazo pode ser dividida em duas etapas: a primeira, em que a instituição financeira consegue atingir a sustentabilidade operacional, ou seja, a receita operacional que a instituição aufera é capaz de cobrir todas as despesas operacionais, incluindo salários, perdas dos empréstimos e despesas administrativas; a segunda, que se refere à sustentabilidade financeira, a instituição, além de cobrir as despesas supracitadas, consegue também arcar com os custos dos fundos e outras formas de subsídios recebidas.

Segundo Pischke (1999), em finanças, sustentabilidade pode ser facilmente definida: sustentabilidade é denotada por um valor presente líquido positivo, ou seja, significa que o

proprietário recupera um investimento inicial, no mínimo, ao custo de oportunidade de capital.

Segundo Toneto Jr. e Gramaud (2002), a performance de instituições financeiras rurais deve ser avaliada a partir de dois aspectos: alcance e sustentabilidade.

Para esses autores, a auto-sustentabilidade se refere à capacidade que a instituição financeira tem para gerar seus serviços com base na própria geração de recursos, obtendo um retorno positivo, de tal forma que consiga ampliar suas operações. Além disto, a instituição financeira deve conseguir esse retorno sem ter que depender de subsídios, de doações ou de recursos do setor público.

Toneto Jr. e Gramaud (2002) mencionam a fórmula que um consultor da *Consultative Group to Assist the Poorest of World Bank*, Rosenberg, criou, para que as instituições decidam suas taxas de juros ideais para seus empréstimos. Esse método também é sugerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

Rosenberg (2002, p.1) estipula o seguinte método para a definição de taxas de juros ideais:

A taxa de juros efetiva anualizada (R) cobrada nos empréstimos, será função de cinco elementos, todos expressos como porcentagem do portfólio médio de empréstimos: custos administrativos (AE); perdas de empréstimos (LL); custos dos fundos (CF), taxa de capitalização desejada (K) e renda de investimento (II).

$$R = [(AE + LL + CF + K) / (1 - LL)] - II$$

O autor indica que instituições eficientes e sustentáveis devem apresentar os seguintes valores como ideais: AE de 10 a 25%; LL de 1 a 2%; K de 5 a 15%, para propiciar crescimento; e CF e II dependerão das taxas de juros vigentes em cada país.

Ainda, segundo Rosenberg (CGAP, 1996), os custos administrativos incluem todos os custos correntes anuais, exceto os custos de captação dos fundos e as perdas de empréstimos. Por exemplo, podem ser considerados, neste item os salários, benefícios, aluguéis, a depreciação de equipamentos, treinamentos, assistência técnica etc.

As perdas de empréstimos são referentes aos empréstimos efetuados que não são pagos/recuperados no ano. A experiência passada da instituição é o principal fator na projeção futura de taxas de perdas de empréstimos.

Os custos dos fundos representam os custos das captações que a instituição apresenta ao adquirir recursos para empréstimos, e podem ser obtidos pela seguinte fórmula:

$$CF = (\text{ativos financeiros captados} \times \text{taxa de juros}) / (\text{valor das operações de crédito}).$$

A taxa de capitalização desejada (K) representa a margem de lucro que a instituição deseja alcançar, e deve ser expressa em percentual da carteira de empréstimos.

A renda de investimento (II) corresponde às receitas de aplicações financeiras, auferidas pelas instituições financeiras, em relação ao valor das operações de crédito.

Outro método também utilizado para medir a sustentabilidade financeira de instituições de microcrédito foi elaborado por Christen et al (1995) ¹⁰ *apud* Bezerra (2001), que fizeram um estudo sobre a sustentabilidade financeira de 11 instituições de microcrédito em vários países e verificaram que cinco dos programas estudados cobraram taxa de juros efetiva real alta o suficiente para cobrir todos os custos, inclusive os com perdas inflacionárias. Ou seja, essas instituições geraram retornos positivos sobre os ativos, que foram representados por um indicador de auto-suficiência acima de 100%.

O indicador criado para analisar a auto-sustentabilidade financeira é demonstrado a seguir:

Auto – Suficiência Financeira = Receita Financeira / (Despesas Administrativas + Despesas Financeiras + Provisões para devedores duvidosos + Doações).	Se o cálculo desse indicador atingir o valor igual a um, a instituição alcançou o ponto de equilíbrio para a auto-suficiência, denominado <i>break – even self sufficiency</i> .

Quadro 3. Indicador para análise de auto-sustentabilidade financeira de instituição de microcrédito

Fonte: Christen et al (1995) *apud* Bezerra (2001)

Se o cálculo deste item atingir o valor igual a um, pode-se dizer que a instituição alcançou o ponto de equilíbrio para a auto-suficiência, denominado *break – even self sufficiency*.

Um outro estudo, similar, realizado por Waterfield ¹¹ (1994) *apud* Bezerra (2001), em quatro programas de microcrédito na Bolívia, também utilizou indicadores semelhantes a esse para verificar a auto-suficiência de uma instituição, subdividido em quatro partes, considerando o curto prazo e o longo prazo:

¹⁰ CRHISTEN, R. et al. Maximizing the outreach of microenterprise finance: na analysis of succesful microfinance programs. USAID Program and Operations Assessment Report, n. 10, jun., 1995.

¹¹ WATERFIELD, C; RAMSIMG,N. Handbook for management information systems for microfinace institutions. CGAP. Technical Tool Series, n. 1, fev., 1998.

Auto-Suficiência Operacional de Curto Prazo = (Receita Operacional/ Despesas Operacionais);	Se o cálculo desses indicadores atingir o valor igual a um, a instituição alcançou o ponto de equilíbrio para a auto-suficiência, denominado <i>break – even self sufficiency</i> .
Auto- Suficiência Operacional de Longo Prazo = (Receita Operacional/ Despesas Operacionais + Custo de Capital);	
Auto – Suficiência Financeira de Curto Prazo = (Receita Total/ Despesas Administrativas + Custo de Capital + Reservas de Empréstimos não – recuperáveis);	
Auto – Suficiência de Longo Prazo = (Receita Total/Despesas Administrativas + Custo de Capital + Reservas de Empréstimos não –recuperáveis + Atualização do Patrimônio)	

Quadro 4. Indicadores para análise de auto-suficiência de instituição de microcrédito

Fonte: Waterfield (1994) *apud* Bezerra (2001)

Porém, Waterfield (1994) ainda considerou outro indicador de eficiência operacional:

Eficiência Operacional = Despesa Operacional/ Valor dos Empréstimos Concedidos.	Se o indicador alcançar o valor igual a um, ou seja, 100%, as instituições são sustentáveis o suficiente para arcar com todos os seus custos, tanto os operacionais como os financeiros.

Quadro 5. Indicador para análise de eficiência operacional de instituição de microcrédito

Fonte: Waterfield (1994) *apud* Bezerra (2001).

Assaf Neto (2002) propõe a utilização de indicadores financeiros tirados dos demonstrativos contábeis dos bancos para apurar a liquidez, riscos, desempenho econômico e eficiência dessas instituições, variáveis importantes para a viabilidade econômico-financeira dos mesmos.

Para análise de liquidez, alguns dos indicadores sugeridos por esse autor encontram-se no quadro seis.

Encaixe voluntário = Disponibilidades/ Depósitos à vista.	representa a capacidade financeira imediata de um banco cobrir saques contra depósitos à vista na data do encerramento do exercício social. obs: apesar de elevados encaixes serem indicadores de maior segurança financeira à instituição, comprometem aplicações rentáveis em empréstimos e financiamentos
Índice de Empréstimos/ Depósitos = Operações de Crédito/ Depósitos	representa quanto foi captado pela instituição sob a forma de depósitos para cada R\$ 1,00 de capital emprestado. Se for crescente ao longo dos anos, significa uma diminuição na capacidade do banco de atender a eventuais saques da conta de seus depositantes. obs: porém, um maior volume de empréstimos pode aumentar a rentabilidade da instituição
Participação dos empréstimos = Operações de Crédito/ Ativo Total..	pode representar baixo índice de liquidez, quanto mais alto ele for, ou seja, quanto mais próximo de um estiver.

Quadro 6. Indicadores para análise de liquidez de bancos comerciais

Fonte: Assaf Neto (2002)

Para a análise de capital de bancos comerciais, o autor sugere indicadores financeiros que visam melhor identificar o volume adequado de capital próprio da instituição, o qual é dependente do risco assumido em seus negócios, mas deve ser suficiente para cobrir eventuais perdas. Apesar de esses indicadores, provavelmente, não indicarem exatidão, já que o risco é um fator externo incerto, eles sugerem algumas tendências. Porém, a avaliação do risco total de um banco é desenvolvida pelo estudo da estrutura dos portfólios ativos e passivos e suas relações, principalmente em termos de prazos, moeda e taxas. Dentre alguns indicadores sugeridos por Assaf Neto, seguem dois deles:

Relação Capital/ Depositantes = Patrimônio Líquido/ Depósitos.	quanto menor a participação de capital próprio, maiores os riscos financeiros, pois maiores serão as incertezas com relação aos resultados da instituição. Assim, a decisão mais eficiente, neste caso seria a capitalização da instituição.
Independência Financeira = Patrimônio Líquido/ Ativo Total	quanto maior for este índice, ou seja, mais próximo de um, maior será a independência financeira da instituição

Quadro 7. Indicadores para análise de capital de bancos comerciais

Fonte: Assaf Neto (2002)

Para a análise de rentabilidade e lucratividade dos bancos comerciais, os indicadores sugeridos por esse autor são divididos em três subgrupos: desempenho econômico,

rentabilidade e eficiência. Do subgrupo desempenho econômico, dois dos indicadores estão descritos no quadro abaixo:

Retorno sobre o patrimônio líquido = $\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido}}$.	fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como consequência das margens de lucro, da eficiência operacional e do planejamento eficiente de seus negócios.
Margem líquida = $\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Receita de Intermediação Financeira}}$	permite avaliar a função básica de intermediação financeira de um banco.

Quadro 8. Indicadores para análise de desempenho econômico de bancos comerciais

Fonte: Assaf Neto (2002)

Por fim, do subgrupo de eficiência operacional dos bancos comerciais, o autor sugere o seguinte indicador:

IE Operacional = $\frac{\text{Despesas Operacionais}}{\text{Receitas de Intermediação Financeira}}$.	quanto menor for este índice, mais elevada a produtividade, ou seja, o banco demonstra a necessidade de uma menor estrutura operacional para manter suas atividades.

Quadro 9. Indicador para análise de eficiência econômica de bancos comerciais

Fonte: Assaf Neto (2002)

Bezerra (2001), ao analisar a sustentabilidade financeira de uma instituição de microcrédito utilizou uma metodologia tradicional para análise econômico-financeira de empresas, em geral, e, fez duas análises, com os dados financeiros da instituição, em estudo. A primeira análise, denominada vertical, mostra a composição percentual das demonstrações contábeis e a participação de cada componente em relação a um valor adotado como base (100%). A segunda análise, denominada horizontal, mostra as variações que ocorreram nos valores monetários ou em valores relativos (porcentagem ou índices) em determinado período de tempo. Esta análise se mostra relevante porque destaca as alterações de cada componente das demonstrações financeiras em relação a uma demonstração base, com o intuito de

caracterizar algumas tendências, permitindo, assim, uma análise diagnóstica econômico-financeira para a instituição estudada.

5. Modelo proposto para a sustentabilidade financeira

Como o objetivo desta pesquisa é propor um modelo para analisar a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural, a partir de estudos e análises de sustentabilidade de outras instituições financeiras, serão estabelecidos alguns critérios de adaptação para a análise das cooperativas. Conforme já visto, a sustentabilidade financeira, de modo geral, é medida por meio de indicadores das contas dos balanços contábeis obtidos das instituições financeiras.

Algumas análises, conceituações e indicadores importantes para a sustentabilidade financeira podem ser utilizados para qualquer outro tipo de empresa, com algumas adaptações, dependendo do tipo de instituição a ser estudada.

5.1. Definição da sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural

Utilizando-se da idéia de Meyer (2000) e a adaptando às organizações cooperativas de crédito rural, pode-se dizer que, para estas organizações atingirem sua sustentabilidade financeira, as taxas de juros precisam ser suficientemente altas para que a margem do *spread* dos juros cubra os empréstimos não cumpridos pelos associados, os dispêndios com captação de recursos e os dispêndios administrativos. As taxas de captação de recursos precisam ser positivas, em termos reais, para estimular o associado a depositar recursos para financiamentos e empréstimos, aumentar sua fidelidade com a organização cooperativa e atrair outros associados. E a organização precisa gerar resultados positivos suficientes para

apresentar bom desempenho financeiro, reservas e reinvestimento para seu crescimento e manutenção das prestações de serviços futuros aos associados.

5.2. Como analisar a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural.

A análise da sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural do Estado de São Paulo foi realizada em duas etapas:

i) análise quantitativa e qualitativa de algumas variáveis importantes para a sustentabilidade financeira, como as receitas e os custos, inclusive os custos de transação. Para a realização dessa etapa, inicialmente, foi realizado um levantamento de informações para o conhecimento da estrutura e funcionamento das cooperativas de crédito rural, por meio de algumas entrevistas realizadas com dirigentes de cooperativas de crédito rural, com dirigentes da COCECRER, e com um diretor do Bancoob. Foi utilizada uma análise qualitativa e, quando possível, quantitativa, diante da realidade a ser investigada, que não poderia ser exclusivamente explicada por dados quantitativos. As informações qualitativas puderam complementar a análise quantitativa.

ii) estudo de caso da maior cooperativa de crédito rural do país, localizada no estado de São Paulo, a Credicitrus, por meio da coleta e análise de dados financeiros de demonstrativos contábeis da mesma. É importante, entretanto, mencionar que este é um estudo de um caso específico e, portanto, não pode ser generalizado para outras cooperativas de crédito rural, uma vez que cada cooperativa possui características próprias, oferece

produtos e serviços diferentes, além de atender a necessidades diferentes, de acordo com o produto e a atividade agropecuária de seu associado.

Para a realização do estudo de caso foram analisados índices econômico-financeiros da cooperativa em estudo, a fim de se obter uma análise diagnóstica econômico-financeira mais detalhada.

Os indicadores, baseados nos índices dos estudos de autores mencionados no item anterior desta pesquisa, foram adaptados para o estudo das cooperativas de crédito rural e, portanto, espera-se um melhor embasamento para a análise da sustentabilidade financeira da cooperativa estudada.

Para a análise desses índices foram utilizados os balanços patrimoniais e as Demonstrações de Sobras ou Perdas dos últimos três anos da cooperativa (2003, 2004 e 2005), considerando as contas dos quadros onze e doze:

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Disponibilidades	Depósitos
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	depósitos à vista
Títulos e Valores Mobiliários	depósitos sob aviso
Relações Interfinanceiras	depósitos a prazo
Operações de Crédito	Obrigações por Empréstimos e repasses
Outros Créditos	Outras Obrigações
Outros Valores e Bens	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Depósitos - depósitos a prazo
Títulos e Valores Mobiliários	Obrigações por empréstimos e repasses
Operações de Crédito	Outras obrigações
PERMANENTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimentos	Capital Social
Imobilizado de uso	Reservas de sobras
Diferido	Sobras acumuladas
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Quadro 10. Contas dos Balanços Patrimoniais que serão analisadas da Credicitrus

Fonte: elaborado pela autora

Ingressos Operacionais	representam todos os ingressos da organização cooperativa obtidos com: ingressos de intermediação financeira (operações de crédito, ingressos de depósitos intercooperativos = aplicações na central, aplicações financeiras no mercado) ; rendas de repasses interfinanceiros, recuperação de créditos baixados como prejuízo, reversão de provisão para operações de crédito, recuperação de encargos e despesas e outras rendas operacionais
Dispêndios Operacionais	representam os dispêndios originados com: intermediação financeira (captação de recursos dos associados e do mercado, geralmente operações de repasses); dispêndios com pessoal, honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal, dispêndios administrativos (aluguel, prestação de serviços de terceiros etc), provisão para devedores duvidosos e para riscos e contingências, ISSQN, COFINS, PIS e outros dispêndios operacionais
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	representa a diferença entre os ingressos da intermediação financeira e os dispêndios da intermediação financeira no período contábil
Resultado Operacional	representa a diferença entre os ingressos operacionais e os dispêndios operacionais
Resultado Não Operacional	são as contas não operacionais do exercício (ex: venda de bens)
Sobras do exercício	representa a diferença entre o resultado operacional e o resultado não operacional.

Quadro 11. Contas das Demonstrações de Sobras ou Perdas que serão analisados da Credicitrus

Fonte: elaborado pela autora

O conceito operacional foi utilizado para essas contas, pois está relacionado com todas as operações da cooperativa de crédito rural envolvidas diretamente para a prestação de serviços financeiros aos produtores rurais associados. O próprio Plano Contábil das Instituições Financeiras, o COSIF, classifica as receitas e despesas dessas instituições como Operacionais e Não Operacionais. Assim, tudo que resulta em receitas ou advém de despesas para a prestação de serviços financeiros, serão consideradas, neste estudo, como ingressos e dispêndios operacionais e, também, para as demais contas.

A partir dos quadros onze e doze, serão realizadas análises verticais dos balanços patrimoniais e das Demonstrações de Sobras e Perdas (DSPs) da cooperativa e análise horizontal destas últimas (demonstrações de sobras e perdas), a fim de se obter uma ilustração do desempenho econômico-financeiro da cooperativa estudada, no período de 2003 a 2005.

Para as análises verticais serão utilizados os seguintes indicadores (Quadro 12):

ESTRUTURA PATRIMONIAL		
SIGLA	VARIÁVEL	INDICADORES
EP1	Investimento em Operações de Crédito	Operações de Crédito/ Total do Ativo
EP2	Investimento em Outras aplicações	(Aplicações Interfinanceiras + Títulos e Valores Mobiliários)/ Total do Ativo
EP3	Captação de Depósitos	(Total de Depósitos/ Total de Passivos)
EP4	Concentração de Atividades no Curto Prazo	a)Ativo Circulante/ Total do Ativo e b)Passivo Circulante/ Total do Passivo
EP5	Índice de Capital Próprio	Patrimônio Líquido/ Total de Depósitos
ESTRUTURA PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVOS DE SOBRAS E PERDAS		
EPD1	Taxa de Retorno do Ativo	Ingresso operacional/ Média do Ativo *
EPD2	Taxa de Despesa do Ativo	Dispêndio operacional / Média do Ativo*
MOEPD1 =EPD1-EPD2	Margem Operacional Bruta	(Ingresso operacional/ Média do Ativo) - (Dispêndio operacional/ média do ativo)
EPD3	Taxa de Retorno da Intermediação Financeira	Ingressos de Intermediação Financeira/ Média do Ativo*
EPD4	Taxa de Dispêndio da Intermediação Financeira	Dispêndios de Intemediação Financeira/ Média do Ativo *
MFEPD1 = EPD3 - EPD4	Margem Financeira Bruta	(Ingressos de Intermediação Financeira/ Média do Ativo*) - (Dispêndios de Intemediação Financeira/ Média do Ativo *)
EPD5	Taxa de Inadimplência	Provisão para Devedores Duvidosos/ Operações de Crédito
EPD6	Participação dos Dispêndios de Provisão Para Devedores Duvidosos	Dispêndios de Provisão para Operações de Crédito/ Dispêndios de Intermediação Financeira
EPD7	Taxa de Dispêndios Administrativas	Dispêndios administrativas/Média do Ativo*
EPD8	Auto- Sustentabilidade Financeira	(Ingressos da Intermediação Financeira + Ingressos de Prestação de Serviços +Outros Ingressos Operacionais)/ (Dispêndios de Intermediação Financeira + Dispêndios Administrativas +Outras Dispêndios Operacionais)

Quadro 12. Indicadores para análise vertical do diagnóstico econômico-financeiro da cooperativa.

Fonte: elaborado pela autora

* A média do ativo é obtida pela divisão do ativo total pelo número de meses, objeto da análise.

Esses indicadores foram escolhidos por serem relevantes para um diagnóstico financeiro das cooperativas de crédito rural, importantes para a análise de sustentabilidade financeira.

Os indicadores EP1 e EP2 são importantes para verificar onde se encontram as maiores aplicações das cooperativas de crédito rural. Como seu objetivo principal é prestar serviços financeiros aos menores custos possíveis, é importante que a maior parte das aplicações dessas organizações sejam direcionadas às operações de crédito e sejam crescentes ao longo do tempo.

O indicador EP4 pode ser considerado como um indicador de liquidez corrente, e é importante ser analisado nas cooperativas de crédito rural, assim como em qualquer outro tipo de instituição financeira, a fim de mostrar a capacidade que a instituição tem de arcar com suas dívidas (passivo), no curto prazo, a partir de suas aplicações.

O índice EP5 é relevante para as cooperativas de crédito rural, pois deve mostrar uma grande participação de capital próprio em relação aos depósitos, uma vez que a principal fonte de recursos das cooperativas deve ser dos próprios associados, donos e usuários dessas instituições. Não faria sentido a organização cooperativa ter uma grande participação de capital de terceiros, em um mercado como o brasileiro, que possui custos muito altos de captação de recursos; se tivesse, dificilmente conseguiria atingir seu objetivo principal, de prestar serviços financeiros a seus associados, ao menor custo possível.

O indicador EPD1 caracteriza o rendimento de cada unidade monetária aplicada, considerando os ingressos advindos da intermediação financeira como os ingressos advindos da prestação de serviços. Apesar do lucro não ser objetivo da cooperativa, é melhor que esse indicador seja crescente ao longo do tempo, para aumentar a possibilidade da cooperativa apresentar resultados positivos, importantes para sua capitalização e novos investimentos.

O indicador EPD2 caracteriza os dispêndios que a cooperativa apresenta por cada unidade monetária investida. É importante ressaltar que como as cooperativas geralmente não captam recursos de bancos comerciais, exceto os de repasses, esse indicador deve ser decrescente ao longo do tempo.

O indicador MOEPD1 é a diferença entre os indicadores supracitados, ou seja, EPD1 – EPD2 e, se positivo, significa que os ingressos operacionais estão cobrindo os dispêndios operacionais da cooperativa.

O indicador EPD3 é semelhante ao indicador EPD1, mas considera apenas os ingressos com a intermediação financeira. Como as cooperativas de crédito devem apresentar pequenos ingressos com a prestação de serviços, esse indicador não deve ser muito diferente do indicador EPD1.

O indicador EPD4 caracteriza os dispêndios que a cooperativa apresenta por cada unidade monetária investida, considerando apenas os dispêndios com intermediação financeira, ou seja, não considera os dispêndios administrativos.

A margem financeira bruta, MFEPD1, deve ser positiva e significa a capacidade da cooperativa pagar seus dispêndios de intermediação financeira, com os ingressos de intermediação financeira.

A taxa de inadimplência, EPD5, é de importante análise, principalmente pelo fato de se acreditar que, como os associados são donos da própria organização, além de usuários, eles devem zelar pela boa saúde financeira da cooperativa. Entretanto, como o mercado agrícola é um mercado com certas imprevisibilidades, a provisão para devedores duvidosos pode ser alta, dependendo do preço de *commodities*, secas etc., e a taxa de inadimplência, crítica.

O indicador EPD6 representa a participação dos dispêndios com provisão para devedores duvidosos no total de dispêndios de intermediação financeira. Quanto menor for esse indicador, melhor para a cooperativa, uma vez que os dispêndios muito altos com

provisão significam falta de credibilidade e altos custos de transação. Portanto, é importante que o EPD6 seja decrescente ao longo do tempo.

O indicador EPD7 representa o quanto a cooperativa apresenta de dispêndios administrativos por unidade monetária aplicada, ou seja, quanto menor for esse índice, maior a eficiência da cooperativa.

O indicador de auto-sustentabilidade financeira, EPD8, é o objetivo principal desta pesquisa e garante se a instituição cooperativa é capaz de cobrir seus dispêndios a partir de seus ingressos, mesmo atuando com taxas inferiores às do mercado financeiro.

Finalmente, um outro indicador relevante seria o retorno sobre o patrimônio líquido, porque mostraria o ganho percentual da organização em decorrência das taxas de juros praticadas. Como a organização cooperativa não tem objetivos de lucros e suas taxas de juros podem ser inferiores às taxas do mercado, esse índice pode ser comparativamente diferente ao de outras instituições financeiras. As sobras líquidas podem ser menores, porém, devido a diferentes estratégias de garantia para evitar riscos futuros, algumas cooperativas podem aprovisionar parte de suas sobras e, portanto, fica difícil avaliar e fazer comparações com esse índice.

A sustentabilidade financeira da cooperativa em estudo será analisada a partir dos indicadores propostos, verificando no final, se os ingressos obtidos por meio das taxas de juros (receitas de intermediação financeira) e tarifas (receitas de prestação de serviços) cobradas nos empréstimos, mais os ingressos das aplicações financeiras (receitas de intermediação financeira), cobrem todos os dispêndios (custos): administrativos, financeiros e perdas de empréstimos (inadimplência) da cooperativa, em análise.

6. Análise da sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural

Neste item da pesquisa serão avaliados qualitativamente todos os dispêndios e ingressos que uma cooperativa de crédito rural apresenta para conseguir mostrar-se como instituição financeira sustentável.

As cooperativas de crédito rural apresentam mecanismos e instrumentos operacionais que são mais adequados para oferecer o crédito rural do que os grandes bancos comerciais, uma vez que, se forem comparadas com outros tipos de instituições financeiras, tendem, relativamente, a apresentar menores dispêndios operacionais, maior proximidade com o público alvo desse tipo de crédito, como também, melhores condições para fazer o monitoramento necessário da utilização do mesmo.

Os custos de transação terão uma análise mais qualitativa/subjetiva, pelo fato de suas variáveis serem difíceis de mensuração. Os demais dispêndios e ingressos serão argumentados, tanto de forma subjetiva como objetiva.

6.1. Os custos de transação

As cooperativas de crédito rural são instituições que apresentam custos de transação reduzidos com as suas operações de crédito, uma vez que os cooperados são os próprios donos e usuários das mesmas. Dessa forma, por meio da relação de confiança e com base no capital social existente entre os agentes formadores dessas organizações, o acesso a informações entre os mesmos e o esforço para aproximar o credor do tomador podem ser

considerados bem menos custosos do que em outro sistema de obtenção de informações de clientes, como nos bancos comerciais, por exemplo.

A forte presença de capital social existente nas organizações cooperativas facilita as transações econômicas e pode ser considerado tão importante quanto o capital financeiro, para o crescimento e a sustentabilidade de uma organização/empresa.

Já que essas cooperativas são formadas pelos produtores rurais de determinadas regiões próximas e que exigem participação dos mesmos em sua gestão e funcionamento, por meio das assembléias gerais, as ligações sociais que esses produtores rurais estabelecem com os membros de seu círculo de relacionamentos são fortalecidas.

Com isso, torna-se forte o argumento de Ferrary¹² (1999) *apud* Junqueira (2003), de que as redes sociais, em razão do princípio de solidariedade que liga alguns de seus membros e da natureza da informação que nelas circula, modificam a regulação econômica, conforme o reconhecimento dos membros de uma rede reduz a assimetria nas trocas que eles fazem entre si, e, conseqüentemente, isso pode fazer com que haja redução na incerteza relacionada ao risco moral e, por conseguinte, nos custos de transações pré e pós-contratuais, considerados por Chaddad e Lazzarrini (2003). Ou seja, como os produtores rurais formam um vínculo forte com sua organização cooperativa e com os demais associados, o risco moral tende a ser uma prática menos observada entre eles, já que se encontram em um cenário com menos assimetria de informações e onde o custo político de não efetuar o pagamento dos contratos realizados diante dos outros associados provavelmente se torna mais alto do que o custo de pagar o empréstimo contratado.

A taxa de inadimplência, considerada como a provisão para devedores duvidosos em relação às operações de crédito, pode caracterizar e ilustrar essa característica das organizações cooperativas de crédito do Estado de São Paulo, uma vez que a provisão de um

determinado ano depende de compromissos não assumidos pelos associados no período anterior, além de outros fatores conjunturais.

Como exemplo, a partir da tabela cinco, verifica-se que, de todas as cooperativas em atividades, filiadas à COCECRER (COCECRER, 2003), em 2003, 67,86 % (dezenove de vinte e oito com dados disponíveis), ou seja, praticamente dois terços do total de cooperativas de crédito rural do Estado de São Paulo, apresentaram uma taxa de inadimplência inferior à taxa de inadimplência registrada pelo Banco do Brasil (BANCO DO BRASIL, 2004), de 6,07 %, no mesmo ano.

Vale considerar, ainda, que todos os sócios das cooperativas de crédito rural são produtores rurais e, portanto, trata-se de uma clientela que depende basicamente da rentabilidade da atividade agropecuária, que é considerada de elevado risco.

É importante mencionar a existência de duas cooperativas que estão com taxas de inadimplência muito altas, o que indica prováveis problemas com a continuidade de suas atividades.

---

¹² Ferrary, Michel. Confiance et accumulation de capital social dans la régulation des activités de crédit. Revue

Tabela 5 - Taxa de inadimplência, em percentuais, das cooperativas de crédito rural e do Banco do Brasil, no ano de 2003.

Cooperativa	Taxa de Inadimplência (%)
CREDILIDER	0,05%
COOPECREDI	0,17%
CREDICOLASO	0,50%
CREDICAROL	0,65%
CREDICANA	0,90%
CREDICAZOLA	1,09%
CREDIGUAÇU	1,20%
CREDICITRUS	1,47%
COCREALPA	1,59%
COCREJAÚ	1,97%
CREDICAP	3,32%
CREDINOSP	3,57%
CREDISAN	3,59%
CREDIVALE	3,71%
CREDICERIPA	4,20%
COCRED	4,62%
CREDITAM	4,62%
SUDOCRED	5,74%
CREDICOCAPEC	6,03%
CREDIMOTA	7,40%
CREDICOONAI	7,66%
COCREFOCAPI	8,73%
CREDINOEL	10,69%
CREDICOLABA	10,96%
CREDISOLO	11,51%
COOPCRED	11,69%
CREDIPAULI	27,86%
CREDIMOGIANA	30,88%
CREDILITORAL	*
BANCO DO BRASIL	6,07%

Fonte: Cocecrer (2003), Banco do Brasil (2004).

* Estes dados da Credilitoral não foram fornecidos pela Cocecrer.

É importante mencionar que, segundo estudo realizado pelo BACEN (1999), a inadimplência, verificada em uma amostra de 17 bancos privados responsáveis por quase 2/3

dos créditos concedidos do segmento privado, é o custo que mais onera o *spread* bancário, sendo o risco de crédito um dos fatores determinantes dos elevados custos das operações de empréstimos.

Assim, o custo e a dificuldade para se diminuir a assimetria de informação nas atividades de crédito, por meio dos métodos bancários tradicionais, podem ser equacionados pela qualidade das ligações sociais entre os emprestadores e os credores, fortemente presenciada nas organizações cooperativas, pois a densidade das relações interpessoais existentes nesse tipo de arquitetura organizacional permite o acesso a informações inacessíveis em um quadro de relações estritamente profissionais, que geralmente é encontrado nos bancos comerciais e em outros tipos de instituições financeiras (JUNQUEIRA, 2003).

Por isso, pode-se dizer que, para os bancos comerciais, utilizar as cooperativas de crédito rural para efetivar os recursos de repasses aos produtores rurais, significa usufruir grandes vantagens com relação aos custos dos recursos oferecidos. É como se as cooperativas de crédito rural se comportassem como “agentes de crédito” que, devido a sua proximidade com os clientes dos bancos comerciais, conseguem obter e fornecer informações e atuar como elo de ligação entre os bancos e seus clientes, reduzindo os custos de negociação (de juntar o credor com o tomador de empréstimos), pré-contratuais. Além disso, os custos pós-contratuais de má adaptação contratual (*moral hazard*), neste caso, são totalmente encobertos pelas cooperativas e não pelos bancos comerciais.

Ao mesmo tempo, se os associados se tornarem inadimplentes com sua cooperativa, estarão agindo contra eles mesmos, pois, além de diminuírem sua reputação perante os demais associados, ao romperem um contrato, eles poderão aumentar os custos de transação da instituição da qual eles são os próprios donos, já que a relação de confiança dos mesmos provavelmente irá diminuir. Além disso, como são os próprios responsáveis pela situação

financeira da cooperativa fornecedora de crédito, e, portanto, têm deveres com as mesmas, provavelmente terão que arcar com os futuros prejuízos, se não agirem com prudência em relação à saúde financeira da organização, o que não é interessante para os mesmos.

Os custos *ex-ante* (pré-contratuais) da elaboração de contratos de transações de crédito e do esforço para juntar o credor ao tomador de crédito, provavelmente são mais vantajosos nesse tipo de organização, uma vez que, além de os associados serem, ao mesmo tempo, os donos e usuários da organização, os contratos de empréstimos e as exigências de garantias, devem ser muito mais simples do que em outro tipo de instituição financeira que não tem o menor conhecimento sobre seu “futuro” cliente. Ou seja, nas organizações cooperativas de crédito rural, com o conhecimento pessoal existente entre o tomador e o emprestador, são evitados processos mecanizados de avaliação de crédito e são priorizadas avaliações de crédito baseadas nas características individuais, nas peculiaridades existentes entre os produtores tomadores de créditos (ABREU, 2004).

Assim, verifica-se que o amplo envolvimento social dos produtores rurais associados permite realmente a criação e o fortalecimento do capital social em sua organização cooperativa, o qual contribui para a redução dos custos de transação que, por consequência, colabora com as demais variáveis importantes para a sustentabilidade financeira da cooperativa.

6.2. Dispendios administrativos

Estes dispendios representam as despesas administrativas, de pessoal (funcionários e honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal), alugueis, sistemas de informática e custos de serviços de terceiros da cooperativa (cobrança de títulos, de duplicatas, compensação etc).

É importante considerar, neste item, que as cooperativas singulares arcam com grande parte dos custos fixos da cooperativa central, para sua manutenção, custos que são baixos pelo fato de a Central possuir uma estrutura operacional pequena. Como exemplo, em 2003, COCECRER, Central que pode ser considerada como matriz de um banco, possuía uma equipe com apenas 24 funcionários. No estado de São Paulo, as cooperativas singulares arcam com uma taxa de manutenção à Central. Essa taxa é rateada proporcionalmente à movimentação de cada cooperativa singular na Central, a partir da aplicação do orçamento efetuado no ano anterior; portanto, quem movimentou mais com a Central, certamente irá arcar com mais custos.

Em compensação, as cooperativas singulares conseguem consideráveis economias de escala pelos serviços prestados pela Central, bem como pelo Bancoob, a partir de convênios realizados.

É importante mencionar que os custos das cooperativas centrais, importantes para a sustentabilidade financeira das cooperativas das singulares são arcados pelas cooperativas singulares, pelas receitas da central como também por rendas de investimentos feitos em bancos, ou seja, aplicações financeiras.

Com relação à questão de infra-estrutura física e pessoal, a necessidade é mínima também para as singulares. Para este tipo de organização atender aos seus associados, é necessária a instalação de postos de atendimentos cooperativos (PACs) em regiões próximas

aos produtores rurais que são associados, nicho de mercado que as mesmas atendem, e, em grande parte, essas cooperativas conseguem suprir suas necessidades com apenas um gerente e mais alguns funcionários.

No estado de São Paulo, por exemplo, segundo o relatório anual da COCECRER (2003), das 29 cooperativas de crédito rural associadas existentes, em atividade, quinze possuíam menos de dez funcionários, ou seja, 50% (cinquenta por cento). Entre as que possuíam mais de dez funcionários, a maior parte tinha mais de um posto de atendimento, conforme pode ser verificado na tabela seis:

Tabela 6 - Número de funcionários das cooperativas de crédito rural do estado de São Paulo, em 2003

Cooperativa - Sigla	Número de funcionários	PACs	Funcionários/ PACs
COCREALPA	20	5	4
CREDINOSP	4	2	2
CREDICANA	6	1	6
CREDICOLABA	5		
CREDICITRUS	107	20	5
CREDIMOTA	17	1	17
CREDICAP	7	1	7
CREDIGUAÇU	42	11	4
CREDICOCAPEC	13	1	13
CREDISOLO	4		
COOPECREDI	33	4	8
CREDICERIPA	11	2	6
SUDOCRED	3	3	1
COCREJAÚ	9	2	5
CREDICAZOLA	9	1	9
CREDIPAULI	14	3	5
CREDIMOGIANA	8	2	4
CREDICAROL	16	2	8
COCREFOCAPI	17	2	9
CREDIVALE	13	1	13
CREDICOONAI	47	17	3
CREDINOEL	7	1	7
COCRED	60	8	8
CREDISAN	42	10	4
CREDILITORAL	4		
CREDICOLASO	3		
CREDITAM	4		
COOPCRED	5		
CREDILIDER	4		
TOTAIS	508	96	5

Fonte: COCECRER (2003)

Muitas cooperativas de crédito rural são constituídas dentro da sede de cooperativas agropecuárias, por isso dividem os custos do local. Portanto, sua infra-estrutura é muito mais simples do que a de um banco.

A questão da infra-estrutura está diretamente ligada à questão das despesas com operações de repasses, a taxas de juros subsidiadas, como, por exemplo, a 8,75% a.a. Para os bancos comerciais, é vantajoso repassar esses recursos por meio das cooperativas de crédito rural, uma vez que se repassassem diretamente, teriam que ter toda uma infra-estrutura somente para tais finalidades, o que implicaria altos custos administrativos para um mercado consumidor que nem é alvo e nem é atraente para os mesmos. E como as cooperativas de crédito rural, na sua grande maioria, possuem uma infra-estrutura bastante simples, arcam com custos baixíssimos para transacionar esses repasses.

Além disso, as cooperativas agropecuárias oferecem assessoria técnica para orientar os associados na aplicação correta dos recursos, praticamente sem custo para as cooperativas de crédito rural. Já os bancos têm que contratar funcionários técnicos agrônomos que visem minimizar os custos na assessoria da oferta de crédito agrícola.

Como exemplo para comparação, em 2005, o Banco do Brasil apresentou 48,1 % de despesas administrativas em relação às receitas operacionais. A Credicitrus, estudo de caso dessa pesquisa, também em 2005, apresentou 16,8 % de dispêndios administrativos (outros dispêndios administrativos + dispêndios com pessoal e honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal) com relação aos ingressos operacionais. Se a conta de outros dispêndios operacionais for também considerada nos dispêndios administrativos, a Credicitrus, no mesmo ano, apresentou 24,0 % de dispêndios administrativos, com relação aos ingressos operacionais. Assim, pode-se perceber que a Credicitrus apresentou maior eficiência, em qualquer situação, uma vez que quanto menor for esse índice, melhor para a instituição, já que a mesma precisa de menor estrutura operacional para manter suas atividades.

As cooperativas de crédito são integradas ao Sistema de Informática do Sicoob (SISBR), um sistema de alto padrão de informática que centraliza todas as informações e dados do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

O SISBR permite operação *on line* de todas as cooperativas, facilitando sua atuação no mercado. Com esse Sistema, os associados podem fazer suas movimentações, retirar saldos e fazer saques em qualquer cooperativa do país, que estiver também integrada ao Sistema, além da disponibilidade da utilização do *Internet Banking*, o qual pode ser utilizado para a realização de movimentações *on line*, ou seja, todo o sistema cooperativo ligado ao Sicoob pode usufruir desse Sistema de informática e, dessa forma, compartilhar seus custos entre todas as cooperativas de crédito no país.

A articulação das cooperativas de crédito rural com o Sicoob permite que as mesmas usufruam de economias de escalas com a utilização do SISBR, o que impacta diretamente na sustentabilidade financeira dessas organizações, sendo esse sistema extremamente vantajoso para as mesmas.

Um outro ponto relevante é que a articulação das cooperativas singulares com o Bancoob faz com que essas organizações minimizem seus custos variáveis, também, uma vez que o Bancoob cobra, pelo serviço prestado, valores inferiores aos cobrados por outros bancos comerciais convencionais, como o serviço de compensação de documentos, que foi um dos objetivos da luta do sistema cooperativo, por sua criação. Já os demais bancos comerciais tradicionais extraem lucros com a margem cobrada por esses serviços e, que provavelmente, têm papel fundamental na sustentabilidade financeira e na lucratividade dos mesmos.

É importante mencionar que, antes da criação dos bancos cooperativos, a compensação era realizada principalmente pelo Banco do Brasil, que cobrava tarifas altas para tal atividade, já que não existiam alternativas que livrassem as cooperativas singulares das imposições do mercado bancário tradicional. Com a constituição dos bancos cooperativos, que teve como principal objetivo satisfazer as necessidades do Sicoob, e que propiciou autonomia operacional, financeira e técnica ao seu público (sistema cooperativo), com relação aos demais bancos concorrentes, principalmente o Banco do Brasil, as singulares ganharam com

relação aos custos do serviço prestado, uma vez que os bancos cooperativos não cobram muitas das tarifas cobradas pelos demais bancos comerciais.

Segundo o Bancoob (2006), dados relevantes mostram algumas vantagens comparativas que as organizações cooperativas singulares de crédito oferecem a seus produtores e que também as beneficiam, com relação aos custos, operacionalizando com os bancos cooperativos. Por exemplo, com relação à compensação de cheques, enquanto o Bancoob cobrava das singulares, em 2005, por documento compensado, o valor médio de R\$ 0,06 (seis centavos), segundo informação pessoal¹³, a média do mercado, cobrada pelos demais bancos comerciais, era de R\$ 1,51 (um real e cinquenta e um centavos), segundo o Banco Central (2006). Ou seja, as cooperativas singulares obtiveram com essa prestação de serviço, a economia, em média, de R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos), por documento compensado.

Em 2005, o Bancoob processou uma média mensal de 11.400.000 documentos compensáveis para o Sicoob, no país, que representou aproximadamente 136.800.000 documentos no ano (informação pessoal)¹⁴. Levando em consideração o diferencial de R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) a menos por documento compensado, e multiplicando este valor pela quantidade de documentos compensados, tem-se que as cooperativas do Sicoob (Brasil) tiveram uma economia anual, em 2005, de R\$ 198.360.000,00, levando em consideração apenas as tarifas de documentos compensados, sem considerar outras tarifas que deixaram de ser cobradas ou cujos valores são menores.

Se for considerado o valor de R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos) cobrado por documento compensado, em 2006, pelo Banco do Brasil (BACEN, 2006), principal instituição que prestava este serviço para as cooperativas de crédito rural, o diferencial cairia para R\$ 0,79 (setenta e nove centavos) por documento compensado e, mesmo assim, as

cooperativas de crédito rural do país tiveram, em 2005, uma economia de R\$ 108.072.000,00, ao utilizar o Bancoob ao invés do Banco do Brasil.

Como, no estado de São Paulo, em 2005, foram compensados, em média, 2.070.000 documentos por mês (informação pessoal)¹⁵, ou seja, 24.840.000 no ano, as cooperativas de crédito rural do estado de São Paulo, economizaram, em média, no ano de 2005, aproximadamente R\$ 36.018.000,00, se for considerado o valor médio por documento compensado dos 50 maiores bancos do país. Se fosse considerado o diferencial entre o Bancoob e o Banco do Brasil, essas cooperativas apresentariam, em média, uma economia de aproximadamente R\$ 19.623.600,00.

O Bancoob permite que as organizações cooperativas de crédito consigam atuar no mercado financeiro em condições de igualdade com os bancos tradicionais e, em algumas situações, até com vantagens competitivas.

Por isso, as transações das cooperativas singulares com os bancos cooperativos provavelmente devem ser cada vez mais fortalecidas, em detrimento das mesmas com outros bancos comerciais, como o Banco do Brasil, por exemplo, que sempre foi um dos seus maiores provedores de recursos.

Esse fato pode, de certa forma, ser justificado a partir dos dados do Banco Central, da tabela sete, elaborada por Panzutti (2003).

---

¹³ Informação fornecida por Firetti, por e-mail, em novembro de 2006.

¹⁴ Informação fornecida por Firetti, por fax, em novembro de 2006.

¹⁵ Informação fornecida por Firetti, por e-mail, em novembro de 2006

Tabela 7 - Financiamentos concedidos a cooperativas, por instituição, em percentuais, no período de 1993 a 2003.

Ano	Banco do Brasil	Banco Estadual	Bancos Privados	Cooperativas de Crédito	Total
1993	75,95	6,00	16,56	1,49	100
1994	69,29	5,23	22,98	2,50	100
1995	73,24	6,01	16,95	3,80	100
1996	75,72	7,43	12,03	4,82	100
1997	62,76	3,86	28,86	4,52	100
1998	65,81	2,86	27,53	3,80	100
1999	61,85	2,34	30,95	4,86	100
2000	50,05	2,30	42,50	5,15	100
2001	50,51	2,34	41,93	5,22	100
2002	55,28	2,30	35,70	6,72	100
2003	58,90	2,11	32,72	6,27	100

Fonte: BACEN (2003) *apud* Panzutti (2003)

De acordo com a tabela sete, verifica-se que há uma diminuição da atuação do Banco do Brasil que, em 1993, participava com 75,95 % dos financiamentos cedidos às cooperativas de produção e, em 2003, essa participação caiu para 58,90%. Verifica-se, ainda, que essa participação é ocupada pelos bancos particulares, da qual os bancos cooperativos fazem parte. Assim, enquanto em 1993 os bancos privados participavam com 16,56% dos financiamentos cedidos às cooperativas de produção, em 2003, essa participação aumentou para 32,72%.

Dessa forma, as cooperativas de crédito rural, bem como as demais cooperativas que prestam outros tipos de serviços, apresentam algumas particularidades em sua gestão, de tal forma que apresentam uma sustentabilidade econômico-financeira diferente das demais empresas lucrativas.

6.3. *Spreads*, tarifas e juros

Os dispêndios financeiros representam as despesas originadas das operações de captação no mercado, das operações de empréstimos e repasses e das despesas com a provisão para operações de crédito. Assim, são as taxas de juros pagas às aplicações efetuadas pelos associados na cooperativa de crédito, bem como os custos com os repasses de recursos.

Com relação às taxas de juros pagas às aplicações efetuadas, estas devem ser competitivas com as do mercado, uma vez que, se forem inferiores, os associados provavelmente deverão aplicar seus recursos em outra instituição financeira. A taxa básica de juros indica o custo de captação das instituições financeiras e é com base nela que essas instituições fixam seu *spread*, de modo a estabelecer a taxa que será cobrada nas operações de empréstimos.

Porém, como o volume de operações nas cooperativas de crédito rural é bem inferior ao volume de operações transacionadas em bancos comerciais tradicionais, esses dispêndios financeiros acabam sendo relativamente superiores para as cooperativas de crédito rural, quando comparados com os bancos.

A diferença relevante entre essas organizações e os bancos comerciais é que, como as primeiras não objetivam lucros, cobram apenas pelos serviços prestados ao menor custo possível, ou seja, colocam um *spread* e poucas tarifas, apenas para possuírem uma margem de segurança e arcarem com os custos da organização, além de não pagarem alguns tributos e não serem obrigadas a depositar o compulsório. Conforme já mencionado nesta pesquisa, os bancos comerciais embutem tarifas e *spreads* na prestação desses serviços, por meio dos quais conseguem extrair lucros.

Segundo estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2006), o *spread* bancário, no Brasil, é considerado um dos mais elevados do mundo, principal fator das enormes margens de lucros dos bancos e originado pelo tripé formado pelas receitas de crédito, de tesouraria e receitas de prestação de serviços (tarifas bancárias), as quais apresentaram tendência crescente nos últimos anos.

Como exemplo, segundo esse estudo, em dezembro de 1994, a soma de todas as receitas de prestação de serviços do setor cobria 26% do total das despesas de pessoal. Em 2005, a cobertura subiu para 113,9 %, ou seja, entre dezembro de 1994 e dezembro de 2005, o montante das receitas de prestação de serviços aumentou 582 %, em valores nominais, enquanto as despesas de pessoal não acompanharam esse aumento. De acordo com o estudo do Dieese, o Banco do Brasil, o Bradesco e o Itaú, que estão entre os cinco maiores bancos comerciais do país, tiveram como principais fontes de arrecadação das receitas as tarifas de contas correntes, de cartões de crédito e tarifas com operações de crédito, em que se inclui a tarifa com abertura de crédito (TAC).

O aumento de receitas, advindo das tarifas bancárias, intensificou-se no Plano Real por causa da queda dos altos índices da inflação, que inviabilizou os ganhos dos bancos com *floating* (receitas de inflação); antes do Plano Real, o ambiente inflacionário garantia, por si só, elevadas receitas aos bancos, na medida em que os recursos captados eram aplicados com taxas de retornos altamente lucrativas. Com a chegada da estabilidade econômica, e ameaçados com essa perda, os bancos desenvolveram novas estratégias, com o intuito da manutenção dos seus lucros. Com isso, além da diversificação de produtos e serviços, criaram um sistema de cobrança de tarifas bancárias por serviços prestados, até então gratuitos.

Com relação a essas tarifas, a tabela oito demonstra claramente os diferentes valores cobrados pelo sistema cooperativo e pelos bancos comerciais concorrentes, segundo o BACEN (2006). Foram selecionados para comparação: o Banco do Brasil, por ser o maior

banco federal; o Itaú, por ser o maior banco privado do país, e como este banco não tem cartão múltiplo, e, portanto, não tem as tarifas desse tipo de serviço para comparação, foi também considerado o Bradesco, segundo maior banco privado do país.

Apesar de essas tarifas serem do Bancoob e não das cooperativas de crédito rural, é importante verificar que os valores cobrados por este banco (Bancoob) são inferiores aos valores dos demais bancos comerciais. Assim, como as cooperativas de crédito rural operam com o Bancoob, também conseguem trabalhar com melhores tarifas com seus associados, uma vez que elas passam a não depender mais somente de outros bancos comerciais.

Tal fato impacta diretamente na sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural, uma vez que a Centrais, no caso, a COCECRER, incorre em menores custos operando com o Banco Cooperativo e, portanto, como as cooperativas singulares arcam com parte dos custos da Central, também incorrem, por consequência, em custos menores do que se a Central operacionalizasse apenas com outros bancos comerciais.

Com relação aos cartões magnéticos, embora o Bancoob cobre tarifas pela confecção de cartões de crédito, o que não acontece com os demais bancos comerciais, a anuidade do contrato dos mesmos é muito mais alta para estes últimos, principalmente quando comparada à periodicidade do contrato.

Com relação às tarifas cobradas, referentes às contas correntes, às operações de crédito e à movimentação de recursos, percebe-se que o sistema cooperativo é o que menos onera seus clientes quanto à precificação desses serviços. Se o Bancoob está entre um dos maiores 50 bancos do país e se mostra como uma instituição financeira sustentável, este fato confirma que suas tarifas, bem abaixo das dos demais bancos comerciais neste estudo mencionados, são suficientes para colaborar com sua sustentabilidade financeira. Isso significa que, provavelmente, as tarifas dos demais bancos comerciais contribuem para aumentar os lucros

dos bancos, os quais oneram seus clientes, reduzindo, de certa forma, a capacidade de investimento produtivo da economia.

Tabela 8 - Tarifas cobradas pelo Bancoob, Banco do Brasil e Bradesco, em produtos e prestações de serviços, em 2006

INSTITUIÇÃO	BANCOOB		BANCO DO BRASIL		BANCO BRADESCO		BANCO ITAÚ	
Produtos e Serviços mais usuais	Valor Máximo (em reais)	Periodicidade	Valor Máximo (em reais)	Periodicidade	Valor Máximo (em reais)	Periodicidade	Valor Máximo (em reais)	Periodicidade
Cartão Magnético								
Débito, saque e garantia de cheque-anuidade do contrato	0,00	A cada 0 dias					12,00	A cada 90 dias
Débito, saque e garantia de cheque-confecção do cartão	0,00	Por evento	0,00	Por evento			12,00	Por evento
Cartão múltiplo-nacional-anuidade do contrato	45,00	A cada 365 dias	45,00	A cada 360 dias	60,00	A cada 360 dias		
Cartão múltiplo-nacional-confecção do cartão	6,00	Por evento	0,00	Por evento	60,00	Por evento		
Cartão múltiplo-internacional-anuidade do contrato	45,00	A cada 365 dias	300,00	A cada 360 dias	500,00	A cada 360 dias		
Cartão múltiplo-internacional-confecção do cartão	6,00	Por evento	0,00	Por evento	160,00	Por evento		
Cartão múltiplo adicional-nacional-anuidade do contrato	45,00	A cada 365 dias	23,40	A cada 360 dias	30,00	A cada 360 dias		
Cartão múltiplo adicional-nacional-confecção do cartão	6,00	Por evento	0,00	Por evento	30,00	Por evento		
Cartão múltiplo adicional-intern.-anuidade do contrato	45,00	A cada 365 dias	150,00	A cada 360 dias	250,00	A cada 360 dias		
Cartão múltiplo adicional-Intern.-confecção do cartão	6,00	Por evento	0,00	Por evento	250,00	Por evento		
Conta Corrente								
Abertura de conta	1,20	Por evento	0,00	Por evento	0,00	Por evento	0,00	Por evento
Manutenção de conta ativa	0,00	A cada 0 dias	7,50	A cada 30 dias	7,90	A cada 30 dias	9,00	A cada 30 dias
Manutenção de conta inativa	5,00	A cada 180 dias	18,00	A cada 30 dias	15,00	A cada 30 dias	16,50	A cada 30 dias
Adiantamento a depositantes, incl. excesso limite de cheque especial	7,50	Por evento	21,00	Por evento	20,50	Por evento	22,50	Por evento
Concessão de cheque especial/conta garantida	12,00	Por evento	7,00	Por evento	22,00	Por evento	7,00	Por evento
Renovação de cheque especial/conta garantida	12,50	A cada 90 dias	7,00	A cada 30 dias	22,00	A cada 90 dias	7,00	A cada 30 dias
Débito autorizado em conta-corrente	0,60	Por evento	0,00	Por evento	0,00	Por evento	0,00	Por evento

Continua para a primeira

Tabela 8 - Tarifas cobradas pelo Bancoob, Banco do Brasil e Bradesco, em produtos e prestações de serviços, em 2006

INSTITUIÇÃO	BANCOOB		BANCO DO BRASIL		BANCO BRADESCO		BANCO ITAÚ	
Produtos e Serviços mais usuais	Valor Máximo (em reais)	Periodicidade	Valor Máximo (em reais)	Periodicidade	Valor Máximo (em reais)	Periodicidade	Valor Máximo (em reais)	Periodicidade
Movimentação de Recursos								
Saque em caixa automática externa/banco 24 horas	6,00	Por evento	2,00	Por evento	1,95	Por evento	1,95	Por evento
Emissão de DOC "C"	12,00	Por evento	15,00	Por evento	12,00	Por evento	13,50	Por evento
Emissão de DOC "D"	8,50	Por evento	15,00	Por evento	12,00	Por evento	13,50	Por evento
Ordem de Pagamento	16,50	Por evento	24,00	Por evento			30,00	Por evento
Depósito em outra agência	0,00	Por evento	0,00	Por evento	0,00	Por evento	0,00	Por evento
Transferência Eletrônica Disponível - TED	5,00	Por evento	15,00	Por evento	12,00	Por evento	13,50	Por evento
Extrato de Conta								
Em terminal eletrônico	1,00	Por evento	1,50	Por evento	3,00	Por evento	1,40	Por evento
Por outros meios	3,50	Por evento	5,00	Por evento	3,00	Por evento	3,00	Por evento
Cópias de microfimes, microfichas ou assemelhados	3,50	Por evento	6,00	Por evento	7,00	Por evento	8,00	Por evento
Créditos								
Abertura de crédito	1,50%	Por evento	500,00	Por evento	500,00	Por evento	6,00%	Por evento
Custódia de cheque pré-datado	0,50	Por evento	0,40	Por evento	0,50	Por evento		
Rescisão Contratual (Quitação Antecipada)	0,00	Por evento	300,00	Por evento	500,00	Por evento	5,00%	Por evento

Fonte: BACEN (2006)

Como exemplo dos diferentes valores cobrados pelo sistema cooperativo e pelos demais bancos comerciais, tem-se, na tabela nove, as taxas de juros cobradas na última semana de outubro de 2006, para pessoa física em duas modalidades de operação de crédito: cheque especial e crédito pessoal. Como não foi possível a obtenção das taxas de juros médias cobradas pelas cooperativas de crédito rural, serão utilizadas as informações do Bancoob, pressupondo que as taxas das organizações cooperativas de crédito não diferem desse, com relevância.

Tabela 9 - Taxa de juros cobrada no cheque especial, pelo Bancoob e por outros bancos comerciais, no período de 16 a 22 de novembro de 2006

Instituição	Taxa de Juros (sem encargos)			Encargos		Taxa Total (4) = (1)+(2)+(3)
	Mínima	Máxima	Média (1)	Operacionais (2)	Fiscais (3)	
BANCOOB	3,34	3,67	3,50	0,00	0,00	3,50
BANCO DO BRASIL S.A.	2,13	7,73	7,27	0,00	0,12	7,39
BANCO ITAU S.A.	3,16	8,50	7,92	0,00	0,12	8,05
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2,25	7,20	6,59	0,00	0,12	6,71
BANCO BRADESCO S.A.	4,45	8,01	7,66	0,00	0,12	7,78
UNIBANCO	3,90	8,39	7,82	0,00	0,13	7,95

Fonte: BACEN, 2006

Verifica-se, na tabela nove, que o sistema cooperativo é o intermediador financeiro que cobrou o menor valor médio para utilização de cheque especial, no período de 16 a 21 de novembro de 2006. Enquanto o Bancoob cobrava uma média de 3,50 %, o valor médio cobrado pelos cinco maiores bancos comerciais do país foi de 7,57%, um diferencial de 4,08%, com relação ao primeiro.

Tabela 10 - Taxa de juros cobrada no crédito pessoal, pelo Bancoob e por outros bancos comerciais, no período de 16 a 22 de novembro de 2006

Instituição	Taxa de Juros (sem encargos)			Encargos		Taxa Total (4) = (1)+(2)+(3)
	Mínima	Máxima	Média (1)	Operacionais (2)	Fiscais (3)	
BANCOOB	1,75	3,5	2,26	0	0,03	2,29
BANCO DO BRASIL S.A.	1,5	4,99	3,2	0,22	0,1	3,53
BANCO ITAU S.A.	1,05	5,95	5,11	1,16	0,18	6,46
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1,3	5,39	2,7	0,26	0,1	3,05
BANCO BRADESCO S.A.	1,2	5,63	4,12	0,66	0,11	4,89
UNIBANCO	2,5	5,67	4,24	0,42	0,06	4,73

Fonte: BACEN, 2006

Da mesma forma, com relação à taxa de juros cobrada para crédito pessoal, no mesmo período (16 a 21 de novembro de 2006), enquanto o Bancoob cobrou, em média, 2,29%, o valor médio cobrado pelos cinco maiores bancos do país foi de 4,53%, um diferencial de 2,24%.

Nesse sentido, os associados têm muitas vantagens utilizando-se do sistema cooperativo, já que o crédito é caro para esses produtores, que geralmente têm pequena margem de ganho em seus negócios, e, para buscarem recursos no mercado financeiro tradicional, arcariam com custos muito mais altos do que com organizações cooperativas de crédito rural, cooperativas centrais e bancos cooperativos.

Bittencourt (2003) mencionou que os financiamentos realizados com recursos equalizados são aplicados a taxas de juros fixos de 8,75 % a.a., mas, na prática, o Banco do Brasil normalmente associa sua liberação à venda de outros produtos e serviços financeiros, na tentativa de aumentar a rentabilidade do banco. E, além do Banco do Brasil utilizar esses meios para tentar aumentar sua rentabilidade, ainda recebe do Tesouro Nacional (TN) a diferença do custo da fonte desses recursos (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e as taxas cobradas dos produtores rurais (8,75 a.a.), cobrando, também um *spread* do TN. Provavelmente, são receitas que colaboram consideravelmente para a sustentabilidade e lucratividade do Banco do Brasil. Verifica-se, então, como é alto o custo do crédito rural concedido pelo Banco do Brasil, para o Tesouro Nacional.

A organização cooperativa conhece seu produtor associado e seu objetivo é prestar serviços a todos os seus associados, sem exceção. Porém, é importante deixar claro que nem sempre as organizações cooperativas de crédito conseguem atender às demandas de todos os produtores associados. Seus critérios são diferentes dos bancos comerciais: o cooperado

precisa participar, precisa se fidelizar com sua cooperativa. Quanto maior for a participação do associado com sua cooperativa, menores serão as incertezas sobre possíveis futuras transações, e, portanto, mais vantagens o produtor associado poderá usufruir, uma vez que propiciará maior confiança com os dirigentes da organização. Em suma, o cooperado participa da sua cooperativa e esta, em troca, fornece o crédito rural, além de outros serviços e produtos.

As cooperativas de crédito rural estão utilizando os bancos cooperativos, cada vez mais, como parceiros, também nas operações de repasses. Segundo Bittencourt (2003), o TN também equaliza as operações destinadas ao crédito rural, por meio dos bancos cooperativos. Porém, independente dos custos de captação, o TN paga, a título de equalização de juros, o equivalente a 80% da taxa Selic, acrescido de um *spread* de 1,85% a.a., ambos com base no saldo médio devedor dos empréstimos realizados.

Assim, a partir da tabela onze e dos argumentos supracitados, pode-se observar que algumas variáveis relacionadas aos custos de operações de crédito tendem a influenciar de maneira diferente na sustentabilidade financeira dessas instituições.

Quando se trata da definição do *spread* bancário, que é composto pelos juros de captação e de ganho das instituições, pelos custos operacionais, como também pelos riscos dos clientes e do setor, têm-se as seguintes observações, de acordo com a tabela 11:

Tabela 11 – Comparação da dimensão do *spread* entre bancos comerciais e cooperativas de crédito rural

Dimensão <i>Spread</i> - Bancos Comerciais e Cooperativas de Crédito Rural			
Variáveis		Comparação	
		Bancos Comerciais	Cooperativas de Crédito Rural
Juros	Captação	=	=
	Ganho	+	-
Custos Operacionais	movimentação de recursos (escala)	-	+
	Administrativos	+	-
Riscos	Cliente	+	-
	Setor	-	+

(=) a dimensão dessa variável que compões o *spread* é a mesma tanto para as cooperativas como para os bancos comerciais

(+) a dimensão dessa variável que compões o *spread* é maior para a cooperativa de crédito rural ou para os bancos comerciais

(-) a dimensão dessa variável que compões o *spread* é menor para a cooperativa de crédito rural ou para os bancos comerciais

Fonte: elaborada pela autora

Quanto aos juros de captação, eles devem ser os mesmos, tanto para a cooperativa como para o banco comercial. Porém, os bancos comerciais devem considerar em seus juros uma margem maior de ganho do que as cooperativas de crédito rural, porque o objetivo dos bancos é a obtenção de lucros, enquanto que o objetivo das cooperativas é repassar aos cooperados os empréstimos, ao menor custo possível. As cooperativas de crédito rural, além de não visarem lucros, não são obrigadas a depositar o compulsório e não arcam com uma série de tributos com que os bancos comerciais precisam arcar, o que gera maiores possibilidades de essas organizações obterem menores margens.

Já em relação aos custos operacionais de movimentação de recursos, os custos dos bancos comerciais devem ser menores do que os dispêndios operacionais das cooperativas de crédito, uma vez que os bancos operam com escalas bem superiores às das cooperativas. Com

relação aos custos operacionais administrativos, como as cooperativas de crédito rural possuem equipes e infra-estrutura operacional enxutas comparadas aos bancos comerciais, esses custos são inferiores para as mesmas.

Quanto aos riscos, os, quais embutem os custos de transação, podem ser subdivididos em riscos dos clientes e riscos do setor. Quanto aos riscos dos clientes, pode-se considerar que são menores para as cooperativas de crédito, pelo simples motivo que seus associados são os próprios donos e usuários das mesmas e, portanto, conforme visto na argumentação dos custos de transação, estes acabam sendo menores para as cooperativas de crédito, devido ao capital social existente. Nos bancos comerciais, torna-se muito mais difícil conhecer quem são os seus clientes e a assimetria de informações é maior; portanto, o prêmio do risco dos bancos comerciais deve ser estipulado com uma margem maior. Quanto aos riscos do setor, se forem considerados apenas os riscos de crédito que envolvem a atividade agropecuária, podem ser considerados os mesmos custos para os dois tipos de instituição. Porém, os bancos comerciais, por atuarem em grande escala também com outros setores, diluem seus riscos, reduzindo seus custos, quando observados sob este ponto de vista.

7. Estudo de caso da Credicitrus

A Cooperativa de Crédito Rural Coopercitrus, a CREDICITRUS, foi constituída em setembro de 1983, com sede social no município de Bebedouro, no estado de São Paulo, e pratica todas as operações ativas e passivas, com obediência aos preceitos regulamentares baixados pelas autoridades monetárias (CREDICITRUS, 2006).

Foi constituída por 24 associados da Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo (Coopercitrus) e cresceu visando promover assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a produção agropecuária e a produtividade rural, bem como sua comercialização e industrialização. Atualmente, a cooperativa possui trinta Postos de Atendimento Cooperativo (PACs), 214 funcionários, 64 estagiários e 20.842 associados (ativos e não ativos).

A CREDICITRUS dispõe de todos os serviços e produtos oferecidos por um banco comercial, com vantagens competitivas. Assim, a cooperativa oferece:

- depósitos à vista, com isenção total de tarifas sobre talões de cheques, extratos e manutenção de conta corrente;
- depósitos a prazo, com taxas competitivas às aplicações de outras instituições financeiras, com prazos de até 180 dias, com a possibilidade de resgate em qualquer período, sem perda de remuneração;
- cobrança de títulos, com possibilidade de isenção de tarifas;
- recebimentos e pagamentos de convênios, como água, luz e telefone, por meio de débitos em conta corrente, sem cobrança de tarifas;

- cheque especial, com taxa de juros inferior à do mercado, com isenção de tarifas sobre contrato de abertura de crédito, talões de cheques, extratos etc.;

- desconto de cheques, duplicatas e notas promissórias, sem burocracia e com taxas menores às taxas cobradas no mercado;

- empréstimos para capital de giro, com prazo desde um dia até seis meses;

- empréstimos para aquisição de bens duráveis, sem burocracia;

- empréstimos para custeio, investimento e comercialização, por meio de repasses de recursos controlados/ obrigatórios de bancos comerciais e por meio de recursos livres próprios, com taxas abaixo das praticadas no mercado;

- repasses de recursos do BNDES;

- seguros;

- cartões de débito e de crédito, sem taxa de adesão e anuidade, com prazo até quarenta dias para pagar, sem juros;

Após alguns anos de sua constituição, a cooperativa oficializou convênio com o BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil.

7.1. Análise econômico-financeira da Credicitrus

Nos últimos anos, a Credicitrus vem passando por um processo de expansão, com o intuito de levar todos os seus serviços e produtos aos municípios onde há presença da Coopercitrus, bem como a outros municípios que sinalizam a necessidade de apoio financeiro na atividade agropecuária. Tal fato pode ser verificado na tabela 12 pela abertura de novos Postos de Atendimentos Cooperativos, pelo crescente número de associados e de funcionários, bem como pelo aumento de valores de operações de crédito e depósitos à vista e a prazo de seus associados, nos últimos anos (RELATÓRIOS ANUAIS DA CREDICITRUS, 2003,2004 e 2005).

De 2003 para 2004, houve um aumento de 17,39 % no número de Postos de Atendimentos Cooperativos, que continuou em torno de 11,11%, de 2004 para 2005. Os números de associados e colaboradores apresentaram aumentos significativos nesse período. Enquanto um aumento considerável de associados foi presenciado no período de 2004 para 2005, com a evolução de 47,22% no quadro social, o aumento significativo de colaboradores foi observado de 2003 para 2004, com a evolução de 81,13 %.

Observa-se, ainda, uma evolução nas operações de crédito e nas captações de depósitos, de 27,86 % e 21,80 %, respectivamente, de 2003 para 2004, e de 17,65 % e 22,64 %, respectivamente, de 2004 para 2005.

Tabela 12 - Números do processo de expansão da Credicitrus, em 2003, 2004 e 2005.

	2003	2004	2005	(%) 2003/2004	(%) 2004/2005
PACs	23	27	30	17,39	11,11
Número de Associados	8.915	10.900	16.047	22,27	47,22
Número de colaboradores	106	192	244	81,13	27,08
Operações de Crédito (em reais)*	286.257.735,30	365.995.193,24	430.610.036,00	27,86	17,65
Captações de depósitos (em reais)*	177.637.647,33	215.991.816,92	264.870.860,00	21,59	22,63

Fonte: Relatórios Anuais Credicitrus, 2003, 2004 e 2005.

* Obs: os valores de 2003 e de 2004 foram deflacionados para 2004 e 2005, respectivamente, pelo IPCA.

De acordo com a análise vertical das DSPs da Credicitrus (tabela 13) , verifica-se que a participação dos dispêndios operacionais em relação aos ingressos operacionais está aumentando ao longo do tempo em decorrência possivelmente do processo de crescimento da cooperativa em estudo. Enquanto, em 2003, os dispêndios operacionais equivaliam a 60% dos ingressos operacionais, em 2005, equivaliam a 75 %.

Conforme já mencionado, como a Credicitrus vem expandindo seus negócios, os números de PACs e colaboradores aumentaram consideravelmente no período analisado, o que, provavelmente, ocasionou a elevação dos dispêndios administrativos e de pessoal. Como o número de associados também evoluiu consideravelmente, conseqüentemente as operações de crédito e as captações aumentaram, aumentando os dispêndios de intermediação financeira da Credicitrus.

Tabela 13 - Dispêndios operacionais em relação aos ingressos operacionais da Credicitrus, em percentuais, em 2003, 2004 e 2005

(Dispêndios / Ingressos)	2003	2004	2005
Dispêndios Operacionais/ Ingressos Operacionais	60,23	65,76	75,14
Dispêndios de Intermediação/ Ingressos Operacionais	43,39	37,58	51,15
Dispêndios administrativos/ Ingressos Operacionais	13,90	16,54	16,83
Outros dispêndios Operacionais/ Ingressos Operacionais	2,94	11,64	7,17

Fonte: Credicitrus (2003, 2004, 2005)

Para fazer a análise horizontal das DREs da cooperativa em estudo, foram selecionados dois anos para comparação, 2004 e 2005, e tomado o ano de 2003 como referência (base 100).

Tabela 14 - Análise horizontal das DREs da Credicitrus, de dezembro de 2003, 2004 e 2005, em variação percentual, com base em 2003

	2004	2005
Ingressos da Intermediação Financeira	117	157
Ingressos com operações de crédito	132	163
Ingressos com aplicações financeiras	73	138
Dispêndios de Intemediação Financeira	104	182
Operações de captação no mercado	81	120
Operações de empréstimos, cessões e repasses	138	272
Provisão para devedores duvidosos	173	381
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	129	136
Outros ingressos operacionais	157	114
Ingressos de prestação de serviços	105	110
Outros dispêndios operacionais	473	375
Dispêndios admistrativos e de pessoal	143	186
Resultado Líquido	103	99

Fonte: elaborada pela autora

*Obs: os valores de 2003 e 2004 utilizados foram corrigidos para dezembro de 2005 pelo IPCA.

Conforme pode ser verificado na tabela 14, os ingressos de intermediação financeira apresentaram um aumento de 17 % e 57 %, de 2003 para 2004 e de 2003 para 2005, respectivamente. Observa-se, também, que os ingressos com operações de crédito foram

os mais representativos no aumento de intermediação financeira, no período analisado, se comparados com a variação dos ingressos de aplicações financeiras no mercado, que, inclusive, apresentaram uma queda de 27%, de 2003 para 2004.

Porém, se realizada a análise horizontal baseada no exercício imediatamente anterior (Tabela 15), obter-se-á melhor visão analítica. Os ingressos de intermediação financeira crescem 17 %, aproximadamente, de 2003 para 2004 e de 2004 para 2005, cerca de 34 %. Enquanto os ingressos de operações de crédito crescem, respectivamente, 32 %, de 2003 para 2004 e 27 %, de 2004 para 2005, os ingressos com aplicações financeiras apresentam uma queda de 23 %, de 2003 para 2004, mas depois um aumento de 88 %, de 2004 para 2005.

Tabela 15 - Análise horizontal das DREs da Credicitrus, de dezembro de 2003, 2004 e 2005, em variação percentual, com base no exercício imediatamente anterior

	2004	2005
Ingressos da Intermediação Financeira	117	134
Ingressos com operações de crédito	132	123
Ingressos com aplicações financeiras	73	188
Dispêndios de Intemediação Financeira	104	175
Operações de captação no mercado	81	148
Operações de empréstimos, cessões e repasses	138	197
Provisão para devedores duvidosos	173	220
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	129	105
Outros ingressos operacionais	157	73
Ingressos de prestação de serviços	105	104
Outros dispêndios operacionais	473	79
Dispêndios admistrativos e de pessoal	143	131
Resultado Líquido	103	96

Fonte: elaborada pela autora

* Os valores utilizados destes anos foram corrigidos para dezembro de 2005 pelo IPCA

Com relação aos dispêndios de intermediação financeira, apresentaram um aumento de 4 %, de 2003 para 2004, porém, de 2003 para 2005, esses dispêndios subiram 82% (tabela 14), índice maior que o observado no aumento dos ingressos de intermediação

financeira, no mesmo período analisado. Verifica-se que os dispêndios com a provisão para provedores duvidosos aumentaram mais de duas vezes no período analisado, representando um aumento de 281 %.

Com base na análise do exercício imediatamente anterior (tabela 15), verifica-se que os dispêndios com operações de empréstimos e repasses e com provisão para devedores duvidosos apresentaram aumentos a taxas crescentes: enquanto os primeiros cresceram 38 % e 97 %, respectivamente, de 2003 para 2004 e de 2004 para 2005, os segundos cresceram 73% e 120%. Com relação aos dispêndios de provisão para devedores duvidosos, o impacto maior foi de 2004 para 2005, de 120 %, provavelmente verificado com o aumento da provisão para devedores duvidosos, que ocorreu devido a um acerto na classificação de créditos quanto ao nível de riscos, estabelecida pelo BACEN, e que será, posteriormente, mais discutida.

Mesmo assim, é importante mencionar que o aumento com provisão para devedores duvidosos limita a capacidade da oferta de crédito de uma instituição financeira, e, portanto, esta variável deve ser bem monitorada, de acordo com as estratégias da cooperativa, de acordo com o aumento do número de associados e com o aumento nos valores de operações de crédito.

Pela análise com base no ano de 2003 (tabela 14), verifica-se que o resultado de intermediação financeira bruta apresentou aumentos de 29%, de 2003 para 2004, e de 36%, de 2003 para 2005. Já pela análise com base no ano imediatamente anterior (tabela 15), verifica-se que, de 2004 para 2005, houve aumento de apenas 5 % no resultado bruto de intermediação financeira, provavelmente pelo aumento dos dispêndios de intermediação financeira. Tal fato pode ser justificado pelo aumento da provisão para

devedores duvidosos, consequência, possivelmente, tanto da reclassificação de créditos por nível de risco como pelo aumento do quadro social e das operações de crédito.

Pela análise com base no exercício imediatamente anterior (tabela 15), verifica-se que os dispêndios administrativos e de pessoal apresentaram um aumento de 43 %, de 2003 para 2004. Conforme foi observado, nesse período a cooperativa também apresentou um aumento considerável no número de colaboradores, o que pode justificar, de certa forma, o aumento com dispêndios administrativos. Com relação aos outros dispêndios operacionais, verifica-se um aumento de magnitude significativa, de 2003 para 2004.

Finalmente, embora o resultado líquido da cooperativa tenha sido positivo nos três anos analisados, verifica-se que sofreu queda de 2004 para 2005, provavelmente pelo aumento mais que proporcional dos dispêndios operacionais em relação aos ingressos operacionais. Tal fato pode ser explicado por motivos possivelmente conjunturais, pelo processo de expansão da Credicitrus, que deve apontar melhoras nesses indicadores, futuramente, quando, então, os impactos desse processo de expansão devem tornar-se mais claros e evidentes.

É importante considerar que, quando uma empresa já atingiu a maturidade de crescimento, enquanto os dispêndios de intermediação financeira normalmente acompanham os ingressos de intermediação financeira, os dispêndios administrativos não precisam variar conforme os ingressos operacionais. No caso da Credicitrus, pelo fato de a cooperativa ainda estar expandindo a abrangência de seus serviços e produtos, os dispêndios de intermediação financeira sofreram um aumento mais que proporcional em relação aos ingressos. Portanto, é de grande relevância o monitoramento constante da expansão desses dispêndios, para que não haja, futuramente, problemas de gerenciamento dos mesmos por parte dos gestores da Credicitrus.

A partir da tabela 16, será realizada uma outra análise vertical da cooperativa, considerando indicadores tanto da estrutura patrimonial como da Demonstração de Sobras e Perdas, dando continuidade à análise da situação econômico-financeira da cooperativa, importante para a avaliação da auto-sustentabilidade da mesma:

Tabela 16 - Índices econômico-financeiros da Credicitrus , no período de 2003 a 2005

SIGLA	VARIÁVEL	2003	2004	2005
EP1	Investimento em Operações de Crédito	71,09	66,62	57,28
EP2	Investimento em Outras aplicações	25,20	29,89	39,92
EP3	Captação de Depósitos	44,11	39,32	35,23
EP4 a	Concentração de Atividades no Curto Prazo (Ativo)	89,33	80,84	91,09
EP4 b	Concentração de Atividades no Curto Prazo (Passivo)	72,78	60,28	66,90
EP5	Índice de Capital Próprio	55,87	59,65	58,30
EPD1	Taxa de Retorno do Ativo	5,46	4,61	3,95
EPD2	Taxa de Dispendios do Ativo	3,29	3,03	2,97
MOEPD1 =EPD1-EPD2	Margem Operacional Bruta	2,17	1,58	0,98
EPD3	Taxa de Retorno da Intermediação Financeira	5,06	4,18	3,74
EPD4	Taxa de Dispendio da Intermediação Financeira	2,37	1,73	2,02
MFPD1 = EPD3 - EPD4	Margem Financeira Bruta	2,70	2,45	1,72
EPD5	Taxa de Inadimplência	1,47	0,96	2,15
EPD6	Participação dos Dispendios de Provisão Para Devedores Duvidosos	11,98	20,02	25,13
EDP7	Taxa de Dispendios Administrativas	0,76	0,76	0,66
EPD8	Auto- Sustentabilidade Financeira	166,03	152,07	133,08

Fonte: elaborada pela autora

Conforme pode ser visto na tabela 16, há um alto investimento em operações de crédito (EP1), comparativamente a outras aplicações (EP2), o que caracteriza a Credicitrus como uma instituição que está arcando com seus objetivos sociais de prestar serviços financeiros, principalmente empréstimos e financiamentos, aos seus associados.

Porém, percebe-se que a participação desses investimentos (EP1 - os quais proporcionaram os maiores ingressos no período analisado) no total de aplicações diminuiu em 2004 e, principalmente, em 2005, enquanto a participação dos investimentos em outras aplicações, nesses mesmos anos, aumentou. Tal fato pode ter ocorrido provavelmente pelo aumento com dispêndios para provisão para devedores duvidosos (EPD6). Enquanto, em 2003, os dispêndios com provisão para devedores duvidosos equivaliam a 11,98 % do total de dispêndios de intermediação financeira, em 2005, essa participação subiu para 25,13 %, ou seja, mais que dobrou. É importante notar, ainda, que, embora a taxa de inadimplência tenha caído em 2004, a participação dos dispêndios com provisão para devedores duvidosos aumentou.

Dessa forma, com o intuito de minimizar seus dispêndios com as operações de créditos e conseguir alavancar ingressos para arcar com seus dispêndios, além de zelar pelo dinheiro do associado aplicado, da melhor forma possível, a Credicitrus deve ter alterado o perfil da participação de aplicações durante o período analisado.

A captação de depósitos junto aos associados (EP3) diminuiu sua participação no passivo total no decorrer do período analisado. Em 2003, a captação equivalia a 44,11 % do passivo total, caindo para 39,32 %, em 2004, e para 35, 23%, em 2005. Entretanto, conforme verificado na tabela 12, tem ocorrido variações positivas na captação de recursos junto aos associados, o que é um indicador bastante importante para a sustentabilidade da Credicitrus.

Com relação à taxa de inadimplência (EPD5), era de 1,47% em 2003, caiu para 0,96 %, em 2004, e subiu para 2,15 %, em 2005. O aumento da taxa de inadimplência, em 2005, provavelmente ocorreu pelo significativo acréscimo com a provisão para devedores

duvidosos, nesse ano, que foi bem maior do que a evolução observada nas operações de crédito, conforme pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 17 - Evolução da provisão para devedores duvidosos e das operações de crédito da Credicitrus, em 2003, 2004 e 2005

Provisão para Operações de Crédito (em reais) *	3.692.808,00	3.307.606,00	9.245.993,00
Operações de Crédito (em reais) *	251.719.160,00	346.293.756,00	430.610.036,00

Fonte: Relatório Anual Credicitrus, 2003, 2004 e 2005.

* valores nominais

Tal fato pode ser explicado porque, em 2005, a Credicitrus efetivou um acerto nos créditos classificados, transferindo créditos indevidamente classificados como AA para A, de acordo com um relatório denominado *Rating Coop* (Credicitrus, 2005), conforme pode ser visto na tabela 18.

Tabela 18 - Participação das operações de crédito vincendas da Credicitrus, por Nível de Risco, e 2003, 2004 e 2005

Nível de Risco/Ano	2003	%	2004	%	2005	%
AA	226.212.093,00	95,26	162.776.026,00	48,57	40.591.948,00	9,82
A	4.469.558,00	1,88	168.113.068,00	50,16	369.445.303,00	89,37
B	891.877,00	0,38	777.641,00	0,23	1.290.375,00	0,31
C	41.507,00	0,02	217.639,00	0,06	429.964,00	0,10
D	1.573.006,00	0,66	904.721,00	0,27	323.833,00	0,08
E	2.947.378,00	1,24	1.671.930,00	0,50	101.240,00	0,02
F	1.289.549,00	0,54	154.220,00	0,05	261.450,00	0,06
G	14.950,00	0,01	377.670,00	0,11	479.955,00	0,12
H	31.028,00	0,01	170.098,00	0,05	447.990,00	0,11
Total	237.470.946,00	100,00	335.163.013,00	100,00	413.372.058,00	100,00

Fonte: Relatório Anual Credicitrus, 2003, 2004 e 2005.

Verifica-se que a maior parte das operações de crédito vincendas no final do exercício dos três anos analisados da cooperativa estava situada nos melhores níveis de risco definidos pelo BACEN¹⁶: AA, em que não há necessidade da cooperativa realizar provisão, e A, em que há necessidade da cooperativa realizar uma provisão de 0,5 % do total de operações de crédito vincendas nesse nível de risco. Pela correção da classificação, observa-se que grande parte dos créditos que estavam classificados nos níveis AA foi transferida para o nível A. Apesar dessa correção, o nível de risco dos créditos da Credicitrus ainda é muito bem classificado, podendo ser considerado de baixo risco, ou seja, a Credicitrus possui ótima qualidade de carteira de crédito.

Portanto, os indicadores EPD5 e EPD6 provavelmente não sinalizam uma redução na qualidade da carteira de crédito da Credicitrus, mas apenas a reclassificação realizada pela Credicitrus, que zela por sua segurança financeira, conforme regras que são estipuladas pelo BACEN. O aumento da provisão para devedores duvidosos, portanto, acompanha essa reclassificação.

Mesmo assim, é importante enfatizar que a Credicitrus deve sempre monitorar os contratos de crédito efetuados com seus associados, já que o ideal para uma instituição financeira é que a taxa de inadimplência decresça ao longo do tempo.

Com relação aos ativos da Credicitrus, verifica-se que há uma forte concentração de aplicações no curto prazo. No exercício de 2003, 89,33% dos ativos da Credicitrus estavam aplicados no circulante, ou seja, em uma realização financeira de curto prazo, de no máximo um ano. Em 2004, essa concentração caiu para 80,84%, ultrapassando os 90% no ano de 2005. Já com relação ao passivo circulante dessa organização, havia

---

¹⁶ De acordo com a Resolução nº 2.682, de 1999, o BACEN dita novas regras, segundo as quais as instituições financeiras passaram a provisionar créditos de acordo com a probabilidade de perda encontrada em cada operação, dividida em 9 níveis de risco, de AA a H.

concentrações de 72,78%, 60,28% e 66,90% nos anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente, ou seja, verifica-se que a organização, nesses três anos, tinha condições de arcar com suas dívidas, apresentando um capital circulante líquido crescente nos três anos analisados, de 16,54 %, 20,56% e 24,20%, respectivamente.

O ingresso operacional pela média do ativo (EPD1), considerando-se os ingressos obtidos com operações de crédito, aplicações financeiras, prestação de serviços e outros ingressos operacionais, apresentou tendência decrescente no período analisado. Este é um indicador que representa o rendimento recebido para cada unidade monetária emprestada, considerando todos os ingressos operacionais, isto é, nos anos de 2003, 2004 e 2005, para cada R\$ 1,00 emprestado, os ingressos gerados foram de R\$ 0,0546, R\$ 0,0461 e R\$ 0,0395. Dessa forma, percebe-se que o ingresso operacional gerado é pequeno, uma vez que não é objetivo desse tipo de organização gerar ingressos positivos para lucros, mas sim para proporcionar uma margem de segurança financeira para a organização.

A taxa de retorno de intermediação financeira (EPD3) também apresentou evolução negativa. Observa-se que este indicador considera os ingressos gerados apenas com os ingressos de operações de crédito e de aplicações financeiras, não sendo considerados os ingressos com outras atividades. Assim, nos anos analisados, para cada R\$ 1,00 emprestado, os ingressos gerados com intermediação financeira foram de, respectivamente, R\$ 0,0506, R\$ 0,0418 e R\$ 0,0374. Estes dados revelam que mais de 90% dos ingressos totais gerados são advindos de operações de crédito e de aplicações financeiras, ficando os demais ingressos, incluindo os de prestação de serviços (tarifas), que são relevantes no total das receitas dos bancos comerciais, com o percentual restante.

O dispêndio de aquisição de recursos dos ativos da Credicitrus também apresentou tendência decrescente, ou seja, o indicador EPD2 é favorável à instituição, uma vez que o

dispêndio para cada R\$ 1,00 emprestado diminuiu no decorrer do tempo: passou de R\$ 0,0217, em 2003, para R\$ 0,0098, em 2005. Este indicador sugere que a Credicitrus esteja aumentando sua eficiência no decorrer dos anos, já que sua participação com relação à média dos ativos diminuiu.

Já a taxa de dispêndio da intermediação financeira (EPD4) caiu de 2003 para 2004, mas aumentou de 2004 para 2005, provavelmente pelo aumento da provisão para devedores duvidosos, pois, para cada R\$ 1,00 emprestado, o dispêndio com intermediação financeira foi de R\$ 0,0237, em 2003, R\$ 0,0173, em 2004, e R\$ 0,0202, em 2005. É importante observar que, enquanto em 2003 e 2005, o dispêndio de intermediação financeira representou, aproximadamente, 70% do total de dispêndios operacionais, em 2004, representou aproximadamente 57%.

A margem operacional bruta (MOEPD1) representa a diferença entre os dispêndios operacionais e os ingressos operacionais. Enquanto esta diferença foi de 2,17%, em 2003, caiu para 1,58%, em 2004, e para 0,98%, em 2005. Apesar da queda, a Credicitrus apresentou margens operacionais positivas nos três anos analisados, o que significa que os ingressos operacionais da cooperativa (taxas de juros cobradas pelos empréstimos, aplicações financeiras no mercado e prestação de serviços) foram suficientes para cobrir os dispêndios operacionais.

Já a margem financeira bruta (MFPD1), que representa o *spread* financeiro da Credicitrus, ou seja, a diferença entre os dispêndios e os ingressos da intermediação financeira, caiu de 2,70 %, em 2003, para 2,45%, em 2004, e para 1,72%, em 2005.

A habilidade no gerenciamento de variáveis relevantes, como os ingressos e os dispêndios operacionais, por meio de indicadores econômico-financeiros construídos a partir de contas de Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de Sobras e Perdas, é de

fundamental importância para o processo de acompanhamento e avaliação da sustentabilidade financeira e operacional de uma instituição financeira.

Conforme foi feito nesta pesquisa, por meio de análises horizontais e verticais realizadas com esses indicadores, é possível avaliar o diagnóstico econômico-financeiro da organização, ao longo do tempo, mediante fatores conjunturais, detectar tendências futuras e, então, tomar as devidas providências, quando necessárias, com o intuito da organização conseguir gerir seus negócios com os próprios ingressos e, dessa forma, atingir sua auto-eficiência.

O índice de auto-sustentabilidade (EPD8) resume a resposta desta pesquisa para a Credicitrus, ou seja, por meio da verificação de todos os ingressos e dispêndios, este indicador permite verificar se a Credicitrus consegue arcar com todos os seus dispêndios, por meio de seus ingressos, podendo ser considerada uma organização auto-sustentável, se o indicador estiver acima de 1.

Assim, tem-se o seguinte índice de Auto – Sustenatabilidade (Is):

$$Is = (\text{Ingressos de Intermediação Financeira} + \text{Ingressos de Prestação de Serviços} + \text{Outros Ingressos Operacionais}) / (\text{Dispêndios de Intermediação Financeira} + \text{Dispêndios Administrativos e de pessoal} + \text{Outros Dispêndios Operacionais}).$$

Para os anos analisados, conforme verificado na tabela, obtiveram-se os seguintes resultados do índice de auto-sustentabilidade para a Credicitrus.

$$Is_{2003} = (R\$ 75.916.179,00 + R\$ 349.217,00 + R\$ 5.535.317,00) / (R\$ 35.493.728,00 + R\$ 11.366.665,00 + R\$ 2.407.376,00) = 1,66.$$

$$Is\ 2004 = (R\$ 95.657.071,00 + R\$ 395.956,00 + R\$ 9.341.295,00) / (R\$ 39.604.695,00 + R\$ 17.436.878,00 + R\$ 12.263.730,00) = 1,52$$

$$Is\ 2005 = (R\$ 135.638.719,00 + R\$ 436.398,00 + R\$ 7.158.470,00) / (R\$ 73.261.338,00 + R\$ 24.102.283,00 + R\$ 10.267.791,00) = 1,33.$$

Conforme pode ser verificado na tabela dezenove, a variação dos dispêndios, em geral, é de maior magnitude que a evolução dos ingressos, o que gera diminuição tanto da margem operacional como da margem financeira da cooperativa e, conseqüentemente, justifica a variação de queda do índice de auto-sustentabilidade no período.

Porém, conforme foi analisado nesta pesquisa, por meio de outros indicadores, tal fato ocorre possivelmente por questões conjunturais, uma vez que a cooperativa vem expandindo sua área de atuação e aumentando sua oferta de serviços e produtos. Assim, há maior necessidade de novas contratações e outros gastos neste período, que provavelmente refletirão positivamente no desempenho econômico-financeiro da Credicitrus nos próximos anos.

Tabela 19 - Variação dos ingressos e dos dispêndios da Credicitrus, no período de 2003 a 2005

Ingressos de Intermediação Financeira		Ingressos de Prestação de Serviços		Outros Ingressos	
(2003 -2004)	(2004-2005)	(2003 -2004)	(2004-2005)	(2003 -2004)	(2004-2005)
↑ 17%	↑ 34%	↑ 5%	↑ 4%	↑ 57%	↓ 27%
Dispêndios de Intermediação Financeira		Dispêndios Administrativos		Outros Dispêndios	
(2003 -2004)	(2004-2005)	(2003 -2004)	(2004-2005)	(2003 -2004)	(2004-2005)
↑ 4%	↑ 75%	↑ 373%	↓ 21%	↑ 43%	↑ 31%

Fonte: elaborada pela autora

A queda no índice de auto-sustentabilidade dessa organização não representa uma piora em seu desempenho econômico-financeiro nos três anos analisados, mas, sim, um período de investimento e de crescimento. E como esse índice é positivo nos três anos analisados, pode-se dizer que a taxa de juros cobrada pela Credicitrus, mesmo sendo abaixo da média cobrada pelo mercado financeiro, possui um pequeno *spread*, que é suficiente para cobrir os empréstimos não cumpridos pelos associados, os dispêndios com a captação de recursos e os dispêndios administrativos.

Além disso, verificou-se que a variação das captações de recursos da Credicitrus junto a seus associados, no período analisado, é positiva, o que estimula sua fidelização com a cooperativa, bem como a entrada de novos associados, contribuindo ainda mais para o crescimento da organização.

Por fim, a Credicitrus apresentou sobras em todos os anos estudados, porém, conforme foi mencionado nessa pesquisa, o indicador de rentabilidade não foi utilizado, uma vez que, como algumas cooperativas utilizam parte de suas sobras para realizar provisionamento com o intuito de evitar riscos futuros, é um indicador, que, fica difícil de ser analisado e comparado.

Portanto, apesar de o índice de auto-sustentabilidade (EPD8) ter apresentando uma variação de queda no período analisado, ele se encontra acima de um em todos os anos analisados, o que significa que a Credicitrus está operando sob condições de auto-suficiência, e, pode ser considerada uma instituição auto-sustentável.

8. Conclusões

Analisaram-se estudos sobre a sustentabilidade de instituições financeiras, para então adaptar um modelo às cooperativas de crédito rural, e, verificar se essas organizações conseguem arcar com seus dispêndios, a partir da geração de seus próprios ingressos. Como entidades sem fins lucrativos, em situações em que as taxas de juros são cobradas abaixo da média do mercado e com a presença de poucas tarifas, há uma indagação se as cooperativas de crédito rural são capazes de atingir sua auto-suficiência financeira.

Devido às peculiaridades desse tipo de organização, foi possível verificar a existência de alguns fatores minimizadores de custos operacionais, os quais colaboram para a auto-sustentabilidade financeira dessas instituições, como a não incidência de alguns tributos; a não obrigatoriedade do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista, a possibilidade de elas operacionalizarem utilizando a infra-estrutura das cooperativas de produção; a criação dos bancos cooperativos, os quais proporcionaram grandes economias para as cooperativas integradas aos Sistemas Cooperativos, na prestação de serviços de compensação de documentos, já que passaram a cobrar apenas a prestação de serviços, sem inclusão de margens com o intuito de extrair lucros.

Pode-se concluir que as cooperativas de crédito rural apresentam alguns custos de transação menores, pelo fato de serem constituídas pelos próprios produtores rurais de determinada região, que além de donos são os próprios usuários, uma vez que os riscos que essas organizações enfrentam com seus associados são menores em função da forte presença de capital social, característica intrínseca dessas instituições. Nesse sentido, acabam sendo instrumentos mais eficientes ao transacionar crédito com seus produtores associados, e assim, esses custos de transação são menores.

Para conseguir ser uma empresa auto-sustentável, ou seja, capaz de cobrir todos os seus custos e manter as suas atividades no longo prazo, a instituição deve ter como meta principal o gerenciamento de suas receitas e despesas. A análise dos indicadores econômico-financeiros possibilita que uma empresa gerencie a maximização de seus resultados, ou, então, a minimização de seus custos, conquistando, dessa forma, sua auto-suficiência.

Foi adaptado o método de análises verticais e horizontais das contas do Balanço Patrimonial e das Demonstrações de Resultados para as cooperativas de crédito rural, que é utilizado para verificar a situação econômico-financeira de instituições financeiras. Uma vez que todas as operações analisadas são caracterizadas pelo ato cooperativo, foi necessária a alteração da nomenclatura, nas cooperativas de crédito rural, de vários indicadores utilizados, e alguns se destacam na análise de sustentabilidade financeira dessas organizações.

Assim, por meio de alguns indicadores econômico-financeiros estudados e a partir das análises horizontais e verticais de contas dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações das Sobras e Perdas, foi possível, verificar a presença de indicadores relevantes que possibilitam analisar a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural. Essas análises são importantes, uma vez que permitem a comparação de valores obtidos em determinado período com outros de períodos anteriores, apresentando um diagnóstico financeiro detalhado da situação da instituição, ao longo do tempo, com a capacidade de permitir futuros ajustes, se necessários.

Assim, se em determinado momento, verifica-se que os dispêndios com a inadimplência estão aumentando mais que proporcionalmente ao aumento de ingressos de operações de crédito ao longo do tempo, é necessário compensar o aumento de dispêndios com a geração de ingressos em outros tipos de aplicações, até que seja possível reverter este quadro.

Embora o maior objetivo da cooperativa de crédito rural seja prestar serviços financeiros, ao menor custo possível, a seus associados, em um cenário onde os dispêndios com as operações de crédito estão aumentando consideravelmente, seus gestores precisam ter a sensibilidade de garantir maior segurança ao dinheiro aplicado dos associados, bem como zelar pela saúde financeira da organização, portanto, devem tomar determinadas estratégias de gestão que permitam a sustentabilidade financeira dessas instituições.

O indicador de *break - even - sufficiency* é o principal verificado e adaptado para as cooperativas de crédito rural, já que responde ao objetivo principal dessa pesquisa. Ou seja, trata-se de um indicador que consegue explicitar se a cooperativa, mesmo sendo uma organização que não visa lucros e, por isso, pode cobrar taxas de juros mais baixas que às cobradas pelo mercado, é auto-suficiente, capaz de cobrir todos os seus dispêndios, com os ingressos operacionais, advindos tanto da intermediação financeira como da prestação de serviços.

Como as cooperativas de crédito rural cobram baixas tarifas (e quando cobram), é a geração de ingressos de intermediação financeira que vai permitir a maior parte da cobertura de seus dispêndios, principalmente àqueles advindos de operações de crédito, uma vez que o objetivo principal dessas instituições é prestar serviços financeiros a seus associados, ao menor custo possível.

Como não existem indicadores no mercado sobre a sustentabilidade financeira de cooperativas de crédito rural, torna-se difícil dizer qual seria o ponto de equilíbrio ideal, embora se saiba que o indicador de *break - even - sufficiency* deve se situar acima de um. Portanto, a análise de outros indicadores econômico-financeiros é de extrema relevância para complementar a análise do indicador de auto - sustentabilidade financeira desse tipo de organização.

Assim, conforme a definição de sustentabilidade financeira adaptada para as cooperativas de crédito rural, alguns indicadores se destacam:

- as taxas de juros precisam ser suficientemente altas para que a margem do *spread* dos juros cubra os empréstimos não cumpridos pelos associados, os dispêndios com captação de recursos e os dispêndios administrativos. O próprio indicador de *break - even – sufficiency* é suficiente para responder essa questão.

- as taxas de captação de recursos precisam ser positivas, em termos reais, para estimular o associado a depositar recursos para financiamentos e empréstimos, aumentar sua fidelidade com a organização cooperativa e atrair outros associados;

- a organização precisa gerar resultados positivos suficientes para apresentar bom desempenho financeiro, reservas e reinvestimento para seu crescimento e manutenção das prestações de serviços futuros aos associados.

No estudo de caso na Credicitrus, o método utilizado foi eficaz, uma vez que possibilitou um diagnóstico da situação financeira da instituição, de forma detalhada e obteve resultados satisfatórios para os indicadores analisados, que serão discutidos a seguir.

Apesar de não ser objetivo das organizações cooperativas gerarem lucros, a cooperativa de crédito rural tem necessidade de gerar sobras como elemento de sustentabilidade econômica. A Credicitrus apresentou sobras durante os três anos analisados. É de fundamental importância que cooperativas apresentem resultados positivos, para que haja contínuos investimentos na tecnologia e na infra-estrutura, que são bastante dinâmicos no segmento de intermediação financeira.

É importante ressaltar que a continuidade da organização cooperativa, no médio e no longo prazo, vai depender da rentabilidade de suas operações, que pode ser diferente da rentabilidade de outras instituições financeiras, uma vez que não visam lucros e, assim, suas sobras líquidas podem ser mais baixas, quando comparadas aos lucros líquidos das demais

instituições financeiras. Assim, a aplicação do indicador de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, bastante utilizado em outras instituições financeiras teria que ser adaptado para as cooperativas de crédito rural.

A taxa de inadimplência das cooperativas de crédito rural, um dos importantes custos do *spread* bancário, deve ser baixa pelo fato dessas organizações apresentarem forte presença de capital social e então, menores custos de transação financeira em suas operações, conforme mencionado anteriormente. Assim, esta é mais baixa do que a taxa de inadimplência de bancos comerciais, uma vez que esses não apresentam relação de confiança, junto a seus clientes, tão forte quanto às cooperativas de crédito rural. Em 2003, a taxa de inadimplência da Credicitrus ficou situada, em aproximadamente, a quatro pontos percentuais abaixo da taxa de inadimplência do Banco do Brasil, o maior provedor de crédito rural do país.

Conforme a definição da sustentabilidade financeira, a captação de recursos das cooperativas de crédito rural junto a seus associados deve variar positivamente de ano para ano, e, se tornar a principal fonte de aplicações (operações de crédito), uma vez que, dessa forma, diminui a dependência de recursos externos, cria reputação perante a sociedade e melhora suas possibilidade de diversificação de serviços e, conseqüentemente, de riscos. A variação da captação de recursos, da Credicitrus, junto a seus associados, apresentada na tabela de seu processo de crescimento, foi positiva de 2003 para 2004, e, de 2004 para 2005.

Por fim, o principal indicador de mensuração da sustentabilidade financeira da cooperativa, o *break – even self sufficiency*, já mencionado, deve estar acima de um (ponto de equilíbrio), nos períodos analisados, para que a instituição seja auto - sustentável, o que foi verificado na Credicitrus, já que se encontrou acima do ponto de equilíbrio nos três anos estudados, 2003, 2004 e 2005.

Assim, a cooperativa deve ser bem monitorada, diagnosticada e bem gerida, para manter sua sustentabilidade financeira. Dessa forma, a organização conseguirá, também,

cumprir seus objetivos sociais, de atender a produtores rurais aos menores custos possíveis, inclusive considerando os custos de transação financeira, podendo ser considerada um instrumento eficiente para a operacionalização do crédito rural e sustentável economicamente.

Portanto, a análise de outros indicadores, como a variação da captação de recursos junto aos associados, a geração de resultados positivos, a taxa de inadimplência, entre outros, é de extrema importância para retratar melhor a situação financeira de uma cooperativa. Conforme verificado nessa pesquisa, o método adaptado de análises horizontais e verticais dos indicadores econômico-financeiros se mostrou perfeitamente aplicável para as cooperativas de crédito rural, podendo ser utilizado por outras cooperativas, bem como pelas Centrais, tornando-se um método eficaz de análise de sustentabilidade financeira para o Sistema Cooperativo, capaz de gerar indicadores que permitam a própria auto-avaliação dessas organizações.

A presente pesquisa não esgota a discussão sobre a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural. Seria interessante, para novos estudos, iniciar a discussão sobre como seria a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural se, no futuro, essas organizações estiverem em um cenário macroeconômico de diminuição de taxas de juros, de crescimento de tamanho e ganhos de escalas nas instituições financeiras, com as quais as cooperativas competem.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.A.B.A.. Considerações sobre o funcionamento do cooperativismo de crédito no Brasil. In: PINHO, D.B. ; PALHARES, V.M.A. **O cooperativismo de crédito no Brasil** do século XX ao século XXI. Santo André: Editora CONFEBRÁS, 2004. p. 97-114.

ACEVEDO, R; DELGADO, J. El Papel de dos Bancos de Desarrollo Agrícola en el Acceso al Credito Rural. In: **CONFERENCIA: DESARROLLO DE LAS ECONOMÍAS RURALES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: MANEJO SOSTENIBLE DE LOS RECURSOS NATURALES, ACCESO A TIERRAS Y FINANZAS RURALES**, 2002. Fortaleza. Disponível em < <http://www.iadb.org/sds/doc/RUR-PapelDelosBancosenelAccesoalCreditoRural.pdf> >. Acesso em 20 nov. 2006.

AKERLOF, G.A., The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, MIT Press, v.84, n.3, p.488-500, 1970.

ASSAF NETO, A. Indicadores e critérios de análises de bancos. In:_____. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 277-296.

AZEVEDO, C.M.; SHIKIDA, P.F.A. **Assimetria de Informação e o Crédito Agropecuário: o Caso dos Cooperados da Coamo – Toledo (PR)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v.42, abr./jun. 2004. p.267-292.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Anuário estatístico do crédito rural. 2004. Disponível em < <http://www.bacen.gov.br/?CREDRURAL//> >. Acesso em: 08 ago.2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Informações sobre operações bancárias. Tarifas bancárias. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?TARIFA/> >. Acesso em: 30 nov. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Juros e spread bancário no Brasil**. Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPEP). Out., 1999. 28 p. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?SPREAD/> >. Acesso em: 05 dez.2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Relatório de evolução do Sistema Financeiro Nacional. 2005. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?REVSFN200512> >. Acesso em: 10 dez. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Informações sobre operações bancárias Taxas de operações de crédito. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?TXCRED/> >. Acesso em: 30 nov. 2006.

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A (BANCOOB) . Informações sobre tarifas. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < diope@bancoob.com.br >. 05 dez. 2006.

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. (BANCOOB). **Relatório anual do Bancoob**. São Paulo: BANCOOB, 2005.

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A (BANCOOB) . Informações sobre documentos compensados. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por fax, por Firetti, em 16 nov. 2006.

BANCO DO BRASIL. Indicadores de rentabilidade. Disponível em < <https://www13.bb.com.br/appbb/portal/voce/ep/inv2/fnd/rnt/GFI7.jsp?tipo=01> >. Acesso em: 23. nov. 2006.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual do Banco do Brasil 2004**. Análise do desempenho e demonstrações contábeis, notas explicativas, nota 6 – operações de crédito, 2004. Disponível em < <http://www.bb.com.br/appbb/portal/ri/ra04/Home.jsp> >. Acesso em 15 out. 2006.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual do Banco do Brasil 2005**. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/appbb/portal/ri/ra05/Home.jsp> >. Acesso em: 15 out. 2006.

BEBBINGHTON, A. Capitals and Capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. World Development, Montreal, v. 27, n.12. p.2021 – 2044, 1999.

BELLUZZO, L.G. Apresentação. In: STIGLITZ,J.; GREENWALD, B. **Rumo a um novo paradigma em economia monetária**. São Paulo: Francis, 2004. p. 7-18.

BEZERRA, E.S. **Metodologia de análise de viabilidade financeira das instituições de microcrédito**: aplicação de um modelo a organização VIVA CRED. 2001. 72 f. Dissertação (Mestrado em Economia Alpçada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, S. Ambiente institucional e estratégias de empreendimentos cooperativos. A identidade cooperativa para o Novo Milênio. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, p.4-7, set., 2000.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. **Capital social e cooperativas na agricultura do estado de São Paulo: um ensaio analítico**. Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo, 2000. (Texto para Discussão. Série Economia, TD-E 12).

_____. Um Ensaio sobre os Benefícios Sociais e Econômicos do Cooperativismo na Agricultura do Estado de São Paulo. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2001, Recife. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2001.

BITTENCOURT, G.A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 243 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BUCHENAU, J.; HIDALGO, A. Servicios Financieros Privados en el Área Rural de América Latina: situación y perspectivas. In: **CONFERENCIA: DESARROLLO DE LAS ECONOMÍAS RURALES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: MANEJO SOSTENIBLE DE LOS RECURSOS NATURALES, ACCESO A TIERRAS Y FINANZAS RURALES**, 2002. Fortaleza. Disponível em <<http://www.iadb.org/sds/doc/RUR-ServiciosFinancierosenelAreaRural.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2006.

CHADDAD, F. R.; LAZZARINI, S. G. **Relações contratuais de crédito agrícola e o papel dos agentes financeiros privados: teoria e evidências dos EUA**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 41, n. 3, p. 29-52, 2003

COASE, R. The New Institutional Economics. In: The American Economic Review. Nashville: May 1998. Vol. 88, Iss. 2; p. 72

COOPERATIVA CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (COCECRER). Relatório Anual, gestão 2003. São Paulo: COCECRER, 2004.

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPERCITRUS (CREDICITRUS). Relatórios anuais 2004, 2005 e 2006. Disponíveis em: <http://www.credicitrus.com.br/balancosanuais.htm>. Acesso em: 14 out. 2006.

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPERCITRUS (CREDICITRUS). Relatório RISKCOOP, 2005. Disponível em: < <http://www.credicitrus.com.br/rating.htm> >. Acesso em: 14 out. 2006.

COSTA, A.C.A. **Ensaio em microeconomia bancária**. 2004. 215 p. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DEPARTAMENTO INTESINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). As receitas de prestação de serviços dos bancos. Brasília, jun. 2006. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/esp/servicosBancarios.pdf> >. Acesso em: 02 set. 2006.

FACHINI, C. **Sustentabilidade financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil**. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.

GUIMARÃES, M.K. Cooperativismo de Crédito Rural. Painel com debatedores da Fecotriga. In: PINHO, D.B. ; PALHARES, V.M.A. **O cooperativismo de crédito no Brasil** do século XX ao século XXI. Santo André: Editora CONFEBRÁS, 1980. p.281-308.

JUNQUEIRA, R.G.P. **Finanças solidárias e a agricultura familiar**: o sistema CRESOL de cooperativas de crédito rural. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós- Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

JUNQUEIRA, R.G.P.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 19-33, jan. – fev.- mar., 2005.

MEYER, R. L. Iniciativas asiáticas para desenvolver mercados financeiros rurais: algumas idéias para o Brasil (versão preliminar). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BNDES MICROFINANÇAS, 2000. Disponível em < <http://www.bndes.gov.br/produtos/download/bndes2.pdf> >. Acesso em 20 nov. 2006.

_____. **Track record of financial institutions in assisting the poor in Asia**. Asian Development Bank Institute (ABDI Publishing), Tóquio, Research Paper Series, n. 49, 2002.

NORTH, D.C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v.5, n.1, 1991.

OLIVEIRA, J.J. A gestão do crédito rural no Brasil sob a globalização financeira – o período de 1995/2001. 2003. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - OCESP. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < gil@sesccoopsp.org.br > Disponível em Maio 2006.

PANZUTTI, R. Sistema financeiro e cooperativas agrícolas. Bebedouro: FUNDACE, 2004. (Apostila do MBA em Cooperativismo)

PERES, F.C. Capital social: a nova estrela do crescimento econômico. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, p. 6-9, maio, 2000.

PESSALI, H.F. Teoria dos custos de transação: hibridismo teórico? Uma apresentação aos principais conceitos e à literatura crítica. **Economia em Revista**, v.8, 1999.

PINHEIRO, M.A.H. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil. 4. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006.

PINHO, D.B. Brasil: sistemas de crédito cooperativo pioneiro, sindical e solidário. In: PINHO, D.B; PALHARES, V.M.A. **O cooperativismo de crédito no Brasil** do século XX ao século XXI. Santo André: CONFEBRÁS, 2004. p.11- 32.

PUTNAM, R.D. Capital social e desempenho institucional. In:_____. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 2 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000. p. 173-194.

ROSENBERG, R. Microcredit Interest Rates. OccasionalPaper, Washington, n. 1, nov. 2002, p. 1-12. Disponível em < http://www.cgap.org/docs/OccasionalPaper_01.pdf >. Acesso em 27 ago. 2006.

SILVA FILHO, G.T.S. Avaliação de desempenho em cooperativas de créditos: uma aplicação do modelo de gestão econômica – GECON. **Revista Eletrônica de Administração da Universidade Federal de Lavras**, Lavras, v. 4, n.1, jan-jun, 2002. Disponível em < http://www.dae.ufla.br/revista/revistas/2002/2002_1/revista_v4_n1_%20jan-jun_2002_5.pdf >. Acesso em 15 dez. 2006.

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB). **Relatório Social do SICOOB**. São Paulo: SICOOB, 2005.

STIGLITZ, J.E., WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. **The Americ Economic Review**, Nashville, v.71, n.3, p.393-410, jun., 1981.

TONETO JR., R.; GREMAUD, A. P. Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. Planejamento e políticas públicas, n.25, jun-dez. 2002. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp25/parte3.pdf> >. Acesso em 15 dez. 2006.

VON PISCHKE, J.D. **The Evolution of Institutional Issues in Rural Finance Outreach, Risk Management and Sustainability**, 1999. Disponível em < http://www.basis.wisc.edu/live/rfc/theme_outreach.pdf >. Acesso em 15 dez. 2006.

_____. **Preconditions for sustainable agricultural finance and credit systems**, OECD Proceedings, Centre for Co-operation with Non-Members. Paris: OECD, 1999.

WILLIAMSON, O.E. **The economic institutions of capitalism: firms, market, relational contracting**. New York: The Free Press, 1985.

YARON, J. Assessment of DFI performance. In: WORLD BANK FINANCIAL FORUM, sept. 2004. Disponível em: < http://info.worldbank.org/etools/docs/library/155210/financeforum2004/pdf/yaron_devfininstitutions.doc >.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995. 241 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Econoia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ANEXO A – Artigo 27 da Resolução nº 3.321 do BACEN

“ Art. 27. A cooperativa de crédito pode realizar as seguintes operações, além de outras estabelecidas em regulamentação específica:

I – captar, somente de associações financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de Depósitos Interfinanceiros de Microcrédito; receber recursos oriundos de fundos oficiais, e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses;

II – conceder créditos e prestar garantias, somente a associados, inclusive em operações realizadas ao amparo da regulamentação do crédito rural em favor dos produtores rurais;

III – aplicar recursos no mercado financeiro, inclusive em depósitos à vista e a prazo, com ou sem emissão de certificado, observadas eventuais restrições legais e regulamentares específicas de cada aplicação.

IV – prestar serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por contas de terceiros mediante contrato com entidades públicas ou privadas e de correspondente no país, nos termos da regulamentação em vigor, por conta ou em benefício de associados e usuários, observadas, no atendimento a não associados, as restrições estabelecidas nos incisos I e II

V - no caso de cooperativa central de crédito, prestar serviços técnicos, inclusive os referentes às atribuições tratadas no Capítulo IV, a outras cooperativas de crédito filiadas ou não, bem como serviços de administração de recursos de terceiros em favor de singulares filiadas;

VI - proceder à contratação de serviços com objetivo de viabilizar a compensação de cheques e demais operações de transferência de recursos realizadas no sistema financeiro, de

prover necessidades de funcionamento da cooperativa ou de oferecer serviços complementares aos associados;

VII - atuar na distribuição de cotas de fundos de investimento abertos, observadas as regulamentações do Banco Central do Brasil e da CVM nas respectivas áreas de competência;

VIII - prestar serviços aos bancos cooperativos, com vistas à colocação, junto a seus associados, em nome e por conta da instituição contratante, de produtos e serviços oferecidos por essa última, inclusive formalização, concessão e liquidação de operações de crédito, abertura e movimentação de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como distribuição de cotas de fundos de investimento, nos termos do inciso VII;

IX - prestar serviços a outras instituições financeiras, em operações com seus associados destinadas a viabilizar a distribuição de recursos de financiamento do crédito rural e outros sujeitos a legislação ou regulamentação específicas, ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, compreendendo a formalização, concessão e liquidação de operações de crédito celebradas com os tomadores finais dos recursos;

X - instalar postos de atendimento permanentes, transitórios e eletrônicos, bem como unidades administrativas na área de atuação definida no respectivo estatuto, observados os procedimentos gerais estabelecidos na regulamentação pertinente.”

ANEXO B – Patrimônio Líquido Exigido – índice de Basileia

Patrimônio Líquido Exigido (PLE): Patrimônio Líquido Exigido das instituições financeiras, decorrente dos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. É calculado de acordo com a regulamentação em vigor, alcançando os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Atualmente é definido pela Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, com alterações posteriores. Está dividido nos seguintes componentes: patrimônio exigido para cobertura de risco dos ativos ponderados (APR), patrimônio exigido para cobertura do risco de crédito dos swaps (SWAP), patrimônio exigido para cobertura do risco de mercado de taxas de juros prefixadas (PRE) e patrimônio exigido para cobertura do risco de mercado das posições expostas à variação cambial (CAMBIO). O PLE é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PLE} = \text{fator F} * \text{APR} + \text{SWAP} + \text{PRE} + \text{CAMBIO}$$

Índice de Adequação de Capital (Índice de Basileia): Conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) – Patrimônio Base – e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio Líquido Exigido - PLE).

Patrimônio de Referência (PR): Patrimônio base utilizado na verificação do atendimento aos limites operacionais de natureza regulamentar, tais como o Limite de Patrimônio Líquido Exigido (Limite de Basileia) e o Limite de Aplicação de Recursos no

Ativo Permanente (Limite de Imobilização). Atualmente é definido pela Resolução n.º 2.837, de 30 de maio de 2001.

No Brasil, a relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com as Resoluções n.º 2.099, de 17 de agosto de 1994, e n.º 2.891, de 26 de setembro de 2001 e normativos complementares, devendo ser observados os seguintes valores:

- a) 0,11 (onze centésimos), tratando-se de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito não filiadas a cooperativas centrais de crédito e agências de fomento;
- b) 0,15 (quinze centésimos), tratando-se de cooperativas de crédito singulares não filiadas a cooperativas centrais de crédito; e
- c) 0,30 (trinta centésimos), tratando-se de agências de fomento.

O cálculo do índice é efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR * 100 / (PLE / \text{fator F})$$

Considera-se desenquadrada em relação ao limite de Patrimônio Líquido Exigido (PLE), a instituição cujo Patrimônio de Referência (PR) seja inferior ao Patrimônio Líquido Exigido (PLE) calculado para ela, isto é, seu patrimônio é insuficiente para a cobertura dos riscos decorrentes de suas operações ativas, passivas e registradas em contas de compensação. Essa situação também pode ser evidenciada por meio do cálculo do índice de adequação de capital, conforme exemplos a seguir:

a) Instituição enquadrada:

$$PR = 150$$

$$APR = 1000.$$

$$\text{Considerando o fator } F = 0,11, \text{ tem-se: } 0,11 * APR = 110$$

$$SWAP + PRE + CAMBIO = 10$$

$$PLE = 120. \text{ Portanto: } PR > PLE$$

$$\text{Índice de Basileia} = 150 * 100 / (120 / 0,11) = 13,75 \text{ (a instituição detém patrimônio suficiente)}$$

b) Instituição desenquadrada:

$$PR = 150$$

$$APR = 1000.$$

$$\text{Considerando o fator } F = 0,11, \text{ tem-se: } 0,11 * APR = 110$$

$$SWAP + PRÉ + CAMBIO = 50$$

PLE = 160. Portanto: $PR < PLE$

Índice de Basiléia = $150 \cdot 100 / (160 / 0,11) = 10,31$ (insuficiência de patrimônio)

Índice de Imobilização: Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao ativo permanente imobilizado. Desde dezembro/2002, o índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução n.º 2.669, de 25 de novembro de 1999. Esse índice é calculado conforme fórmula a seguir:

$(\text{Ativo Permanente Imobilizado} - \text{Títulos Patrimoniais}) / (\text{PR} - \text{Títulos Patrimoniais})$

ANEXO C – Dados dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações das Sobras e Perdas, da Credicitrus, de 2004, 2005 e 2006

ATIVO - 2003		PASSIVO - 2003	
CIRCULANTE	316.295.953,00	CIRCULANTE	257.718.845,00
Disponibilidades	630.988,00	Depósitos	155.893.712,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.518.471,00	depósitos à vista	30.235.010,00
Títulos e Valores Mobiliários	82.584.821,00	depósitos sob aviso	125.658.702,00
Relações Interfinanceiras		depósitos a prazo	
Operações de Crédito	229.976.840,00	Obrigações por Empréstimos e repasses	86.259.194,00
Outros Créditos	563.251,00	Outras Obrigações	15.565.939,00
Outros Valores e Bens	21.582,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.104.908,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.873.095,00	Depósitos - depósitos a prazo	310.973,00
Títulos e Valores Mobiliários	4.130.775,00	Obrigações por empréstimos e repasses	6.708.175,00
Operações de Crédito	21.742.320,00	Outras obrigações	2.085.760,00
PERMANENTE	11.919.270,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87.264.565,00
Investimentos	4.449.684,00	Capital Social	32.574.900,00
Imobilizado de uso	6.763.969,00	Reservas de sobras	30.270.995,00
Diferido	705.617,00	Sobras acumuladas	24.418.670,00
TOTAL DO ATIVO	354.088.318,00	TOTAL DO PASSIVO	354.088.318,00

ATIVO - 2004		PASSIVO - 2004	
CIRCULANTE	420.186.457,00	CIRCULANTE	313.326.148,00
Disponibilidades	548.272,00	Depósitos	203.916.386,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		depósitos à vista	45.020.760,00
Títulos e Valores Mobiliários	149.444.237,00	depósitos sob aviso	158.294.757,00
Relações Interfinanceiras	2.052.710,00	depósitos a prazo	600.869,00
Operações de Crédito	266.231.516,00	Obrigações por Empréstimos e repasses	91.341.675,00
Outros Créditos	293.624,00	Outras Obrigações	18.068.087,00
Outros Valores e Bens	1.616.098,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	84.565.296,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	83.922.127,00	Depósitos - depósitos a prazo	448.641,00
Títulos e Valores Mobiliários	3.859.887,00	Obrigações por empréstimos e repasses	74.982.238,00
Operações de Crédito	80.062.240,00	Outras obrigações	9.134.417,00
PERMANENTE	15.677.678,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.894.818,00
Investimentos	4.711.883,00	Capital Social	45.584.802,00
Imobilizado de uso	9.922.943,00	Reservas de sobras	54.054.812,00
Diferido	1.042.852,00	Sobras acumuladas	22.255.204,00
TOTAL DO ATIVO	519.786.262,00	TOTAL DO PASSIVO	519.786.262,00

ATIVO - 2005		PASSIVO - 2005	
CIRCULANTE	684.773.267,00	CIRCULANTE	502.875.579,00
Disponibilidades	740.889,00	Depósitos	264.825.522,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		depósitos à vista	60.019.903,00
Títulos e Valores Mobiliários	287.488.106,00	depósitos sob aviso	203.030.959,00
Relações Interfinanceiras	5.949.836,00	depósitos a prazo	1.774.660,00
Operações de Crédito	388.298.410,00	Obrigações por Empréstimos e repasses	216.877.718,00
Outros Créditos	724.131,00	Outras Obrigações	21.172.339,00
Outros Valores e Bens	1.571.895,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	94.434.566,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	49.087.922,00	Depósitos - depósitos a prazo	45.338,00
Títulos e Valores Mobiliários	6.650.950,00	Obrigações por empréstimos e repasses	79.265.918,00
Operações de Crédito	42.311.626,00	Outras obrigações	15.123.310,00
Outros créditos	125.346,00		
PERMANENTE	17.872.439,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	154.423.483,00
Investimentos	5.783.777,00	Capital Social	57.916.966,00
Imobilizado de uso	10.431.629,00	Reservas de sobras	71.997.684,00
Diferido	1.657.033,00	Sobras acumuladas	24.508.833,00
TOTAL DO ATIVO	751.733.628,00	TOTAL DO PASSIVO	751.733.628,00

Demonstrações das Sobras e Perdas

	2003	2004	2005
Receitas da Intermediação Financeira	75.916.179,00	95.657.071,00	135.638.719,00
Receitas com Operações de Crédito	55.732.717,00	79.394.819,00	103.392.682,00
Receitas com Aplicações Financeiras	20.183.462,00	15.923.688,00	31.706.389,00
Despesas de Intemediação Financeira	35.493.728,00	39.604.695,00	73.261.338,00
Operações de captação no mercado	24.210.340,00	21.225.493,00	33.105.903,00
Operações de empréstimos, cesões e repasses	7.030.970,00	10.450.053,00	21.745.611,00
Provisão para devedores duvidosos	4.252.418,00	7.929.149,00	18.409.824,00
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	40.422.451,00	56.052.376,00	62.377.381,00
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(7.889.507,00)	(19.963.357,00)	(26.775.206,00)
Receitas de prestação de serviços	349.217,00	395.956,00	436.398,00
Despesas de pessoal, honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal	5.345.146,00	8.167.383,00	10.876.363,00
Outras Despesas admistrativas	6.021.519,00	9.269.495,00	13.225.920,00
Outras Despesas operacionais	2.407.376,00	12.263.730,00	10.267.791,00
Outras Receitas Operacionais	5.535.317,00	9.341.295,00	7.158.470,00
Resultado Operacional	32.532.944,00	36.089.019,00	35.602.175,00
Resultado não operacional	(310.300,00)	(522.403,00)	582.294,00
Resultado Líquido	32.222.644,00	35.566.616,00	36.184.469,00

Média dos Ativos da Credicitrus, em 2003, 2004 e 2005.

	2003	2004	2005
jan.	1.133.035.596,10	1.943.413.089,44	3.011.578.644,59
fev.	1.232.710.732,92	2.040.568.092,07	3.120.619.818,94
mar.	1.271.931.111,94	2.051.415.082,59	3.285.295.924,05
abr.	1.380.679.742,57	2.101.542.089,84	3.346.855.242,14
mai.	1.410.846.014,99	2.192.264.784,96	3.648.139.643,55
jun.	1.568.872.364,65	2.250.089.520,55	3.643.065.129,65
jul.	1.554.626.141,03	2.259.624.989,72	3.730.173.453,17
ago.	1.643.048.962,06	2.263.155.684,91	3.697.040.024,43
set.	1.616.556.069,72	2.364.905.614,86	3.831.460.480,04
out.	1.663.858.646,78	2.526.348.892,86	3.936.751.490,43
nov.	1.755.052.220,79	2.575.130.067,78	4.025.483.066,59
dez.	1.760.605.200,61	2.874.539.180,02	4.239.824.447,24
Média do Ativo	1.499.318.567,01	2.286.916.424,13	3.626.357.280,40